

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**



Camila Monteiro Alves

Aspectos ecológicos de uma renda básica: O caso de Maricá.

**Niterói
2022**

CAMILA MONTEIRO ALVES

Aspectos ecológicos de uma renda básica: O caso de Maricá

Dissertação apresentada ao programa de Pós Graduação da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof^ª. Dra. Carolina Grottera
Coorientador: Prof. Dr. Fábio Domingues Waltenberg

Niterói
2022

FICHA CATALOGRÁFICA

CAMILA MONTEIRO ALVES

Aspectos ecológicos de uma renda básica: O caso de Maricá.

Dissertação apresentada ao programa de Pós Graduação da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências Econômicas.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Carolina Grottera – Orientadora
Faculdade de Economia - UFF

Prof. Dr. Fabio Domingues Waltenberg – Coorientador
Faculdade de Economia - UFF

Prof. Dr. Emmanoel Boff – Examinador interno
Faculdade de Economia - UFF

Prof. Dr. Jimmy Medeiros – Examinador externo
Fundação Getúlio Vargas - FGV

Niterói
2022

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor

Dedico este trabalho aos que estão por aqui de passagem, mas que compreendem a responsabilidade em oferecer alternativas para a construção de um mundo melhor para as gerações futuras.

AGRADECIMENTOS

O mestrado é um período bastante desafiador, e vivenciá-lo em um contexto tão particular que a humanidade vem experimentando desde 2020 com a Covid-19, foi ainda maior. Por isso, eu agradeço ao dom da vida, ao progresso da ciência com as vacinas e a capacidade de adaptabilidade da UFF ao “novo normal” para que eu pudesse estar concluindo essa etapa.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro recebido através da bolsa de mestrado.

À minha família que incentiva os meus sonhos e são carinhosos e pacientes comigo durante todo o processo deles. Em especial aos meus pais, Maria de Jesus e Henrique Carlos, por todo apoio material e emocional durante toda a minha jornada de vida. A demonstração de que não estou tão só nesta caminhada é a presença de vocês ao meu lado.

Aos que passam pela nossa vida e fazem morada, como Pedro Henrique, agradeço as palavras de incentivo, carinho e atenção nesta reta final da dissertação. Afinal, se o caminho não é fácil, a sua companhia nos últimos meses tornou a bagagem mais leve.

À Carolina e Fabio, meus orientadores, meu sincero agradecimento por acreditarem nesse tema e embarcarem nessa jornada comigo desde o pré-projeto. Os envios de textos, contatos, as leituras das diversas versões, a paciência nas revisões e a disponibilidade de tempo para as reuniões remotas foram essenciais para a construção dessa dissertação.

Embora não tenhamos muito contato pessoalmente, agradeço aos amigos do mestrado a cumplicidade, resiliência e incentivo nas aulas on-line e no decorrer do curso. Somos a turma de mestrado sobrevivente de 2020! Sem dúvidas, dividimos momentos de grande aprendizado e evolução acadêmica e pessoal.

A todos aqueles amigos e familiares que compreenderam a minha ausência.

Agradeço ao município de Maricá, desde a recepção dos moradores na minha primeira visita ao município com o grupo de ciclistas, que me proporcionaram as figuras contidas neste trabalho, como também com as secretarias públicas que puderam disponibilizar um tempo em suas agendas para as entrevistas. É a ciência fora dos laboratórios interagindo com a sociedade!

Por fim, reconheço a presença de Deus e dos seres de luz sempre solícitos e amorosos, me intuindo em todo este processo, amparando e me encorajando a seguir em frente!

“Quem elegeu a busca não pode recusar a travessia”

João Guimarães Rosa.

RESUMO

A erradicação da pobreza e a degradação ambiental são obstáculos que estão potencialmente interligados no mundo contemporâneo e que necessitam ser solucionados para que a sociedade possa alcançar uma trajetória sustentável. Sendo a renda básica um instrumento de alívio de pobreza, despertou-se o interesse desta pesquisa na relação dessa política redistributiva com a sustentabilidade ambiental. O município de Maricá, região metropolitana do Rio de Janeiro, desenvolve políticas públicas denominadas de economia solidária, que incluem o programa da Renda Básica de Cidadania (RBC). A controvérsia é que tais políticas são financiadas pelo recebimento dos *royalties* da exploração do petróleo, produto de precificação oscilante nos mercados, não-renovável, exaurível e de forte capacidade poluente. Foi realizado um estudo de caso com o município, utilizando-se uma metodologia qualitativa com a técnica de coleta de informações através de um roteiro semiestruturado de entrevistas com as secretarias do município. O objetivo geral do trabalho é compreender em que medida políticas de transferência de renda, em especial a RBC, têm potencial para fomentar ou atenuar impactos ecológicos. Além disso, captar a percepção de um possível processo de transição ecológica que esteja ocorrendo no município. Os resultados apontam que a renda básica por si só não pode ser enquadrada como propulsora do colapso ambiental, já que a RBC, em conjunto com políticas integrativas, como ocorre em Maricá, produz efeitos benéficos ecologicamente. Entretanto, a manutenção do financiamento da RBC pelas rendas dos *royalties* pode ser um impedimento na busca por uma transição ecológica. Este trabalho contribui para a literatura apontando empiricamente alguns dos potenciais impactos ambientais de curto prazo na localidade que a adotou. Um dos limites da política foi que não se verificou a migração para atividades pós-productivistas em Maricá, o que diverge de um dos principais argumentos favoráveis à adoção de uma renda básica para o meio ambiente encontrados na literatura.

Palavras-chave: Renda básica; Renda básica e meio ambiente; Sustentabilidade; Transição ecológica.

JEL Codes: B5 B51 G1

ABSTRACT

Poverty eradication and environmental degradation are obstacles that are potentially interconnected in the contemporary world and need to be solved so that society can achieve a sustainable trajectory. As the basic income is an instrument for alleviating poverty, the interest of this research was aroused in the relationship between this redistributive policy and environmental sustainability. The municipality of Maricá, in the metropolitan region of Rio de Janeiro, develops public policies called solidarity economy, which include the Citizen's Basic Income (RBC) program. The controversy is that such policies are financed by receiving royalties from oil exploration, a product of fluctuating pricing in the markets, non-renewable, exhaustible and with a strong polluting capacity. A case study was carried out with the municipality, using a qualitative methodology with the technique of collecting information through a semi-structured script of interviews with the municipal secretariats. The general objective of the research is to investigate in which instances cash transfer program, in particular, RBC, have the potential to promote or mitigate ecological impacts. In addition, to capture the perception of a possible process of ecological transition process taking place in the municipality. The results indicate that basic income alone cannot be classified as a driver of environmental collapse, since RBC, together with integrative policies, as it occurs in Maricá, produces ecologically beneficial effects. However, the maintenance of RBC funding from royalties may be an impediment in the search for an ecological transition. This research contributes to the literature by empirically pointing out some of the potential short-term environmental impacts in the locality that adopted it. One of the limits of the policy was that there was no migration to post-productivist activities in Maricá, which differs from one of the main arguments in favor of adopting a basic income for the environment founded in the literature.

Keywords: Basic income, Basic income and environment, Sustainability, Ecological transition.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – POLÍTICA DE TRANSFERÊNCIA COMO SOLUÇÃO ECOLÓGICA E SOCIAL?	17
1.1 - A renda básica de cidadania	17
1.2 - Universalidade <i>versus</i> Focalização?.....	19
1.2.1 - Dotação inicial.....	21
1.2.2 - Imposto de renda negativo	22
1.2.3 - Dividendo de fundo permanente	23
1.3 - Possíveis efeitos benéficos de uma renda básica para o meio ambiente.....	24
1.4- Potencial conflito de uma renda básica com o meio ambiente	32
1.5 – “Uma andorinha só não faz verão”: Lições para uma política de renda básica.....	38
CAPÍTULO 2 – MARICÁ: CONTEXTO E POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS	42
2.1– Uma breve descrição do município de Maricá	42
2.1.1 – Economia	46
2.1.2 – Saneamento básico	48
2.1.3 – Educação.....	49
2.2 – Políticas de Economia Solidária	50
2.2.1 – Programa de Transferência de Renda: da renda mínima à renda básica	51
2.2.2 – A particularidade monetária de Maricá: o banco comunitário popular de Maricá e a moeda social Mumbuca	54
2.2.3 – A mobilidade urbana em Maricá: os “vermelhinhos” e as “vermelhinhas”	57
2.2.4 – Economia Solidária: programa mumbuca futuro e agroecologia	59
2.3 – Financiamento da Renda Básica de Cidadania: existe um paradoxo?	62
2.3.1 – Arábia Saudita	64
2.3.2 - Noruega	65
2.3.3 - Maricá-RJ	67
CAPÍTULO 3 – RESULTADOS E DISCUSSÃO	73
3.1- Metodologia	73
3.2- Resultados	75
1. A RBC na esfera de crescimento econômico	75
2. Tentativa de rompimento com padrões atuais de crescimento econômico	84
3. A contradição do impacto ecológico pelo financiamento da RBC	87
4. A RBC favorece padrões de vida mais sustentáveis?	91
5. Políticas Públicas de Maricá e a transição ecológica	94

6. Indústria do Turismo e Sustentabilidade	103
3.3- Considerações Finais.....	106
CAPÍTULO 4 – CONCLUSÃO	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116
ANEXOS	123

LISTA DE SIGLAS

- ANA- Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
- ANP- Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
- APA- Área de Proteção Ambiental
- COMPERJ- Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
- EPT- Empresa Pública de Transporte
- FSM- Fundo Soberano de Maricá
- IFCA- Índice Final de Conservação Ambiental
- IrAP- Índice relativo de Áreas Protegidas
- iRAPM- Índice relativo de Áreas Protegidas Municipais
- IrDR- Índice relativo de Destinação Final de Resíduos Sólidos Urbanos
- IrMA- Índice relativo de Mananciais de Abastecimento
- IrTE- Índice relativo de Tratamento de Esgoto
- IrVC- Índice relativo de Remediação de Vazadouros
- ODS- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- ONU- Organização das Nações Unidas
- PAE- Programa de Amparo ao Emprego
- PAT- Programa de Amparo ao Trabalhador
- PEA- População Economicamente Ativa
- PIB- Produto Interno Bruto
- PMF- Programa Mumbuca Futuro
- PPC- Paridade do Poder de Compra
- RBC- Renda Básica de Cidadania
- SANEMAR- Companhia de Saneamento de Maricá
- SNIS- Sistema Nacional de Informações em Saneamento
- SUV (carro)- *Sport Utility Vehicle*

LISTA DE FIGURAS, TABELAS E GRÁFICOS

Figura 1- O círculo virtuoso do estado de bem-estar inseridos no círculo vicioso do colapso ecológico.....	25
Figura 2- Mapa da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.....	43
Figura 3- Ônibus Tarifa Zero de Maricá.....	95
Figura 4- As bicicletas “vermelhinhas”.....	96
Figura 5- Ciclovias interligando outros distritos.....	96
Figura 6- Praça Agroecológica de Maricá.....	98
Figura 7- Pavimentação na Orla de Itaipuaçu.....	100
Figura 8- Revitalização da Orla de Araçatiba.....	100
Tabela 1- Número de pessoas ocupadas assalariadas no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil em 2019.....	45
Tabela 2- Salário Médio Mensal no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil em 2019.....	46
Tabela 3- Série Histórica dos resultados do Ideb par o município de Maricá	49
Tabela 4- Resumo das entrevistas livres.....	74
Tabela 5- Trabalhadores do Programa do PAT.....	82
Tabela 6- Vínculos de emprego formal por família ocupacional e por sexo.....	86
Tabela 7- IFCA de Maricá em 2021.....	101
Gráfico 1- Comparativo dos serviços de esgotamento sanitário entre Maricá e Brasil em 2017.....	49
Gráfico 2- Participação das funções de gastos das Despesas Totais do Município de Maricá (Despesas Totais = 100%)	68
Gráfico 3- Valor Adicionado Bruto dos Municípios de Maricá e Rio de Janeiro em 2019.....	69

INTRODUÇÃO

A erradicação da pobreza e a degradação ambiental são adversidades que estão potencialmente interligadas e necessitam ser solucionadas para que a sociedade esteja progredindo em termos de bem-estar econômico e social. Os dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU são um pedido por ações para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e assegurar que os indivíduos desfrutem de paz e prosperidade. Para isso, definem-se os ODS como “integrados e indivisíveis”, ou seja, o equilíbrio dos três pilares de desenvolvimento sustentável (social, econômico e ambiental) e a sua relação interligada entre cada um deles é o que faz a sociedade avançar para um caminho mais sustentável.

Em vista disso, a possibilidade de se reduzir a pobreza através de políticas de transferência de renda, visando garantir um mínimo de subsistência de vida, tem contribuído para o desenvolvimento da sociedade. Uma das categorias possíveis de política de transferência de renda, a renda básica, tem por objetivo geral promover segurança material e equilíbrio social frente às incertezas inerentes nas economias do mundo. A renda básica é “uma renda paga por uma comunidade política a todos os seus membros individualmente, independente de sua situação financeira ou exigência de trabalho.” (VAN PARIJS, 2000, p.179).

Por definição, uma renda básica é paga por um governo a partir de recursos controlados pelo poder público, mas não necessariamente por um Estado-nação, podendo ser uma província ou uma comunidade integrante e organizada politicamente dentro de um Estado-nação (VAN PARIJS, 2000). De uma forma ampla, o desenho de uma renda básica se dá por provisão em espécie, incondicional e individual. O pagamento em espécie pode ser disponibilizado em forma eletrônica, por cartão magnético e transferência em conta corrente e digital. É um direito individual que não está vinculado à situação familiar, comprovação de recursos ou sujeita às obrigações, sendo assim considerado uma renda incondicional e universal.

O estado norte-americano do Alasca e o município de Maricá, no estado do Rio de Janeiro, são exemplos em vigor de programas de renda básica, mas diferem no que diz respeito ao valor e alcance do benefício para a sociedade. Os resultados positivos, como melhoria no comércio local, no emprego e na renda demonstram os efeitos positivos no curto prazo desse programa em suas economias. Entretanto, a continuidade do modelo de crescimento econômico

baseado no pleno emprego e consumo insustentável é altamente demandante de recursos naturais e tem contribuído para a crise ecológica em face (HIRVILAMMI, 2020).

Como o imperativo de crescimento econômico está em conflito com os limites planetários (GRUBB ET AL, 2014), estudo recente como de Pinto (2019) argumenta que uma renda básica é um elemento que favorece a transição para atividades que promovem a sustentabilidade. As atividades pós-produtivistas, como o voluntariado, trabalho assistencial e atividades autônomas, são ecologicamente benéficas por estarem fora da esfera formal de trabalho. Birnbaum (2010) argumenta que essas atividades interrompem um dos pilares de crescimento econômico, que é o pleno emprego a qualquer custo, por eliminar a necessidade de estar em um emprego formal de tempo integral para sobreviver.

Pinto (2019) caracteriza duas formas de inserção de uma renda básica que pode contribuir para os objetivos ecológicos: a *renda básica ecológica*, quando visa mudanças estruturais em níveis sociais e econômicos e a *renda básica ambiental*, que se alinha a uma estratégia de crescimento verde que visa reduzir o impacto ambiental das atividades humanas com a manutenção do modelo econômico produtivista.

No entanto, a introdução de uma renda básica em si pode esbarrar em um grande desafio ecológico. Howard, Pinto e Schachtschneider (2019) alegam que não está claro se a renda básica irá automaticamente diminuir a participação na esfera formal de trabalho e promover aumento na esfera autônoma de apoio à transição ecológica, assim deveria haver uma ação coletiva de incentivo a essas atividades. Handa et al. (2018) verificaram efeitos produtivos secundários consideráveis nos programas de transferência de renda na Zâmbia, o que implicaria em aumento de volume de produção e consumo, que acabam por demandar maior uso de combustíveis fósseis e recursos naturais.

Dessa forma, o objetivo geral de uma transferência de dinheiro incondicional de prover sustento alimentar e viabilizar consumo levanta a questão se a promoção de uma agenda de crescimento inclusivo não poderia estar sendo propulsora de impactos ambientais. Sager (2017) descobriu que uma transferência marginal de mil dólares de uma família mais rica para uma mais pobre em 2009 aumentaria o conteúdo de CO₂ em 5%. O autor acredita em um *trade-off* potencial entre redistribuição de renda e emissões de carbono, que não torna a política de redistribuição de renda indesejável, e sim que irá requerer dos formuladores de políticas sociais análises de estruturas de mercado e de bem-estar das famílias.

Neste debate, é importante destacar que essas questões devem ser consideradas dentro de um contexto global de desigualdade econômica e responsabilidade histórica, uma vez que países desenvolvidos são responsáveis pela maior parte de emissão de CO₂ fóssil entre 1750 e 2010, enquanto grande parte da população global não possui o mesmo padrão de consumo (HUBACEK, ET AL., 2017). Além disso, o impacto ambiental do padrão de consumo das elites é superior à cesta de consumo das classes mais baixas. Hubacek et al. (2017) estimam que em 2010, a elite global foi responsável por 36% das emissões globais de carbono, enquanto os extremamente pobres responderam com apenas 4%.

Portanto, a adoção de uma renda básica estabelece relações e impactos socioambientais que ainda são desconhecidos. Na atualidade, existe grande quantidade de estudos relacionados à renda básica, contudo as pesquisas acadêmicas sobre as implicações ambientais associadas a uma garantia de renda básica são reduzidas. Como MacNeill e Vibert (2019) apontam, menos de 1% dos artigos publicados em revistas acadêmicas sobre renda básica abordaram o meio ambiente. Refinando ainda mais as buscas por trabalhos publicados, apenas oito artigos relevantes de um volume especial da revista *Basic Income Studies* em 2010 tratam da questão, não de uma maneira explícita, mas com temas relativos a consumo, segurança alimentar e pós-produtivismo (MACNEILL E VIBERT, 2019).

Nesse sentido, são necessários estudos que visem estabelecer tais relações para investigar se uma renda básica poderia ser conciliadora nas questões sociais e ambientais. Dentro da literatura que tem discutido os aspectos ecológicos relacionados a uma renda básica, ainda não foram realizados estudos sobre os potenciais impactos nas localidades que adotaram esta renda e é esta a contribuição deste trabalho, utilizando o município de Maricá como estudo de caso.

Em 2007, com o anúncio das descobertas das reservas de pré-sal do Campo de Tupi, o município que já era beneficiário na distribuição dos *royalties*, passou a receber maiores volumes de renda pela exploração do petróleo. Em 2021, a sua arrecadação chegou a aproximadamente 2,4 bilhões pagos por *royalties*, de acordo com o Portal da Transparência do Governo Federal. Esse maior volume de compensação financeira pela exploração de recursos naturais contribuiu para o orçamento de Maricá e no financiamento das políticas públicas desenvolvidas no município.

As políticas públicas da economia solidária no município de Maricá, iniciadas em 2013, buscam desenvolver economicamente o município, fomentando o comércio local e produzindo uma nova realidade social, mais inclusiva, autônoma, participativa e sustentável. Um dos eixos principais das políticas em funcionamento na cidade, o programa da Renda Básica de Cidadania (RBC), apresenta características de uma renda básica, tais como incondicionalidade, individualidade, além do pagamento em moeda local, mumbuca. (DO NASCIMENTO PEREIRA ET AL, 2020). Hoje, esta política tem beneficiado 42.500 indivíduos.

Segundo Pinto (2019), uma renda básica pode oferecer impactos positivos de acordo com a decisão do indivíduo de empregar o valor após recebê-lo, e na forma como este valor é financiado. Maricá desenvolve um programa de renda básica que representa uma oportunidade econômica e de justiça social, mas que ao mesmo tempo, é custeado pelos *royalties* do petróleo, um produto potencialmente catastrófico ecologicamente. Dessa forma, torna-se um objeto de estudo contraditório e desafiador, porque não está claro se os efeitos de uma renda básica podem comprometer ou mitigar impactos ecológicos para a sociedade. Advém, então, a incerteza sobre a renda básica ser uma das ferramentas para a transição ecológica, ou se, por fim, estimularia a reprodução de um modelo de crescimento econômico baseado no uso de combustíveis fósseis que já esbarra em seus limites.

Entretanto, as políticas públicas de Maricá não se reduzem somente ao programa da RBC. A título de exemplo, existem políticas voltadas a intensificar transações em sua moeda local, de mobilidade urbana com transporte gratuito via ônibus e bicicletas, programas na área de educação com o “mumbuca futuro”, “passaporte universitário” e a instalação da Universidade do Mar (UniMar), e do incentivo a feiras agroecológicas e hortas comunitárias. Há um consenso em pesquisas acadêmicas que a sustentabilidade é um processo de longo prazo das sociedades industrializadas, que não pode ser alcançado sem mudanças nos subsistemas sociais, tais como transporte, energético, alimentar, gerenciamento de água entre outros (NUNES, 2020).

Desse modo, Maricá constitui particularidade única de estudo sobre os efeitos de uma renda básica para o meio ambiente, sobretudo, quando esta ocorre simultaneamente com políticas públicas que podem se tornar complementares na busca por uma transição sustentável. Portanto, esta pesquisa contribui para a literatura através da compreensão de potenciais impactos de uma renda básica na redução da pobreza e degradação ambiental e na sinergia entre renda básica e políticas complementares em prol do bem-estar econômico, social e ambiental.

Para compreender um tema pouco explorado, cujas relações não são dadas, optou-se pela abordagem qualitativa, que é mais adequada para abordar as questões sutis e complexas que esse debate propõe. As questões a serem investigadas são em que medida políticas de transferência de renda, em especial o programa da RBC de Maricá, tem potencial para fomentar ou atenuar impactos ecológicos. Além disso, investigar se há uma percepção de sustentabilidade ecológica por trás das políticas públicas desenvolvidas no município.

Utilizou-se Maricá como estudo de caso e por meio da técnica de coleta de dados, através de entrevistas realizadas com roteiros semiestruturados, obteve-se as informações que foram classificadas nas seguintes temáticas:

1. A RBC na esfera do crescimento econômico
2. Tentativa de rompimento com padrões atuais de crescimento econômico
3. Contradição do impacto ecológico pelo financiamento da RBC
4. Políticas públicas de Maricá e a transição ecológica
5. A RBC favorece padrões de vida mais sustentáveis?
6. Indústria do turismo e sustentabilidade

Além desta introdução, esta dissertação está estruturada da seguinte forma: no capítulo 1 é realizada uma revisão da literatura norteadora sobre renda básica, os possíveis benefícios e potenciais conflitos que possa provocar ao meio ambiente e as políticas integrativas, que associadas a ela, podem oferecer um desenvolvimento sustentável. No capítulo 2 são apresentadas maiores informações sobre o município de Maricá, a saber: um breve relato histórico, características recentes e políticas públicas desenvolvidas no município, além do debate sobre o paradoxo do financiamento da RBC e justiça intergeracional, com base nos relatos internacionais da Arábia Saudita e Noruega. No capítulo 3 é detalhada a metodologia da pesquisa, a discussão das informações obtidas pelo roteiro semiestruturado e as considerações finais. Por fim, no capítulo 4 encontra-se a conclusão da dissertação.

CAPÍTULO 1 – POLÍTICA DE TRANSFERÊNCIA COMO SOLUÇÃO ECOLÓGICA E SOCIAL?

O objetivo deste capítulo é discutir os benefícios e potenciais conflitos que um programa de transferência de renda, em especial a renda básica de cidadania, possa provocar ao meio ambiente. Para isso, na primeira seção será apresentada a definição, características e exemplos de modelos análogos de uma renda básica de cidadania. Com base na análise dessa literatura, na segunda seção procurou-se indicar quais viriam a ser as vantagens da renda básica para atenuar a degradação ambiental, e na terceira seção os possíveis problemas que a adoção de uma renda extra poderia ocasionar ao meio ambiente. Levando-se em consideração que os efeitos da adoção de uma renda básica na natureza seguem incompreendidos, na seção quatro discute-se como a aplicação de políticas integrativas que poderiam agregar valor na política de renda básica e oferecer a oportunidade de um bem-estar eco social.

1.1 - A renda básica de cidadania

A literatura fornece variadas propostas de renda básica, que podem ser encontradas sob diferentes nomenclaturas, tais como “dotação inicial”, “imposto de renda negativo”, “dividendos de fundo permanente” entre outros. Elas diferem em algumas dimensões, como valor do benefício, natureza da distribuição e financiamento. Isto reflete os diferentes enfoques que podem ser dados quando se trata da renda básica universal.

A referência conceitual utilizada neste trabalho é de renda básica de cidadania (RBC). De acordo com Van Parijs (2000, p. 179) “A renda básica é uma renda paga por uma comunidade política a todos os seus membros individualmente, independente de sua situação financeira ou exigência de trabalho.” Assim, o desenho de uma renda básica sintetiza-se por meio de provisão em espécie, incondicional e individual.

O pagamento em dinheiro, e não em forma de habitação, alimentos ou outros bens de consumo, é um conceito fundamental e diferencial das outras modalidades de assistência. O argumento é de que a provisão em espécie seria: justa, eficiente, menos burocrática e libertária. Na era tecnológica, essa distribuição torna-se justa e eficiente quando realizada em forma eletrônica, porque é menos burocrática do que a disponibilização de alimentos, a qual demandaria mecanismos de armazenamento e distribuição aos beneficiários. Esse modo de pagamento também desfavorece a propensão ao clientelismo, possíveis iniciativas de lobby e

de estigmatização dos recebedores contidas em outras formas de distribuição (VAN PARIJS E VANDERBORGHT, 2018).

Cria-se poder aquisitivo, deixando o beneficiário livre para usá-lo da forma que desejar e mantendo-se as preferências individuais, assim justificando a visão libertária. A soma dessas características descritas aponta a possibilidade do surgimento de mercados secundários oriundos das transferências em espécie, apoiando o argumento de que os recursos podem ir além do atendimento às necessidades básicas (VAN PARIJS E VANDERBORGHT, 2018).

Os autores ponderam que, embora a adoção do pagamento em dinheiro tenha suas vantagens, não deve ser adotada de forma categórica. Há casos a serem considerados quando se implementa o pagamento em dinheiro, como a existência de um mercado aberto, transparente e desenvolvido, para que não haja discriminação e contração do poder aquisitivo aos recebedores, justamente o que uma renda monetária visa combater. Um segundo é o caso de emergência, onde a necessidade de receber alimentação e abrigo seja urgente, sem a chance de aguardar o desenvolvimento de um mercado. Um terceiro refere-se às condições prévias de cidadania, como a provisão pública do acesso a bens de consumo, como saúde e educação, que não podem ser substituídas pela provisão de dinheiro (VAN PARIJS E VANDERBORGHT, 2018).

Segundo os autores, a universalidade do benefício é relevante sob três aspectos. Primeiro, pela alta taxa de adesão a um custo informativo mais baixo, já que o pagamento não fica restrito a um determinado grupo, evitando estigmatização e complicações na distribuição. Segundo, ao libertar as pessoas da exclusão do trabalho, pois podem aceitar empregos ou desenvolver trabalhos próprios sem o temor de perda do direito. Terceiro, ao combater a chamada “armadilha do desemprego” ou da “pobreza”, visto que o benefício não está atrelado ao nível de renda atual, não desestimulando qualquer nova forma de trabalho que provenha renda.

Van Parijs e Vanderborght (2018, p. 43) caracterizam a RBC como “(...) incondicional no sentido de ser universal e não estar sujeita à comprovação de carência de recursos. Os ricos têm direito a ela tanto quanto os pobres”. Não exige vínculo empregatício, ou seja, os que possuem emprego recebem, assim como os que estejam desempregados de maneira voluntária ou não. A incondicionalidade é a peça-chave na conciliação de duas possíveis ameaças que rondam programas de transferência de renda: a “armadilha do desemprego” e “do emprego”. Torna-se libertadora no sentido de ser possível aceitar uma oferta de trabalho sem a perda do

benefício, como também evita a exclusão do indivíduo do recebimento caso não possua emprego.

A individualidade no benefício encontra-se no pagamento a todos os indivíduos e independe da composição familiar. O argumento favorável manifesta-se nos crescentes casos de coabitação sem registro oficial, que demandariam esforço e dispêndio em coletar informações, assim como a invasão de privacidade e a dificuldade de controlar possíveis casos de arbitrariedades. Além disso, com o comprometimento em fornecer liberdade aos indivíduos, a distribuição de um pagamento direto e individual se faz necessária dentro da organização familiar, porque permite a emancipação de todo e qualquer membro da família, sobretudo mulheres e idosos, evitando a dependência do chefe do domicílio (VAN PARIJS E VANDERBORGHT, 2018).

Um estudo realizado por Haushofer e Shapiro (2015) sobre política de transferência no Quênia sugere que a transferência incondicional de renda tem impactos significativos sobre o bem-estar psicológico. Utilizando o cortisol como marcador biológico de estresse, observou-se que o nível do hormônio de estresse é significativamente mais baixo quando as transferências são feitas às esposas do que aos maridos e quando a soma é disponibilizada uma vez por mês do que diariamente. Esse resultado demonstra que as transferências de renda produzem efeitos não só no bem-estar estritamente econômico, como psicológico.

1.2 - Universalidade *versus* Focalização?

Em resumo, as políticas sociais universais, como a RBC, são para todos os cidadãos, individual, sem exigência de contrapartidas e comprovação de renda. Como discutido, há várias razões econômicas, éticas e sociais em favor da adoção desta política. Elas incluem uma melhor distribuição da riqueza na sociedade, maior segurança econômica, aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, remunera trabalhos hoje que não são remunerados, como o doméstico e de cuidados, e impulsiona a economia (WALTENBERG, 2021). Entretanto, existe um debate sobre políticas sociais que tem como pano de fundo duas concepções, a universalização e a focalização.

O conceito de focalização em programas sociais está fortemente ligado ao ideário do mercado como perfeito alocador dos benefícios materiais para a sociedade, o que remete à noção de justiça de mercado. “Nesse campo normativo-conceitual, as políticas sociais seriam residuais, incidindo sobre os segmentos à margem dos processos econômicos integradores”

(KERSTENETZKY, 2006). A focalização residual se apresenta como parte da racionalidade do sistema, o qual, através de trocas eficientes, distribui as vantagens econômicas da melhor forma, restando a política social apenas uma provisão contra imprevistos.

Como argumenta Kerstenetzky (2006) a focalização através desse gênero aparece como um estilo “racional” de política social, contudo envolve uma certa visão moral sobre “o que deve e o que não deve” ser da responsabilidade pública. A "pobreza imerecida” seria resultado do acaso e não da existência de desigualdades socioeconômicas que justificassem uma intervenção pública. Contudo, existem outros argumentos da focalização como a condicionalidade e a ação reparatória, que possuem uma concepção de justiça distributiva diferente da focalização residual descrita acima.

A condicionalidade atua no foco certo para atingir eficiência local por uma solução especificada de antemão e a ação reparatória garante aos grupos sociais o acesso a direitos universais, que pode ter sido perdido por injustiças anteriores ou por chances desiguais na sociedade ao longo da vida. Kerstenetzky (2006) revela que a primeira como parte da solução do problema demanda um forte conhecimento não só de aspectos econômicos, como também demográficos, sociológicos e territoriais para implantação de uma política pública. Já a segunda se faz necessária em uma sociedade muito díspare, onde políticas redistributivas compensatórias, como bens e serviços para os mais pobres e políticas redistributivas estruturais, como reforma tributária, atuam tanto na pobreza como na falta de equidade.

A desvantagem relacionada às políticas focalizadas encontra-se nos argumentos de eficiência social e de natureza ética. O desenho minucioso para a identificação do grupo focal, a implementação de uma nova administração, o monitoramento do grupo e a avaliação dos resultados de políticas sociais focalizadas requerem elevados custos. Podem surgir sentimentos de hostilidade e injustiça por parte dos cidadãos não amparados por tal política. Desse modo, as políticas universais são uma alternativa aos elevados custos e ao estigma decorrente de uma focalização.

O modelo da RBC defendido por Van Parijs e Vanderborght descrito inicialmente não é o único. Existem outros modelos correlatos, como o “subsídio ou dotação inicial”, “imposto de renda negativo” e “dividendo de recursos naturais”. Como poderá ser visto na descrição de cada um deles, tais modelos possuem a natureza de uma política social mais próxima da universalização do que da focalização, porém com características singulares.

1.2.1 - Dotação inicial

Ao contrário de uma renda básica entregue ao longo da vida e em um montante menor, um subsídio é uma concessão de renda incondicional que é oferecida em uma única doação de grande quantia, geralmente quando o beneficiário atinge a maturidade (WIDERQUIST E HOWARD, 2012).

Um dos defensores desta modalidade é o economista francês Thomas Piketty, que propõe um sistema de herança no valor de 120.000 euros. A ideia seria transferir a herança a todos os jovens aos 25 anos que seria financiada pelo mix de impostos progressivos sobre riqueza e herança. A ideia da dotação inicial, traz a noção de igualdade de oportunidades e de liberdade no início da vida adulta.

Neste caso, este modelo possuiria o perfil universal, individual e de pagamento em espécie em comparação ao da RBC, porém com a presença de condicionalidade na idade. A vantagem é que o grau de liberdade conferido neste modelo é bem maior que a de uma renda básica e permite atingir uma população focalizada com um determinado orçamento. Além disso, pode até não garantir que os indivíduos terão uma renda diferente de zero durante toda a vida, porém garante que a possa receber pelo menos em algum momento de suas vidas (WIDERQUIST E HOWARD, 2012).

Uma desvantagem é a capacidade de discernimento dos beneficiários, pois envolve a liberdade de cometer acertos e erros com a direção dada ao alto valor da quantia recebida. Essa tomada de decisão é afetada pela capacidade intelectual dos indivíduos, apoio familiar, qualidade da educação, interação do meio social, isto é, os jovens mais favorecidos tendem a fazer escolhas melhores do que os menos favorecidos socialmente (VAN PARIJS E VANDERBORGHT, 2018).

Desta forma, este modelo deixa evidente que não basta simplesmente distribuir dinheiro para que um programa possa vir a obter sucesso. A existência de uma rede de infraestrutura e de suporte familiar e social são imprescindíveis na formação das escolhas dos jovens. Logo, a vantagem da adoção de um público-alvo restrito que gera um orçamento menor pode não ser alcançada devido a outros investimentos necessários para sustentar essa política.

1.2.2 - Imposto de renda negativo

Segundo Van Parijs e Vanderborght (2018) o conceito de imposto de renda negativo teve como propulsor Augustin Cournot, fundador da economia matemática e mais adiante, em 1962 foi popularizado por Milton Friedman em seu livro “Capitalismo e Liberdade”. Seu argumento é de que o imposto de renda negativo seja o instrumento eficiente e racional para erradicar a pobreza, pois não prejudicaria o funcionamento do mercado e garantiria uma renda a todas as pessoas de baixa renda (SUPLICY, 2000).

O imposto de renda negativo define uma linha de renda, abaixo da qual as pessoas são receptoras do benefício (ou imposto negativo) e acima da qual as pessoas são contribuintes. O benefício dado a uma família diminui à medida que sua renda aumenta, e é igual a zero no ponto em que há a transformação do nível de renda bruta do imposto negativo em imposto de renda positivo sobre os contribuintes (VAN PARIJS E VANDERBORGHT, 2018).

Esse ponto de transformação é o mesmo no de renda básica, onde aqueles com renda bruta abaixo são os beneficiários líquidos e os acima são os financiadores (VAN PARIJS E VANDERBORGHT, 2018). Friedman argumenta: “Uma renda mínima de mil unidades com uma porcentagem de 20% sobre a renda ganha é equivalente a um imposto de renda negativo com isenção de cinco mil unidades e uma porcentagem de 20% abaixo e acima de cinco mil unidades.” (SUPLICY, 2000).

A vantagem deste modelo reside na ausência de condicionalidades, no sentido de não se basear na disposição para trabalhar, na individualidade, em considerar o indivíduo como unidade no recebimento do benefício e do passivo fiscal e no pagamento em dinheiro, garantindo a eficiência, menor burocracia, liberdade e disposição justa, mantendo-se as qualidades da renda básica.

Adicionalmente, envolve um volume de impostos e gastos inferiores se comparado à RBC, o que faz parecer ser menos custoso e ter maior aceitação na opinião pública. Quanto a isso, o esquema de imposto de renda negativo guarda a impressão de que a fonte de merecimento desta renda é o trabalho, visto que o crédito fiscal está atrelado ao valor de aumento do salário líquido do trabalhador. Sendo assim, concede a sensação de que o indivíduo está sob influência da empresa que paga os salários, em vez do governo, que paga o benefício. Logo, este modelo traz essas vantagens políticas, que podem ser mais convenientes em sua

aplicabilidade e podem ser parte de uma trajetória de transição (VAN PARIJS E VANDERBORGHT, 2018).

Existe uma suposta equivalência entre renda básica e imposto de renda negativo do ponto de vista contábil. Entretanto, Van Parijs e Vanderborght (2018) afirmam que o conceito usualmente utilizado por Friedman se restringe a um imposto de renda de pessoa física e perfil linear, diferente da RBC, que pode ser financiada por tributação progressiva ou regressiva. Além disso, a renda básica é um mecanismo *ex ante*, isto é, o pagamento é feito ao longo do ano e é recolhido na forma de imposto daqueles que possuem maiores rendimentos, enquanto o imposto de renda negativo é *ex post*, há necessidade de esperar o fechamento do ano fiscal para receber o benefício.

Em princípio seria somente uma diferença administrativa entre a renda básica e o imposto de renda negativo. Todavia na prática, é difícil para uma pessoa que esteja passando por situação de vulnerabilidade em seu cotidiano poder aguardar até o final do ano fiscal para ser contemplada pelo benefício. Além disso, tal política requer maior capacidade de arrecadação tributária, informação fiscal dos contribuintes, sejam eles ricos ou pobres, e um mercado consistente de trabalho formal. Sendo um país como o Brasil, que possui um mercado de trabalho com alto grau de informalidade, baixo percentual de declarações de imposto de renda e uma numerosa população economicamente ativa (PEA)¹, a operacionalização de uma política de imposto de renda negativo requereria um imenso esforço da Receita Federal.

Portanto, o modelo de imposto de renda negativo corresponde a três das quatro características fundamentais de uma renda básica segundo Van Parijs e Vanderborght (2018): incondicionalidade, individualidade e pagamento em dinheiro. E as diferenças residem na falta de universalidade e na periodicidade do pagamento.

1.2.3 - Dividendo de fundo permanente

Desde 1982, os cidadãos do Alasca recebem o dividendo do fundo permanente. O *Alaska Permanent Fund* é um fundo soberano utilizado como mecanismo para transformar um fluxo temporário de riqueza em uma renda permanente. A introdução do fundo ocorreu porque

¹ Em 2021, foram entregues 36.868.780 declarações de imposto de renda. Os dados de 2010 do IBGE mostram uma PEA de 91.548.924 habitantes. A PEA é obtida pela soma da população ocupada e desocupada com 16 anos ou mais de idade. Fonte: <https://g1.globo.com/economia/imposto-de-renda/2021/noticia/2021/09/30/ir-2021-869302-contribuintes-cairam-na-malha-fina-veja-o-que-fazer-se-voce-e-um-deles.ghtml> Acesso em 29/11/2021. <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-1,1,2,-2,-3,128&ind=4726> Acesso em 29/11/2021.

grande parte dos habitantes percebiam que a extração do petróleo iria possibilitar um ganho repentino e grande, porém passageiro. Por isso, o fundo garante que o estado continue a se beneficiar mesmo com o esgotamento da reserva (WIDERQUIST E HOWARD, 2012).

A renda básica existe pela decisão do governo de explorar suas reservas de petróleo através da tributação do recurso natural. Segundo Widerquist e Howard (2012) os impostos trazem o benefício de desencorajar o uso excessivo do petróleo. “Se bem empregados, eles podem ser uma parte importante de uma estratégia de gestão ambiental verde, dando as pessoas o incentivo para reduzir o consumo de recursos escassos para níveis sustentáveis.” (p.5).

O modelo de dividendos atende às características essenciais do modelo de RBC: incondicionalidade, universalidade, pagamento em espécie e individual, sendo assim um legítimo programa de renda básica de cidadania. O financiamento através dos *royalties* do petróleo deixa evidente a cada membro da comunidade que as empresas que desejarem despejar poluentes irão se responsabilizar financeiramente com a comunidade do Alasca, o que pode ser visto como uma vantagem deste programa. Uma desvantagem do modelo de dividendo de fundo permanente refere-se à cautela na gestão dos recursos. É importante que a gestora mantenha boas práticas de alocação dos ativos no fundo, não assumindo riscos que possam comprometer o valor dos dividendos das pessoas.

Assim, a possibilidade de se reduzir a pobreza através de políticas sociais de transferência de renda, visando garantir um mínimo de subsistência, contribui para o desenvolvimento da sociedade. Contudo, tal política estabelece relações socioambientais que não podem ser ignoradas. Poucos estudos debruçam-se sobre aspectos ecológicos de uma renda básica e é isso que será abordado nas seções seguintes.

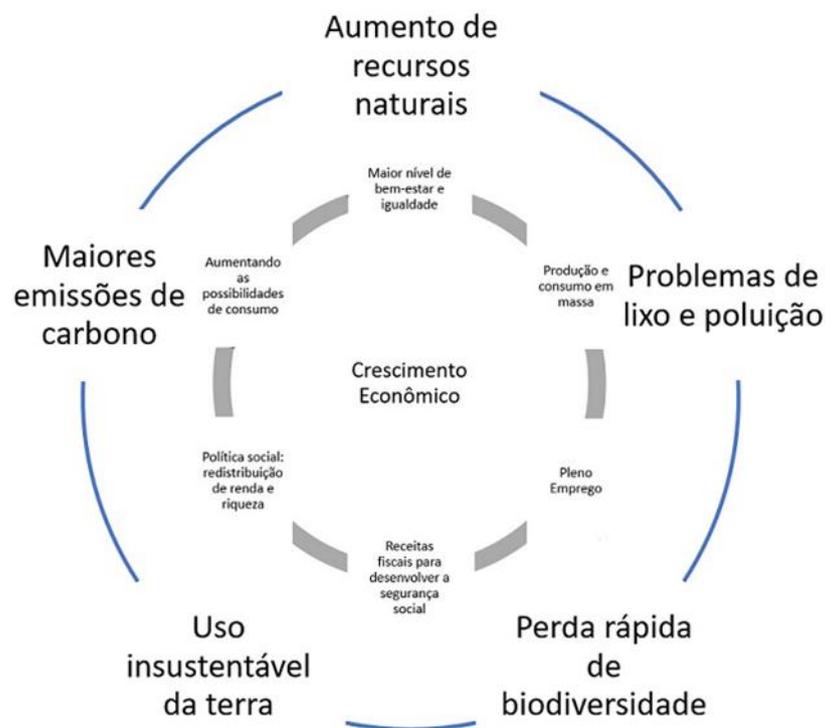
1.3 - Possíveis efeitos benéficos de uma renda básica para o meio ambiente

Van Parijs (2013) indica que há uma relação fundamental, embora indireta, entre renda básica e questões ecológicas. Este elo perpassa pela simpatia política dos partidos verdes europeus pela adoção de uma renda básica. Como esses partidos compreendem os limites ambientais planetários, eles prezam a natureza como patrimônio da humanidade, e em vista disso, defendem a diminuição do consumo insustentável e a desaceleração do ávido crescimento econômico nos países desenvolvidos.

O modelo de crescimento econômico permanentemente destrutivo de recursos naturais desperta um ceticismo dos “verdes” como solução para enfrentar os atuais desafios ambientais.

A continuidade deste padrão de crescimento e produção pode ser incompatível com a realidade de limites planetários e mudanças climáticas. A figura 1 apresentada por Hirvilammi (2020) demonstra a contradição inerente desse modelo que, ao produzir crescimento econômico, mobiliza recursos cujas atividades prejudicam os ecossistemas.

FIGURA 1 – O círculo virtuoso do estado de bem-estar inseridos no círculo vicioso do colapso ecológico



Fonte: Traduzido de HIRVILAMMI, 2020 p.7.

Diante deste cenário no qual o crescimento econômico reforça seus próprios riscos de continuidade, fica difícil presumir uma sustentabilidade ecológica dentro deste paradigma de crescimento. Pinto (2019) ressalta duas visões a respeito da introdução de uma renda ecológica para alcançar um impacto ambiental positivo: a introdução de renda básica como parte do modelo econômico atual, ou seja, uma *renda básica ambientalista*, e uma renda básica que permitiria romper com o ciclo de produção e consumo (hiperconsumo), ou seja, uma *renda básica ecológica*. A primeira está associada à necessidade de incentivos de mercado para promover a inovação verde, através da valoração monetária aos serviços ecossistêmicos ou

instrumentos financeiros verdes, como mercado de carbono. A segunda a uma transição pós-produtivista, de uma sociedade de emprego para uma de trabalho.

A inserção de uma fonte universal de segurança básica que independe do trabalho estreita uma ligação entre renda básica e uma economia pós-crescimento. A receita da renda básica daria aos indivíduos liberdade para o envolvimento em outras atividades autônomas "muito mais intensivas em mão-de-obra e menos intensivas em recursos naturais do que a produção formal" (VAN PARIJS, 2013, p.270). São exemplos dessas atividades na esfera autônoma da sociedade, o voluntariado, o trabalho assistencial, de cuidados e doméstico.

Na literatura correlacionam-se tais atividades como atividades pós-produtivistas. Entende-se por atividades pós-produtivistas aquelas que se dissociam do emprego formal e que quebram com o vínculo entre produção e consumo. Os efeitos de uma renda básica em direção ao pós-produtivismo vão além da relação de contrato de trabalho e pode remover uma das forças motrizes marcantes que está por trás do crescimento econômico.

“Quando não precisamos de um emprego em tempo integral para sobreviver e ganhar reconhecimento social, não precisamos mais abraçar motores insustentáveis de crescimento para alcançar o pleno emprego a qualquer custo.” (BIRNBAUM, 2010, p.2).

Ao discutir que os sistemas formais e de bem-estar não devem ser orientados para o *ethos* do crescimento pelo crescimento² e o que isso implica (motivação de lucro, curto prazo, consumismo esbanjador, a confusão de trabalho com emprego remunerado), o pós-produtivismo pode ser visto como uma solução de reforma ambiental, ao invés de meros ajustes com os mercados, como o mercado de carbono e metas ambientais insuficientes (FITZPATRICK, 2010).

O defensor pós-produtivista Goodin (2001), argumenta que muitas pessoas poderiam optar por um estilo de vida mais relaxado, já que o núcleo do valor pós-produtivista é a autonomia. Acrescenta que há dificuldades na exatidão do que é necessário para autonomia, porém há três principais prioridades políticas que podem favorecer as pessoas a serem seus próprios agentes: adequação de renda, adequação temporal e condicionalidade mínima.

² “Com a maioria dos ambientalistas duvidando que os governos ainda tenham que levar os desafios ecológicos suficientemente a sério, há uma necessidade contínua de testar e confrontar o pensamento ortodoxo. É isso que o pós-produtivismo oferece.” (FITZPATRICK, 2010, p.2)

A adequação da renda implica um valor que atenda às necessidades básicas do indivíduo e que possa garantir sua liberdade de ação, sem que a renda esteja condicionada à estrutura familiar ou participação da força de trabalho. Isto é, deve ser alcançado por um direito próprio, ou um mínimo de condicionalidade. Por fim, a adequação temporal refere-se à quantidade mínima de tempo livre de que os indivíduos dispõem para fazer uso desse valor, ou seja, garante maior controle sobre o uso do tempo (GOODIN, 2001).

Consequentemente, percebe-se que a renda básica possui as características que permitiriam o desenvolvimento das atividades pós-produtivistas na esfera autônoma, fornecendo a emancipação genuína do ser em relação ao tempo suficiente e necessário que é destinado ao mundo do trabalho. Isto é, com o avanço de tecnologias mais eficientes combinadas com uma mudança de estilo de vida e cultura, seria possível, fora da ideia de crescimento infinito, ampliar o tempo livre das pessoas e expandir trabalhos que seguem caminhos ecologicamente sustentáveis para o bem-estar.

Os adeptos do estilo “verde” dão grande importância à disponibilidade de tempo para as atividades próprias. Uma renda básica com um valor adequado de sobrevivência possibilitaria essa aspiração, pois reduziria o custo de oportunidade de lazer ou de escolher empregos mais atraentes para si e criativos. Esta renda daria liberdade para maior participação no setor autônomo, assim como na diminuição em formas de emprego degradantes, porque cria maior liberdade para sair deles quando os acontecimentos dão errado.

Standing (2014) argumenta que a única forma de oferecer segurança econômica é estender a todos o direito a uma renda básica. Ao questionar a lógica de que é preciso vender trabalho para comprar vida, a renda básica evidencia transformações no sentido humanizador e pós-capitalista, que podem ser possíveis na sociedade. Como o autor sustenta no livro “O Precariado – a nova classe perigosa” o tempo de qualidade é um aspecto crucial. Não há razão para que os ricos tenham, controle sobre seu tempo, e o *precariado*³, quase nenhum. Este último gasta tempo imenso lidando com demandas burocráticas, candidatando-se a novos empregos,

³ “Uma característica definidora do *precariado* é que são empregos temporários; trabalho ocasional, em tempo parcial ou intermitente e com condições de trabalho instáveis. Não têm uma identidade ocupacional segura; nenhuma narrativa ocupacional que possam dar às suas vidas. Eles são explorados fora do local de trabalho, bem como dentro dele, e fora das horas pagas, bem como neles. É a primeira classe trabalhadora da história que, como norma, deve ter um nível de educação superior ao trabalho que se espera que realize ou espera obter. Dependem em grande parte de salários monetários, sem benefícios não salariais, como pensões, férias pagas, benefícios de demissão e cobertura médica. São cidadãos reduzidos a pleitear benefícios e acesso a serviços públicos, dependentes das decisões discricionárias de burocratas locais” (STANDING, 2014, p.10).

aprendendo habilidades que podem se tornar obsoletas antes que sejam usadas, nervosos pelo contexto de insegurança, buscando um emprego instável e sofrendo de insônia induzido por ele (STANDING, 2014).

Em virtude disso, a renda básica traz em sua essência o valor da liberdade. Não só a liberdade de consumir, através do poder de compra, numa economia de mercado. Afinal, se a motivação fosse reduzida a isso, qualquer renda mínima seria escolhida. O que o autor argumenta é que o indivíduo tem “a liberdade de viver a vida que deseja viver” (VAN PARIJS, 2013, p.272), independente se a atividade escolhida seja reconhecida como trabalho pelo senso comum.

Ou seja, o que o autor defende é oferecer um rendimento que não seja retirado com o passar do tempo (liberdade de “consumir”), sem exigência de estar no trabalho formal ou a procura de um emprego (liberdade de não “trabalhar”) e incluir quem já detenha uma renda (liberdade de “trabalhar”). Portanto, é necessária uma renda básica caso a preocupação esteja “com a verdadeira liberdade de dirigir a própria vida no sentido abrangente assim sugerido.” (VAN PARIJS, 2013, p.272).

Entretanto, os “verdes” teriam um desafio de encontrar um meio para solucionar o desemprego que fosse além do paradigma do crescimento econômico. Devido ao progresso tecnológico, as baixas taxas de crescimento econômico tendem a cair aquém do aumento da taxa de produtividade do trabalho, podendo assim resultar em aumento do desemprego. Cada vez menos trabalho seria necessário para atingir o nível de produção considerado desejável e conseqüentemente, ocorreria forte pressão popular as medidas de estímulo econômico e prevenção do emprego (VAN PARIJS, 2013).

Para enfrentar tal possível *trade-off*, existe a alternativa de defender argumentos verdes para a renda básica que se desvinculem da rejeição do crescimento econômico. A análise de Manjarin e Szlinder (2016) apontam que, através do seu efeito na parcela salarial, a renda básica pode ser considerada um exemplo de política pró-trabalho⁴. A renda básica deve levar a um aumento da participação dos salários no PIB, melhorando significativamente a posição de barganha dos trabalhadores por quatro movimentos: em primeiro lugar, a implementação de um sistema de renda básica acaba por redistribuir renda em benefício dos grupos mais pobres,

⁴“A luta para aumentar a participação salarial no PIB não é diretamente um movimento anticapitalista, na verdade, também pode ser funcional para a acumulação de capital, bem como o melhor uso das capacidades produtivas.” (MANJARIN E SZLINDER, 2016, p.4).

aumentando a demanda efetiva interna e criando um ambiente propício para investimentos e expectativas de lucros, que impulsionam os empregos e diminuem a taxa de desemprego (MANJARIN E SZLINDER, 2016).

Em segundo lugar, a renda básica aumentaria a parcela salarial, porque com a existência dessa quantia que compense o custo médio de vida mínimo⁵, os trabalhadores não teriam o receio de se demitir de um emprego não satisfatório (seja em termos salariais ou por condições de trabalho) e teriam tempo de buscar um emprego preferível ao que desejar. Assim, uma renda básica melhoraria a posição de barganha dos trabalhadores, em especial nas negociações salariais (MANJARIN E SZLINDER, 2016).

Em terceiro lugar, uma renda básica poderia ter um efeito positivo sobre o poder de negociação coletiva, sobretudo durante uma greve. Com um rendimento garantido fora do mercado de trabalho, os grevistas teriam mais resistência e reforçariam os poderes dos sindicatos frente aos empregadores (MANJARIN E SZLINDER, 2016).

Por fim, a renda básica fornece segurança e tempo que dão possibilidade para o engajamento em relações alternativas de produção, como cooperativas, atividades sociais fora da esfera do capital e na luta política por melhorias da situação dos trabalhadores (MANJARIN E SZLINDER, 2016). Outra vez nota-se a influência que uma renda básica oferece para que os indivíduos possam se envolver em outras atividades além da esfera formal, seja em um contexto de contraposição ao crescimento econômico ou não.

Um outro caminho para os “verdes” driblarem a resistência ao crescimento econômico é a utilização de investimentos tecnológicos e de inovação. Os avanços tecnológicos são essenciais para que se possa produzir mais com menos custo, pois há a necessidade de melhorar a qualidade de vida de boa parte da população por não possuírem ainda acesso a eletricidade, alimentação digna e saneamento básico. Os otimistas afirmam que a inovação pode promover novas fontes de energia, mudanças no consumo das matérias-primas e estabilização no desenvolvimento demográfico. Argumentam que a trajetória humana aponta não só para os

⁵ “Os autores salientam algumas condições necessárias para que essa dinâmica da renda básica possa ser acionada. O primeiro tem a ver com o nível de renda básica: só pode fazer sentido se a quantia dada a todos os membros da sociedade é suficiente para reduzir a incerteza do trabalhador sobre sua renda esperada, certa quantia que, portanto, tende a compensar o custo médio de vida mínimo. A segunda é um apoio social e político em favor da manutenção das instituições do Estado de bem-estar social, principalmente seguridade social e serviços públicos, bem como alguma regulação política para delimitar a concentração de poder nos mercados.” (MANJARIN E SZLINDER, 2016, p.8).

resultados advindos do crescimento, como também os que são produzidos pela ação coletiva e da inovação (BRANDAL ET AL, 2013).

Para isso, é preciso que a finalidade de uma renda básica esteja em convergência com os métodos de produção. Nesse sentido, uma *renda básica ambientalista* seria parte integrante de um crescimento verde, no qual os atuais padrões de produção e consumo (ainda que ambientalmente insustentáveis) seriam mantidos, pois novas soluções tecnológicas compensariam os impactos negativos (PINTO, 2019). Os defensores acreditam que somente o aprimoramento tecnológico, como por exemplo, as medidas alternativas “verdes” de geoengenharia e energia nuclear podem promover uma mitigação significativa do clima (PINTO, 2019).

Embora haja a pretensão em construir uma sociedade com baixo carbono através de esforços tecnológicos, as inovações necessárias para atingir a sustentabilidade também exigem mudanças nos padrões de consumo. Hubacek et al. (2017) argumentam que uma melhor distribuição da renda global e mudanças no estilo de vida e comportamento das elites devem ser praticadas para reduzir o tamanho de suas pegadas de carbono, assim como, para compensar o custo extra de carbono necessário para acabar com a pobreza. Ou seja, o padrão de consumo de determinadas parcelas da população que provoca a questão mais grave do problema climático. Os autores estimam que em 2010, a elite global (os 10% mais ricos do mundo) foi responsável por 36% das emissões globais de carbono, enquanto os extremamente pobres (12% da população mundial) responderam com apenas 4%.

Cabe ressaltar que nem todas as formas de consumo devem ser reduzidas em prol da proteção ambiental, porque algumas delas já atendem a esse propósito intrinsecamente. Existe uma diferença entre o uso de recursos no gasto com aulas de guitarra ou numa ida a um show, do que com um gasto na viagem de avião ou compra de carro SUV (HOWARD, PINTO E SCHACHTSCHNEIDER (2019). Para Andersson (2010) em um mundo desigual no qual vivemos, se os impostos ecológicos não forem proporcionais à degradação ambiental, estes poderão isentar os ricos que possuem estilos de vida mais esbanjadores, enquanto os mais pobres poderão não ser capazes de atender suas próprias necessidades de vida, como água, comida, habitação decente e transporte diário ao ter que arcar com este cumprimento fiscal.

Para o autor, a solução deste conflito entre justiça social e sustentabilidade ecológica reside no compartilhamento da receita dos impostos verdes igualmente entre os envolvidos no aumento do custo de vida. Assim, aqueles que consomem ou poluem mais do que a média,

pagariam mais e os mais pobres e vulneráveis receberiam uma renda básica compensatória, já que a busca pela sobrevivência não deveria ser comprometida com o pagamento de altos impostos para lidar com problemas ambientais. Nesse caso, esta solução visaria uma “justiça eco-distributiva”, quando ao mesmo tempo pode frear excessos de consumo e garantir uma oportunidade de vida aos mais pobres.

Boulanger (2010) levanta a questão se um esquema de renda básica pode satisfazer ao mesmo tempo os critérios de suficiência econômica (para necessidades básicas) e sustentabilidade ambiental. Para ele, a resposta está na contribuição que uma renda básica poderia fazer na redução do consumo. Uma renda básica que seja suficiente para satisfazer as necessidades materiais faria com que fontes adicionais de renda não fossem imprescindíveis. “Quanto mais próximo estiver de satisfazer as necessidades básicas das pessoas cultivando valores menos materialistas, menos renda adicional terá de esperar de um trabalho remunerado.” (BOULANGER, 2010, p. 5). Caso houvesse necessidade de um consumo suplementar, a renda básica seria um meio facilitador para alcançar atividades não mercantis e de trocas.

Uma estratégia de sustentabilidade ambiental apontada pelo autor seria a “desmercantilização”. Ou seja, aumentar a influência de outras instituições tais como, Estado, comunidade e família no fornecimento de bens e serviços, além da interação entre oferta e demanda do mercado. Ao contrário da orientação das forças do mercado para que os indivíduos adquiram, usem, descartem e substituam os objetos após usados ou assim que cansarem, as práticas de compartilhamento, empréstimos, reutilização, reparação e trocas resultam em mais pessoas usando o mesmo objeto, de modo que ele tenha que ser menos produzido (BOULANGER, 2010).

Além disso, as atividades comunitárias “desmercantilizadas” geralmente são alcançadas como formas de produção e consumo mais intensivas em mão-de-obra, que reduzem o tempo disponível para consumo extra e contribuem para diminuir a pegada ecológica do consumo, porque deslocam a economia, diminuem os custos de transporte, de poluição e promovem o compartilhamento (BOULANGER, 2010). Uma renda básica facilita nessa estratégia, já que sem um apoio financeiro que seja incondicional, universal e duradouro, dificilmente os modos de produção baseados no coletivo pudessem ser priorizados para induzir o bem-estar social.

A contribuição de uma renda básica para as atividades não mercantis impulsiona a transição ecológica. Um relato hipotético dos estágios iniciais de uma grande transição feita por

Raskin et al (2002) é de que “uma renda mínima garantida fornece um confortável, mas básico padrão de vida” (p. 44). Em relação ao mercado de trabalho, os autores supõem que os sistemas de produção robótica libertariam as pessoas de processos repetitivos não criativos, o que favoreceria uma economia com mão de obra artesanal intensiva em concomitância com alta base tecnológica.

Sobre o termo “transição” comumente utilizado, este trabalho considerará a definição não só relacionada com a modificação estrutural na matriz energética com baixa emissão de carbono e descarbonização do setor, como também a que seja segura para a natureza e seres humanos e eficiente para torná-la mais justa para todos, como feita por Nunes (2020). Isso converge com a transição ecológica é identificada por Raskin et al (2002) como Novo Paradigma da Sustentabilidade, no qual a solidariedade global e a conexão econômico-cultural favorecem a libertação, a transição humanística e ecológica.

Portanto, a função de uma renda básica seria fornecer aos indivíduos uma rede de segurança econômica, que independentemente de sua contribuição para o PIB, estimule o desempenho em atividades de acordo com os próprios desejos, particularmente as atividades fora da esfera formal do mercado de trabalho, que se apresentam como ecologicamente viáveis. É nessas perspectivas que a convergência de interesses dos defensores da renda básica encontra representação pelos partidos verdes. Um dos desafios políticos enfrentados por eles seriam as definições de um possível rompimento com o crescimento econômico ou alinhamento ao crescimento “verde”. Em qualquer concepção, seja a *ecológica* ou mesmo a *ambiental*, é possível crer que a renda básica possa ser a ponte desejada para uma trajetória sustentável.

1.4- Potencial conflito de uma renda básica com o meio ambiente

As ligações entre renda básica e sustentabilidade ecológica não são triviais. Intuitivamente, a concessão de uma renda para todos e com ausência de condicionalidades demonstra-se uma contradição para o estado atual de degradação ambiental. A renda extra apresenta-se como um incentivo ainda maior para uma aceleração econômica, esta que ao longo das décadas, tem provocado o esgotamento dos recursos naturais. Se essa linha de raciocínio estiver correta, os “verdes” defensores da renda básica teriam que suavizar seu discurso com tal política, seja na relação entre uma *renda básica ecológica* e atividades pós-produtivistas ou ponderar a participação de uma *renda básica ambiental* aliada ao crescimento econômico.

Um dos desafios é que a introdução de uma renda básica pode não promover a redução da participação na esfera formal de trabalho e nem o aumento da participação na esfera autônoma, como é argumentado pelos entusiastas desta política. Howard, Pinto e Schachtschneider (2019) argumentam que não há certeza que uma renda básica levaria automaticamente a atividades de apoio à transição ecológica, o que tornaria necessária uma ação coletiva política e cultural para atividades pós- produtivistas.

Fitzpatrick (2009) argumenta que uma renda básica proporcionaria a “condicionalidade mínima” e auxiliaria na “adequação temporal” endossando o debate sobre o pós-produtivismo. No entanto, questiona a possibilidade de que as pessoas menos dependentes dos salários possam ter mais tempo livre empregando-os em valores pós materiais e fins pós-produtivistas. Nesse sentido, supondo que as atividades na esfera autônoma sejam ecologicamente mais sustentáveis do que nas outras esferas de produção, o autor questiona se realmente o recebimento de um valor suficiente aumentaria a possibilidade de os indivíduos viverem de forma mais simples sem desejar um modo de vida não consumista.

Ainda que existam efeitos de imitação e contágio de pessoas atraídas por um estilo de vida mais simples, Solnick e Hemenway (2005) trazem evidências segundo as quais os indivíduos se baseiam em posições relativas tanto para bens quanto para males públicos. A pesquisa demonstrou que 48% dos entrevistados aceitariam uma renda mais baixa, o que implica em um consumo mais baixo, caso seus vizinhos também tivessem menos renda. Ou seja, os indivíduos possuem preocupações relativas, que associadas ao consumo de certos bens posicionais⁶ (que demonstram *status* e riqueza), contribuem para as assimetrias na sociedade e dificultam ainda mais a adesão a um estilo mais frugal.

Em relação aos efeitos de uma renda básica sobre os salários num contexto de crescimento econômico, Manjarin e Szlinder (2016) apoiam-se com base na visão Kaleckiana segundo a qual os capitalistas podem concordar parcialmente em aumentar os salários, porém ressaltam que somente até o ponto em que o aumento da parcela do salário ainda esteja criando

⁶ “[...] no ato do consumo, indivíduos devem necessariamente se dividir em dois grupos diferentes de consumidores: “positivos” e “negativos”. Considere o caso de *status* e poder. Qualquer quantidade positiva de poder e prestígio deve ser consumida em conjunto com quantidades negativas destes bens. É impossível para alguns indivíduos exercerem poder se outros indivíduos não sofrerem o exercício deste poder ou, em outras palavras, é impossível para alguém dominar se alguém não é dominado: poder positivo deve ser conjuntamente consumido com poder negativo. De modo similar, é impossível para alguém consumir prestígio ou “superioridade social” se outros não consomem um tipo de “inferioridade social.” Ugo Pagano “Bens Posicionais e desenvolvimento assimétrico.” 2006.

pleno emprego, pois a posição social de quem chefia pode ser minada com o crescimento do poder de barganha da classe trabalhadora. Eles afirmam que esta circunstância é o obstáculo mais difícil que eventualmente um programa de renda básica teria que superar.

As evidências empíricas do uso de uma renda adicional revelam que o desenvolvimento de atividades produtivas tem sido alcançado como objetivos secundários. Tal indicativo poderia implicar em um maior volume de consumo e produção, ou em outras palavras, aumento do uso de combustíveis fósseis e recursos naturais. Handa et al. (2018) mostram que os programas de transferência de renda implementados na Zâmbia tiveram grande impacto no consumo total, particularmente pelo consumo de alimentos. Além de o aumento no consumo ter sido dado pelo tamanho exato da transferência, os impactos na economia em atividades secundárias foram consideráveis. Isto porque, o gasto da família era em média 67% maior do que o valor da transferência obtida, o que permitiu que as famílias atendessem às suas necessidades de consumo e pudessem diversificar seu meio de subsistência em atividades produtivas secundárias.

No estudo sobre a resposta das famílias rurais do Quênia à transferência incondicional de renda, Haushofer e Shapiro (2014) encontraram aumento de 24% do consumo mensal após quatro meses do término do experimento com a transferência de renda. Tais evidências sinalizam o efeito multiplicador que as transferências possuem na geração de renda das economias locais. Todavia, os autores afirmam que ainda não foram completamente compreendidos os efeitos de longo prazo das transferências incondicionais de renda, especialmente em países em desenvolvimento.

Assim, a retirada das pessoas da pobreza extrema poderia trazer desafios adicionais para cumprir os objetivos ambiciosos de longo prazo do Acordo de Paris, que visa limitar o aumento da temperatura global para “bem abaixo” dos 2°C. Hubacek et al. (2017) constataram que a retirada de pessoas da extrema pobreza pode provocar um aumento de 0,05°C na temperatura global até o final do século XXI. Contudo, elevar as pessoas à condição de classe média global, entre 2,97\$PPC e 8,44\$PPC per capita/dia, considerada uma renda modesta pelos padrões de países industrializados, acrescentaria mais 0,6° C em relação às temperaturas pré-industriais até o final do século 21⁷ (HUBACEK ET AL, 2017). Este aumento de temperatura é significativo,

⁷ O primeiro caso retrata que o aumento da temperatura global se daria pelo aumento do número de pessoas na emissão de carbono, porém é um consumo que implica em baixa pegada de carbono *per capita* em relação às temperaturas pré-industriais, de acordo com o relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima de 2014. Por isso, em função da escala o impacto é grande, mas se for observado a nível *per capita* fica perceptível

dado que, desde a Revolução Industrial, o aumento total é de cerca de 1°C para todo o período (PACHAURI E MEYER, 2014).

Garantir que uma política de renda básica eleve pessoas para cima da linha de pobreza, viabilizando o sustento alimentar e promovendo o consumo é legítimo. Entretanto, a inserção de uma renda extra adicional concedida incondicionalmente a todos os cidadãos, mantendo-se os mesmos padrões de consumo insustentáveis, instiga até que ponto a agenda de crescimento inclusivo não poderia estar sendo uma propulsora para impactos ambientais. Sager (2017) buscou quantificar através de micro-dados o “dilema da equidade-poluição”. Supondo que famílias tivessem preferências homogêneas, descobriu que uma transferência marginal de mil dólares de uma família mais rica para uma mais pobre em 2009, aumentaria o conteúdo de CO₂ em 5%.

O consumo é fortemente ligado à renda, que é um dos principais determinantes das emissões de gases de efeito estufa em nível individual e doméstico (VIBERT E MACNEILL, 2019). Basicamente, os consumidores em diferentes níveis de renda alocam as variações no orçamento em diferentes categorias de produtos, o que leva a crer que a redistribuição de renda mudará a composição do consumo agregado, o que implicaria numa maior carga ambiental associada a ela (SAGER, 2017).

O estudo de Heerink et al. (2001) concluiu haver um potencial *trade-off* entre conservação do meio ambiente e redistribuição de renda. Embora seja uma política desejável, pode haver perda de qualidade ambiental no curto e médio prazo, caso a relação de nível familiar entre renda e a pressão ambiental seja côncava e o efeito de agregação seja suficientemente grande. Esse resultado é semelhante à hipótese da curva de Kuznets ambiental (EKC – Environmental Kuznets Curve), segundo a qual um U invertido⁸ expressa a relação entre crescimento econômico e certos tipos de poluição, apontando que o dano ambiental primeiro aumenta, mas depois de um “ponto de virada” diminui com a renda *per capita* (HEERINK ET AL, 2001). No entanto, não há estudos específicos sobre a relação entre a renda básica e consumo, logo os impactos ambientais seguem desconhecidos.

que não são valores muito grandes em termos de aumento de temperatura. Essa é a discussão da literatura sobre escala x *per capita*, ver maiores detalhes em Lucas Chancel “Climate change & the global inequality of carbon emissions, 1990-2020”. 2021.

⁸ “A relação em forma de U é o chamado “efeito de escala”, capturando a intuição simples de que mais saída, *ceteris paribus*, resulta em mais adversos efeitos para o meio ambiente, é (parcialmente) compensado pelo ‘efeito de composição’ (devido a mudanças na estrutura subjacente da economia) e a ‘efeito técnico’ (referindo-se a possíveis mudanças em os métodos de produção).” (HEERINK ET AL, 2001, p.1).

É por isso que o debate sobre a conciliação de objetivos sociais e ambientais frequentemente é exibido como uma possível escolha em se despendem recursos públicos para tecnologia ou renda básica. Van Parijs e Vanderborght (2018) destacam a tensão no que diz respeito à alocação dos recursos públicos escassos. Os anseios da classe “verde escuro”, que é a classe média alta, é de que os recursos deveriam ser investidos em tecnologias que permitam o aproveitamento de recursos sem pressão sobre o meio ambiente, bem como em eficiência energética, ou até mesmo na preservação das reservas naturais, e não os dispersar em algo incondicional. O interesse reside em que os retornos dos impostos de energia e carbono estejam destinados somente nesse mesmo meio setorial e não seja concedido livremente.

As políticas que pleiteiam a favor da aliança entre tecnologia e preservação ambiental geram reações mais razoáveis do que as do “dinheiro grátis”, tanto em países em desenvolvimento quanto em países desenvolvidos. Vale destacar que o papel da tecnologia nesses países enfrenta desafios diferentes. Embora ambos sejam dependentes da vontade política do Estado em se adaptar às regras dos acordos ambientais, nos países em desenvolvimento os interesses estatais oscilam entre medidas de adaptação das consequências climáticas, esforço por inovações de ponta que são caras, ao mesmo tempo em que buscam o desenvolvimento econômico. Já nos países desenvolvidos, o interesse se dá na evolução tecnológica e manutenção do *status quo* da cadeia produtiva (FARIAS e REI, 2015).

Por último, a proposta de uma renda básica é muito interessante ao permitir um direito igual para todas as pessoas, mas requer financiamento. O modelo do Alasca, cujo financiamento se dá pela tributação da exploração de suas reservas de petróleo, representa um pagamento pelo ônus imposto pela exploração aos cidadãos locais. Sendo o petróleo um produto de precificação oscilante nos mercados, não-renovável, exaurível e de forte capacidade poluente, há razões para se ter cautela ao vincular um programa de compartilhamento de renda nesses moldes.

Em primeiro lugar, a emissão de gases de efeitos estufa é um componente inerente da indústria do petróleo, logo a exploração continuada e manutenção do consumo desse recurso natural não se justifica, quando se busca cumprir o Acordo de Paris em limitar o aumento da temperatura global. Além disso, os derramamentos de óleo causam poluição hídrica e perda da vida marítima. O Alasca sofreu essa experiência nociva em 1989, quando o navio petroleiro *Exxon Valdez* derramou 41,3 milhões de litros de óleo em um acidente contra rochas

subterrâneas. Segundo dados do *National Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA)*⁹ estima-se que 250 mil aves marinhas, 2,8 mil lontras marinhas, 300 focas, 250 águias americanas, 22 orcas e bilhões de salmões e ovos de arenque tenham sido vítimas do incidente. Algumas espécies ainda permanecem com a condição “desconhecido” ou “não se recuperando” 32 anos após o derramamento.

Em segundo lugar, por mais que a tributação tenha a intenção de desencorajar o uso excessivo do petróleo e que a partir disso haja uma redistribuição, não há uma meta associada de redução de seu consumo total. Até porque os rendimentos recebidos pelos cidadãos estão vinculados a este produto, criando-se assim dependência e cumplicidade¹⁰. Adicionalmente, em termos de incerteza da renda proveniente deste produto para financiar um programa de transferência de renda, temos o exemplo da cotação dessa *commodity*, que em abril de 2020 chegou a variar -262% em relação ao início daquele ano.

Desse modo, o modelo do Alasca não é bem uma fonte de financiamento moralmente limpa, porém não é possível substituir a receita da indústria do petróleo para o dividendo de fundo permanente por outra fonte de recursos (WIDERQUIST E HOWARD, 2012). Portanto, não fica claro se um modelo de renda básica ligado a um recurso comum como o petróleo, tem contribuído ou dificultado em direção a uma sustentabilidade socioecológica, por ter tanto em sua origem como na ponta do rendimento, contribuições diretas e indiretas para danos ambientais.

Em suma, esta seção apresentou os questionamentos que se levantam com relação à adoção de uma renda básica e uma possível migração para as atividades pós-produtivistas, os possíveis efeitos ambientais prejudiciais decorrentes da adoção de uma renda extra e os desafios de um programa de renda básica atrelado a um recurso não renovável exaurível. Neste debate não estão claros os efeitos dessa política para o meio ambiente e, devido a essa lacuna, são necessárias maiores investigações de pesquisa nesta área.

⁹ <https://darrp.noaa.gov/oil-spills/exxon-valdez> Acessado em 24/11/2021.

¹⁰ “Os habitantes do Alasca não são coagidos a receber. O participante do Dividendo de Fundo Permanente sabe (ou deve saber) que o dinheiro provém da extração de petróleo. O participante do Dividendo de Fundo Permanente sabe (ou deveria saber) que a exploração de petróleo é um contribuidor significativo para as mudanças climáticas. O participante sabe (ou deveria saber) que as mudanças climáticas causam mortes injustificadas” (WIDERQUIST E HOWARD, 2012, p. 199 e 200).

1.5 – “Uma andorinha só não faz verão”: Lições para uma política de renda básica

A chegada de uma só uma andorinha em um local não significa que é a chegada do verão, ou seja, são necessárias muitas aves para a constatação de que o evento esteja ocorrendo. O mesmo fenômeno parece ocorrer com a renda básica e os resultados ambientais. Embora existam muitas teorias pesando sobre os impactos positivos ou negativos, há poucas evidências empíricas. Além disso, a renda básica por si só não pode ser a única responsável para uma transição ecológica, bem como para um colapso. É preciso discutir políticas complementares, que somadas à de renda básica, possibilitem a um bem-estar social e ecológico, tema desta seção.

Ao liberar os cidadãos para alcançar atividades autônomas, a renda básica irá requerer maior mobilidade e potencialmente pode aumentar o interesse de famílias de baixa renda na aquisição de automóveis como uma “necessidade básica” de locomoção, caso essa não seja capaz de atender à procura. Pessoas de baixa renda são mais propensas a adquirir carros mais antigos, que são menos eficientes energeticamente, ocasionando assim consequências ambientais, que são contraditórias na defesa por uma renda básica (CALDER, 2010).

O acesso ao transporte normalmente é visto como uma questão de justiça social frente às desigualdades entre cidadãos, mas ao ser vinculada com uma renda básica, pode ser analisada também como justiça ambiental. O uso de automóveis emite carga de CO₂ prejudicial ao meio ambiente, logo a introdução de transporte público gratuito é defendida por Calder (2010) como uma valorização ao programa de renda básica graças ao esquema de tarifa zero. Este esquema, que muitas das vezes pode ser visto como secundário, fornece um apoio ao objetivo de justiça social sem os prejuízos ambientais, os quais poderiam decorrer de um aumento no uso de carros com a introdução de uma renda adicional.

Outra responsabilidade que simultaneamente deve ser combinada com uma renda básica é a reforma educacional. Arnsperger (2010) argumenta que o estado atual dos sistemas de educação e mídia, e sua cooptação dentro da lógica capitalista, reforçam o que denomina de “indigência reflexiva”¹¹. Esta é compartilhada tanto materialmente pelos pobres quanto pelos ricos, já que a lógica do sistema vem “afetando e influenciando cada modo de vida, muitas

¹¹ “Com efeito, uma sociedade que quisesse eliminar a indigência reflexiva de seus cidadãos os levaria necessariamente a reconhecer que a lógica socioeconômica em que vivem, muitas vezes desde o nascimento, gera estilos de vida que cada pessoa é, no entanto, livre de questionar. Mas questionar realmente um modo de vida só pode ser feito se se for suficientemente livre para adotar outro, para ter a experiência vivida de outra existência.” (ARNSPERGER, 2010, p.104).

vezes de forma imperceptível e gradual” (ARNSPERGER, 2010, p. 101) e que muito raramente é uma decisão crítica e lúcida. Entretanto, são seres que, ao mesmo tempo, “são livres e são capazes de tomar consciência do que restringe sua liberdade” (ARNSPERGER, 2010, p. 101).

Desse modo, Arnsperger (2010) afirma que uma renda básica acompanhada da capacidade dos seres humanos em viver fora do espectro consumista e produtivista pode ensiná-los sobre novas concepções de riqueza dentro de lógicas econômicas não capitalistas. O que leva a crer que os efeitos das atividades pós-produtivistas se conectam satisfatoriamente, quando associadas a uma escolha de estilo de vida possibilitada por outras lógicas socioeconômicas. O autor conclui que liberdade em busca das necessidades da frugalidade que se manifestam fora das normas sistêmicas da opulência será um dos grandes desafios culturais das próximas décadas.

Já Hornborg (2017) oferece a recomendação do uso de moedas complementares distribuídas a todos os moradores como renda básica para uma política de sustentabilidade e justiça. Em sua proposta, a moeda complementar só pode ser utilizada para comprar bens e serviços produzidos dentro de um determinado local geográfico. Tais mercadorias podem ser rotuladas de formas diferentes de acordo com a distância de transporte, o que estimularia o comércio local e beneficiaria os empresários, ao mesmo tempo em que minimizaria a perda de alimentos no armazenamento, no consumo de energia e no impacto das emissões do gás CO₂ envolvidas no transporte.

Além disso, essa renda em moeda complementar daria poder de compra às pessoas e reduziria sua dependência do mercado de trabalho e possivelmente o desemprego. Os dois objetivos que motivam esse projeto são isolar a subsistência humana das oscilações dos ciclos econômicos internacionais bem como das especulações financeiras e fornecer recursos que sejam atraentes para que as pessoas possam viver e consumir de uma maneira sustentável (HORNBERG, 2017).

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU¹² são um apelo por melhorias no âmbito social, econômico e ambiental para acabar com a pobreza e proteger o meio ambiente. Sendo um propósito que abarca dimensões variadas, requer um conjunto de políticas complementares. Um estudo de Vogel et al. (2021) que abrangeu 106 países e 19 indicadores

¹² Sobre maiores informações dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil pela ONU ver <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs> Acessado em 07/02/2022.

buscou avaliar quais condições socioeconômicas podem permitir que as sociedades satisfaçam as necessidades humanas com baixo uso de energia. Por meio do que denominam fatores de provisionamento “que abrangem todos os fatores que afetam como a energia e os recursos são usados para atender às necessidades humanas” (VOGEL ET AL, 2021, p.3) é possível mensurar que o provisionamento de bens e serviços tais como qualidade do serviço público, igualdade de renda, democracia, acesso à eletricidade, à combustíveis limpos, infraestrutura de comércio, transporte e cobertura de saúde pública atuam como intermediários benéficos entre a satisfação de necessidades e uso de baixo carbono.

Países com esses valores altos tendem a atingir níveis mais elevados de satisfação de necessidades com um dado nível de carbono assim como, níveis essenciais de satisfação de necessidades com níveis mais baixos de uso de energia. Por outro lado, o extrativismo, crescimento econômico e níveis de riqueza são associados aos fatores prejudiciais, pois atuam no sentido inverso. Países com estes valores altos tendem a exibir menores satisfações de necessidades em um determinado nível de uso de energia e a atingir um determinado nível de satisfação de necessidade só que em níveis mais elevados de uso de energia (VOGEL ET AL, 2021). Tal resultado revela que o alto uso de energia não é condição suficiente para atender às necessidades humanas e sim como são concebidos os fatores de provisionamento e seu desempenho socioecológico, alinhando assim aos objetivos da ONU.

Um modelo interessante que une o bem-estar humano básico e impactos ambientais é o modelo de padrão de vida decente desenvolvido por Rao e Min (2017). Eles propõem um conjunto universal de bens materiais que as famílias necessitam, no mínimo, para superar a pobreza e obter um bem-estar humano básico. As dimensões são de bem-estar físico e social, sendo delineado entre os que são de propriedade das famílias e do nível de organização social.

O consumo das famílias deve incluir nutrição completa, moradia adequada, com iluminação, água e esgoto, equipamentos de aquecimento ou refrigeração, acesso à Internet, telefones celulares e transporte público. As sociedades devem ter escolas e hospitais e por essa razão, os países devem prover recursos suficientes para tal infraestrutura. Um ponto importante é que nenhum desses bens e serviços devem gerar impactos ambientais além dos níveis considerados seguros. Para isso, o modelo fundamenta-se em um conjunto de indicadores e limites quantitativos de emissões, baseados nos costumes e preferências locais.

Como os autores afirmam, a proposta conceitual de seu modelo não é nova, visto que seus elementos podem ser vistos em discussões sobre necessidades humanas básicas e não

necessariamente podem ser suficientes para superar a pobreza relativa. Entretanto, um objetivo significativo do modelo de padrão de vida decente é identificar e avaliar os recursos ambientais necessários no fornecimento de um padrão de vida básico para todos, afim de avaliar se há conflitos entre sustentabilidade social e ambiental, além de ser um referencial normativo na avaliação de políticas, tais como o de salário mínimo, mudanças climáticas, erradicação de pobreza, de acordo com o contexto de acesso desses serviços pela sociedade de cada país (RAO E MIN, 2017).

Em resumo, é possível reunir diversas políticas complementares com um programa de renda básica, a fim de produzir impactos positivos para uma transição, que este sozinho não poderia garantir como solução aos problemas multidimensionais enfrentados hoje pela humanidade. Quando se ressalta a pauta de mudanças climáticas, existe uma tensão entre anseios sociais e ecológicos com a adoção de uma renda básica que independe do contexto de crescimento econômico. Nesse sentido, o que encoraja a discussão da viabilidade da adoção de uma renda básica na sociedade é a possibilidade de sua conjugação com propostas integrativas, que alinhadas, expandem a capacidade de alcançar um desenvolvimento sustentável.

CAPÍTULO 2 – MARICÁ: CONTEXTO E POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS

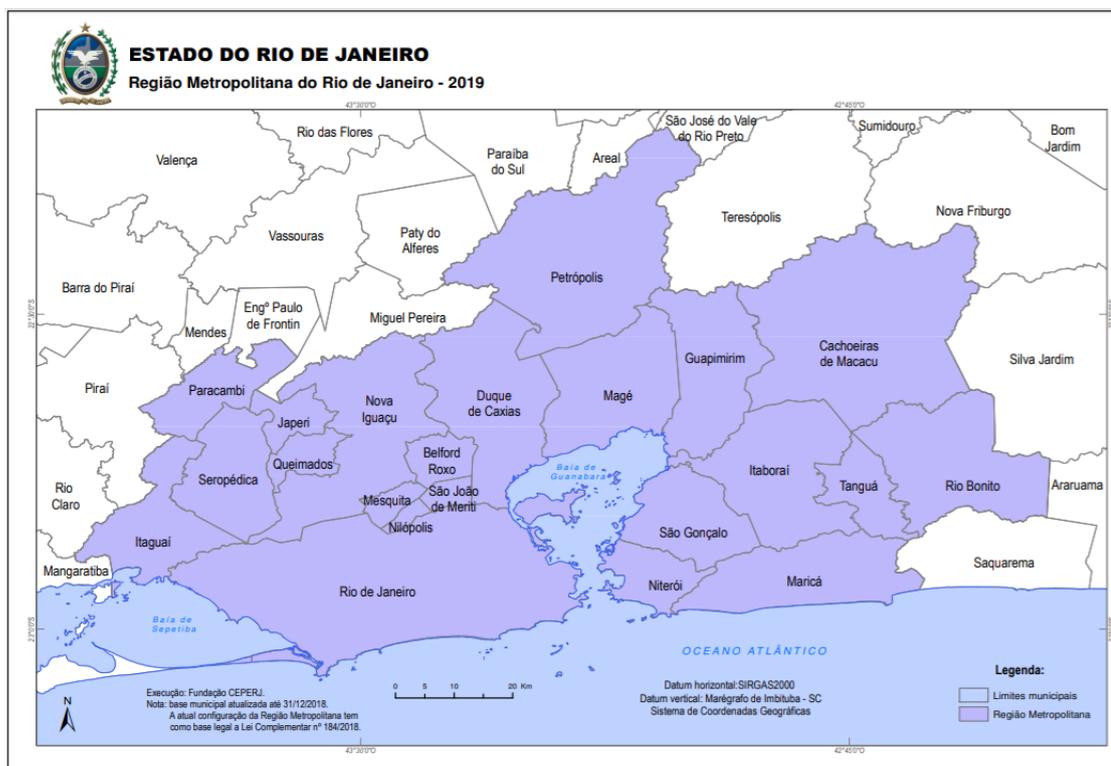
Este capítulo tem como objetivo apresentar maiores informações sobre o município de Maricá. Para isso, a seção 2.1 trará um breve relato histórico sobre a cidade e características recentes sobre economia, saneamento básico e educação. A seção 2.2 tratará de parte das políticas públicas desenvolvidas na cidade pela secretaria da economia solidária, tais como o programa Renda Básica de Cidadania, o banco comunitário popular de Maricá e a moeda social Mumbuca, a política de mobilidade urbana com os “vermelhinhos” e “vermelhinhas” e a área da economia solidária com o programa mumbuca futuro e a agroecologia na região. A seção 2.3 discutirá o financiamento de políticas de justiça intergeracional por meio das receitas dos *royalties* e se há um paradoxo entre no financiamento do programa de Renda Básica de Cidadania de Maricá, utilizando os casos internacionais, como da Arábia Saudita e Noruega no tratamento dessa questão ao longo de seus períodos de extração.

2.1– Uma breve descrição do município de Maricá

Situado a nordeste da cidade do Rio de Janeiro, Maricá é um município localizado na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, no Brasil. Faz fronteira com os municípios de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá e Saquarema e conta com saída para o Oceano Atlântico (ver Figura 2). Possui uma população estimada em 167.668 habitantes, segundo os dados do IBGE¹³. Segundo Ribeiro, Boa Nova e Roboredo (2021) a população de Maricá apresentou um aumento populacional de 26,5% entre 2010 e 2019.

¹³ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/marica/panorama> Acesso: 03/03/2022.

FIGURA 2 – Mapa da Região Metropolitana do Rio de Janeiro



Fonte: Extraído de CEPERJ, 2019.

Até os anos 1930, o município era predominantemente rural, com destaque na produção de cana-de-açúcar e café na parte costeira e a produção de cítricos, como laranja e abacaxi, que contribuíram para seu desenvolvimento econômico no período (FREIRE, 2001). Durante muito tempo, a pesca foi a principal fonte de renda, e servia como alimentação para a população local e como mercadoria de exportação para Niterói e Rio de Janeiro. A atividade era muito importante e possivelmente a mais antiga, visto que é uma herança cultural deixada pelos índios que ali habitaram (BRUM, 2004).

A partir dos anos 1940, Maricá é atingida pela difusão geográfica de valores e comportamentos urbanos (BRUM, 2004). O parcelamento de suas terras, ainda que rurais, e a inserção do município com a finalidade turística, introduziram um novo dinamismo econômico local¹⁴. “[...] Maricá foi concebida pela elite local e pelo governo do estado, nos anos 40, para

¹⁴ Claudio da Costa Barbosa denominou de “Cinturão Territorial turístico da metrópole carioca” onde “complexificação da divisão social do trabalho induzida pelo surto industrial, que gerou o surgimento de capitais destinados à produção de residências e loteamentos, e uma vigorosa classe média com novos padrões culturais e hábitos de consumo” (BRUM, 2004, p. 49).

ser o lócus de veraneio das classes médias urbanas e da elite da Capital da República.” (FREIRE, 2001).

Maricá se apresenta como rota de interesses imobiliários em diversos períodos. O primeiro *boom* se deu durante os anos 1950 e 1955 com o parcelamento de terras feito por empresas externas a Maricá (MARTINS, 1986). Contudo, essa expansão ainda era pequena, se comparada com outros municípios veranistas, como Cabo Frio e Saquarema, da Região dos Lagos (BRUM, 2004). Este fato alterou-se a partir dos anos 1970 com a construção da Ponte Presidente Costa e Silva (Rio-Niterói), quando se detecta o segundo *boom* imobiliário neste município. A dinâmica demográfica do final dos anos 1970 e início dos anos 1980 aponta um ligeiro aumento da população urbana e declínio da população rural, que anteriormente, pelo Censo de 1970, indicava 50% da população economicamente ativa situada no setor primário (BRUM, 2004).

Entretanto, essa indústria de loteamento tornou-se deficitária. A prefeitura estimava 32 mil lotes devedores e para sanar tal problema, em 1978 o governo estadual criou a FUDREM para gerir a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), com a função de apoiar a prefeitura no cadastramento de lotes (SOCHACZEWSKI, 2004). Com a cobrança dos impostos atrasados, o município rural obteve Cr\$ 8 milhões de *superávit* em 1978, tendo em oito anos os imóveis como sua maior fonte de renda interna (SOCHACZEWSKI, 2004).

Com essa mudança do perfil econômico, um novo dinamismo pode ser observado no município. As atividades de pesca e agricultura declinaram, pois perderam espaços para loteamentos, com migração dos trabalhadores para a área de construção civil e aumento da fixação de famílias nas casas da cidade, antes utilizadas somente para veraneio (SOCHACZEWSKI, 2004).

Maricá vem sofrendo grandes transformações no seu território devido às melhorias do acesso terrestre na região. A construção da Ponte Rio-Niterói em 1974, a inauguração da ponte do Boqueirão em 1979, que ligou a cidade às suas praias e a duplicação da Rodovia Amaral Peixoto (RJ-106) em 2002, que liga Niterói a Maricá, provocaram crescimento populacional urbano. Segundo Costa (2019) a partir de 2002 houve um novo *boom* imobiliário na região, em grande medida, pela expansão dos condomínios fechados. Esse aumento populacional desacompanhado de uma infraestrutura adequada fez com que parte da mão de obra da cidade demandasse por infraestrutura e trabalho em municípios vizinhos e no Rio de Janeiro,

transformando Maricá em uma cidade-dormitório (COSTA, 2019), designação que se refere às cidades utilizadas como moradia a trabalhadores de cidades vizinhas.

Brum (2004) ressalta que Maricá se apresentava neste período em caráter dúbio: ora como uma expansão da metrópole e um apoio à região metropolitana na função de cidade dormitório, ora como uma cidade litorânea e local para residência e turismo de veraneio. “Os atributos antes desprezados – tranquilidade, beleza natural, proximidade – são agora valorizados pelas classes médias do centro metropolitano” [...] (FREIRE, 2001, p.22). Como assinala Freire (2001) as pessoas buscam em Maricá se refugiar da violência, ter acesso a um centro próximo, enquanto desejam estar em contato com uma natureza ainda preservada.

Em 2006, com a instalação em Itaboraí do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), considerado o maior projeto da história da Petrobras, o município recebedor da obra assim como seus vizinhos, ingressaram na expectativa de grandes mudanças demográficas e econômicas (COSTA, 2019). Esse período atraiu megaempreendimentos turístico-imobiliários para investir nas regiões com raio de influência do complexo e novamente se observou uma crescente valorização imobiliária no município de Maricá, resultante da mão de obra para atender ao COMPERJ, para o qual o município atendeu a função de cidade-dormitório¹⁵ (COSTA, 2019).

Segundo a Lei 9.478/97, Maricá já se enquadrava como confrontante, ou seja, município beneficiário na distribuição de *royalties*, porém, foi com o anúncio em 2007 da descoberta das reservas de pré-sal do Campo de Tupi na Bacia de Campos¹⁶, que o município passou a receber maiores volumes do repasse dos *royalties* da exploração do petróleo, arrecadando três milhões de reais em 2011¹⁷. Atualmente, a economia da cidade é fortemente interligada com a produção de petróleo, dado que no ano de 2021 arrecadou aproximadamente 2,4 bilhões de *royalties*, segundo o Portal da Transparência do Governo Federal. Tais repasses ao longo desses últimos anos foram importantes para a receita da cidade e no desenvolvimento local, pois com a

¹⁵ “O poder aquisitivo elevado de alguns dos empregados nesses projetos associados a esse empreendimento os autoriza a adquirirem casas em Maricá, o que se revela conveniente também por ser esse um local próximo aos seus trabalhos” (COSTA, 2019, p. 29).

¹⁶ A produção deste campo saltou de 86 mil barris/dia em janeiro de 2013 para 899 mil barris/dia em dezembro de 2018. Este campo foi responsável por cerca de 34% de toda a produção nacional de petróleo em dezembro de 2018, segundo o relatório técnico de dezembro/2019 do Ministério Público do Rio de Janeiro.

¹⁷ Disponível em: <https://leisecamarica.com.br/noticia/41147/marica-recebe-repasse-dos-royalties-da-petrobras-e-fecha-2021-com-mais-de-r-1-bilhao-em-arrecadacao#:~:text=A%20cidade%20de%20Maric%C3%A1%20come%C3%A7ou,arrecadando%20apenas%20R%24%203%20milh%C3%B5es> Acesso em 07/03/2022.

paralisação das obras do COMPERJ em 2015, muitas das expectativas em torno desse negócio não se concretizaram.

Segundo apontado no relatório técnico do Ministério Público do Rio de Janeiro, Maricá possui suas receitas orçamentárias dependente em 71,5% das rendas petrolíferas. Ainda que a Lei 12.858/2013, que tornou obrigatória a destinação de 75% dos recursos do pré-sal para a educação e 25% para a saúde não seja obrigatória para as reservas descobertas anteriormente, como no caso de Maricá, o município tem buscado progredir em seus índices de desenvolvimento, financiando através dos *royalties* obras de urbanização e na área social.

2.1.1 – Economia

Conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁸, o número de residentes de Maricá empregados no setor formal em 2019 equivale a 16,5% do total da população, ocupando a 22ª posição de 92 no *ranking* dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, e a 261ª entre os 5.570 municípios do país, e tendo como salário médio no setor 2,4 salários mínimos, que o faz ocupar a 16ª posição de 92 no *ranking* do estado e a 651ª posição de 5.570 nacionalmente. Os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa representavam 33,8% da população em 2010, o que o colocava na posição 58 de 92 dentre as cidades do Rio de Janeiro e 3.821 de 5.570 dentre as cidades do Brasil.

TABELA 1 – Número de pessoas ocupadas assalariadas no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil em 2019

Posição	Cidades do RJ	Pessoal Ocupado Assalariado (unidades)	Posição	No Brasil	Pessoal Ocupado Assalariado (unidades)
1°	Rio de Janeiro	2.189.270	1°	São Paulo - SP	4.996.419
2°	Niterói	169.899	2°	Rio de Janeiro - RJ	2.189.270
3°	Duque de Caxias	146.312	3°	Belo Horizonte - MG	1.306.297
4°	Macaé	115.034	4°	Brasília - DF	1.275.357
5°	São Gonçalo	103.205	5°	Curitiba - PR	886.370
20°	Itaguaí	24.731	259°	Lavras - MG	23.738
21°	Magé	24.945	260°	Jequié - BA	23.525
22°	Maricá	23.343	261°	Maricá - RJ	23.343
23°	Três Rios	22.115	5569°	Curral Velho - PB	118
92°	São José de Ubá	1.012	5570°	Bonfim do Piauí - PI	115

FONTE: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2019.

¹⁸ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/marica/panorama> Acesso em 02/03/2022.

TABELA 2 – Salário Médio Mensal no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil em 2019.

Posição	Cidades do RJ	Salário Médio Mensal (em salários mínimos)	Posição	No Brasil	Salário Médio Mensal (em salários mínimos)
1°	Macaé	6,1	1°	Macaé - RJ Distrito Federal	6,1 5,3
2°	Rio de Janeiro	4,2	2°	Japaratuba - SE Amapá	5,4 3,7
3°	Seropédica	3,9	3°	Candiota - RS Brasília - DF	5,3 5,3
4°	São João da Barra	3,6	4°	Rio de Janeiro	3,5
5°	Angra dos Reis	3,3	4°	São Paulo - SP	3,4
14°	Duque de Caxias	2,7	5°	São Francisco do Conde - BA Roraima	5,2 3,2
15°	Mangaratiba	2,5	21°	Maranhão Piauí	2,4
16°	Maricá Piraí Campos dos Goytacazes	2,4	25°	Ceará Alagoas	2,3
84°	Nilópolis São José de Ubá São Francisco de Itabapoana São Fidélis	1,7	651°	Antônio Prado - RS Boa Vista das Missões - RS Maricá - RJ Campos dos Goytacazes Piraí - RJ	2,4
92°	Pinheiral	1,5	5564°	Parambu - CE Aiuaba - CE Alcântaras - CE Babaçulândia - TO	1,0
			5570°	Chaval - CE	0,8

FONTE: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2019.

O município tem liderado no Estado do Rio de Janeiro a geração de empregos com carteira assinada nos últimos quatro anos. De acordo com o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED)¹⁹, de janeiro de 2017 a novembro de 2020 houve aumento de 52,5% de novos empregos formais, surpreendentemente positivo, no contexto de pandemia do novo coronavírus.

Além da criação de empregos formais nessa circunstância, Maricá registrou crescimento na arrecadação de impostos municipais tais como o imposto sobre serviços (ISS), sendo uma resposta direta da injeção de recursos públicos na economia local para combater a crise, que superou o valor de 300 milhões.

¹⁹ Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/2021/01/05/marica-lidera-geracao-de-empregos-no-estado-nos-ultimos-4-anos/> Acesso em 11/03/2022.

Com os cofres públicos recebendo os *royalties* do petróleo, o município teve a maior taxa de crescimento do PIB de todo o país entre 2002 e 2019, com um incremento de meio ponto percentual segundo o IBGE. A secretaria de Planejamento, Orçamento e Fazenda de Maricá²⁰ atribui a melhora da economia à disponibilidade de uma linha de crédito para o comércio local e ao incremento da moeda social *mumbuca*, que já circula na cidade há oito anos através do programa de Renda Básica de Cidadania (RBC). Tais políticas públicas serão descritas na seção 2.2.

No âmbito de vulnerabilidade social, Maricá apresentou queda de 66% na taxa de pobreza e de 59% na taxa de extrema pobreza, entre os anos 2000 e 2010. O Índice de Gini²¹ passou de 0,54 em 2000 para 0,49 em 2010, demonstrando melhorias na redistribuição de renda local (DEKTAR ET AL, 2020).

2.1.2 – Saneamento básico

Com a atualização do marco legal pela Lei nº 14.026/2020²² considera-se saneamento básico o conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas

De acordo com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento (SNIS)²³, no que se refere ao abastecimento de água e esgotamento sanitário de Maricá, o índice de atendimento de água em relação à população urbana em 2019 é de 55% e somente 2% dos moradores possuem população urbana atendida com esgotamento sanitário.

Segundo a Prefeitura de Maricá, os dados disponibilizados no SNIS não estão de acordo com a realidade. Em seu plano municipal de saneamento básico de Maricá (PMSB) de 2015, os

²⁰ Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/2021/12/18/ibge-marica-e-a-cidade-de-todo-o-brasil-que-mais-cresce-no-pib-em-17-anos/#:~:text=Destaque%20da%20Semana,IBGE%3A%20Maric%C3%A1%20%C3%A9%20a%20cidade%20de%20todo%20o%20Brasil%20que,no%20PIB%20em%2017%20anos&text=%C3%9Anica%20cidade%20no%20Brasil%20a,obtidos%20junto%20aos%20seus%20habitantes> Acesso em 11/03/2022.

²¹ “O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. “IPEA, 2004. Ano 1. Edição 4 - 1/11/2004.

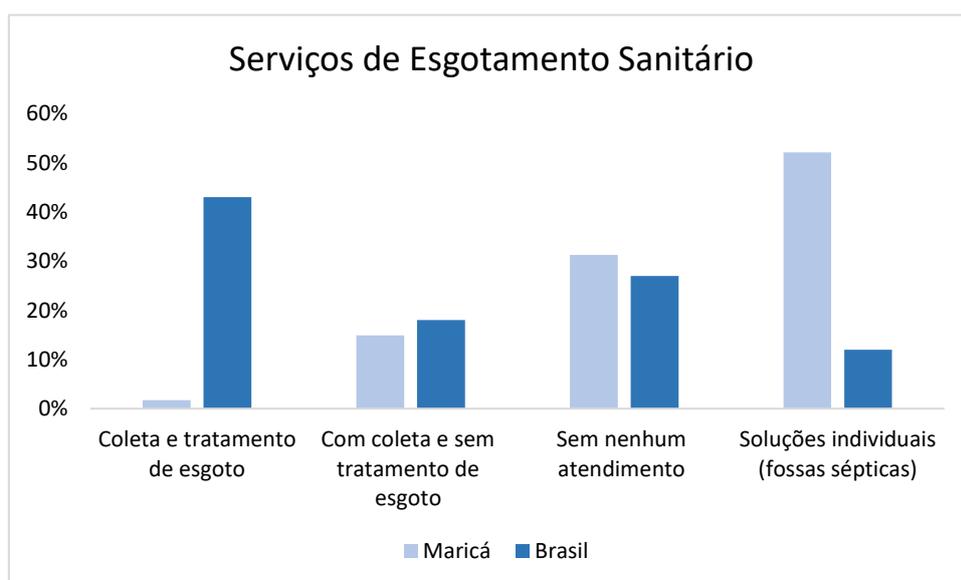
²² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14026.htm Acesso em 09/03/2022.

²³ Disponível em: <http://www.snis.gov.br/diagnostico-anual-agua-e-esgotos/diagnostico-dos-servicos-de-agua-e-esgotos-2019> Acesso em 09/03/2022.

dados apresentados se baseiam no Censo de 2010 do IBGE, segundo o qual 12,38% dos domicílios são atendidos por uma rede geral de distribuição de esgotamento sanitário. Em 51,88% dos domicílios são utilizadas fossas sépticas, 28,21% contam com fossa rudimentar e 5,05% utilizam valas como soluções para seus esgotos sanitários.

Já os dados do Atlas da Agência Nacional das Águas (ANA, 2017) apontam que em 2013, 1,7% da população foi atendida com coleta e tratamento de esgoto, 14,9% com coleta e sem tratamento de esgoto, 31,3% sem nenhum atendimento e 52,1% foi encaminhado para soluções individuais (uso de fossas sépticas). Independente da harmonização dos números das instituições, o serviço oferecido à população ainda pode ser apontado como precário se comparado a nível nacional, conforme o gráfico 1 abaixo:

GRÁFICO 1 – Comparativo dos serviços de esgotamento sanitário entre Maricá e Brasil em 2017



FONTE: Elaboração própria a partir de dados do ANA, 2017.

2.1.3 – Educação

O resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)²⁴ aponta que, no fundamental I (5º ano), Maricá obteve nota 5,5 no ano de 2017, alcançando a pontuação da média nacional projetada para aquele mesmo ano. No ensino fundamental II (9º ano), houve

²⁴ O Ideb é um indicador utilizado para avaliar a qualidade do ensino nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino ofertado. Tem como base a taxa de rendimento escolar através da aprovação e as médias de desempenho nos exames da Prova Brasil, realizada nos municípios e o Sistema de Avaliação da Educação Básica, realizada para os estados e o país a cada dois anos.

aumento do índice de 4,5 em 2015 para 5,1 em 2019, embora abaixo da meta projetada nacionalmente. Já a terceira série do ensino médio obteve uma queda de 3,8 do índice de 2017 para 3,4 em 2019, encontrando-se abaixo da média nacional projetada para o mesmo ano. Os valores podem ser observados na tabela 3 abaixo:

TABELA 3 – Série histórica dos resultados do Ideb para o município de Maricá

Município de Maricá - Rede de Ensino Público Municipal						
Ano	4ª série/5ºano		8ª série/9ºano		3º Ensino Médio*	
	Maricá	Brasil	Maricá	Brasil	Maricá	Brasil
Ideb Observado						
2007	4,3	4,2	3,9	3,8	-	3,4
2009	4,2	4,6	4,1	4	-	3,5
2011	4,3	5	4	4,1	-	3,6
2013	4,9	5,2	3,6	4,2	-	3,7
2015	4,9	5,5	3,9	4,5	-	3,7
2017	5,5	5,8	4,5	4,7	3,8	3,8
2019	5,4	5,9	5,1	4,9	3,4	4,2

FONTE: Elaboração própria com dados do Inep.

Quanto ao ensino superior, a cidade está cada vez mais próxima de ter sua Instituição de Ensino Superior (IES) pública. A prefeitura²⁵ de Maricá tem se mobilizado para o credenciamento da Escola Municipal de Administração (EMAR) enquanto IES para o funcionamento do primeiro curso. Além disso, em março de 2020 foi assinada uma carta de intenções a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) para instalar em um campus avançado e uma base da Universidade do Mar (UniMar) no município. A intenção é que sejam oferecidos cursos de graduação em Oceanografia e outras áreas de conhecimento relacionados às soluções para a vida marinha.

Paralelamente a essa intenção, o poder público local oferece bolsas gratuitas no programa “passaporte universitário”, que já beneficiou mais de cinco mil estudantes com bolsas integrais a terem acesso ao ensino em universidades privadas desde a sua criação em 2019.

2.2 – Políticas de Economia Solidária

A Lei nº 2.448 (Município de Maricá, 2013b) de resolução do poder executivo municipal em dezembro de 2013 deu início às políticas públicas de economia solidária no município de Maricá. A partir dessa lei, foi criado o Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social de Maricá, cujas

²⁵ Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/2020/12/18/marica-protocola-pedido-de-abertura-de-instituicao-de-ensino-superior-publica/> Acesso em 11/03/2022.

atuações envolvem combater a desigualdade social através da transferência de renda e da criação de oportunidades de geração de outras fontes de renda. O objetivo é “desenvolver economicamente o município, fomentando o comércio local e produzindo uma nova realidade social, mais inclusiva, autônoma, participativa e sustentável.” (DO NASCIMENTO PEREIRA ET AL, 2020).

Conforme mencionado na seção anterior, Maricá era tida como uma “cidade-dormitório”, assim sendo, as políticas de economia solidária surgiram e foram implementadas na gestão do prefeito Washington Siqueira Quaquá (2009-2017), como estratégia para que o investimento feito pelo poder público circulasse na cidade, estimulando o comércio local e o desenvolvimento local sustentável (DO NASCIMENTO PEREIRA ET AL, 2020).

A Secretaria de Economia Solidária conduz tais políticas públicas através de quatro principais eixos: transferência de renda, educação popular, fomento aos empreendimentos coletivos e solidários e soberania alimentar (SILVA, 2020). Nesses eixos, há a presença de arcabouço legal, programas em execução, equipe técnica e atores, tais como: Banco Comunitário Mumbuca, Escola Municipais, Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, Companhia de Desenvolvimento de Maricá (Codemar) e associações municipais de produtores, que compartilham de responsabilidades diferentes em cada setor, mas que integradas possibilitam a constituição de ecossistema de inovação solidária (SILVA, 2020).

2.2.1 – Programa de Transferência de Renda: da renda mínima à renda básica

Inicialmente, o programa de transferência de renda mensal instituído em Maricá, o “Renda Mínima Mumbuca” era destinado apenas às famílias mais pobres e com renda familiar mensal de até um salário mínimo, sujeito a condicionalidades, como por exemplo o acesso à educação pelas crianças das famílias. O propósito era minimizar as desigualdades sociais aos moldes do Bolsa Família, contudo, possuía um diferencial em ter como meio de pagamento a moeda social denominada *mumbuca*²⁶. Para isso, a prefeitura custeou a operacionalização do Banco Comunitário Popular, posteriormente Banco Mumbuca, para administração da moeda local. Para 2020, o valor orçado entre a Secretaria da Economia Solidária e o Instituto E-dinheiro para operacionalização do banco e pagamento dos programas de transferência é de aproximadamente R\$ 8,5 milhões de reais (DO NASCIMENTO PEREIRA ET AL, 2020).

²⁶ É uma referência ao principal rio e a um dos povos originários do município. Uma *mumbuca* equivale a um real, mas não pode ser convertida diretamente em dinheiro. Sua utilização se dá através do cartão de débito nos estabelecimentos comerciais cadastrados dentro do município de Maricá.

Cerca de quatrocentas famílias foram beneficiadas com a criação do programa. Três mil e quinhentas foram cadastradas para receber o benefício no valor de setenta mumbucas, o equivalente a setenta reais (DO NASCIMENTO PEREIRA ET AL, 2020). Com a aprovação da Lei nº 2.652, houve expansão do programa. A faixa familiar passou a ser de três salários mínimos, o valor passou a oitenta e cinco reais, e foram criados modelos para públicos específicos: o Renda Mínima Gestante e o Renda Mínima Jovem Solidário²⁷, no valor de oitenta e cinco e cem mumbucas respectivamente (DO NASCIMENTO PEREIRA ET AL, 2020).

Com a Lei nº 2.641/2015, foi criado o Programa de Renda Básica de Cidadania (RBC) no município de Maricá, inspirado na Lei Federal nº 10.835/2004, sobre a universalização do direito de receber um benefício monetário através de uma renda básica de cidadania. O programa iniciou destinando dez mumbucas aos quatorze mil beneficiários dos programas de Renda Mínima do município (DO NASCIMENTO PEREIRA ET AL, 2020). Em 2017, houve um aumento de 10% no valor do benefício do Programa de Renda Mínima, saltou de cento e dez para cento e vinte o benefício da RBC, a RBC começou a pagar vinte mumbucas e se deu a criação do Programa Mumbuca Indígena, por meio do qual todos os indígenas das duas aldeias localizadas no município recebiam trezentas mumbucas.

Em junho de 2019, Maricá deu um passo mais expressivo, aumentando o valor da RBC de vinte para cento e trinta mumbucas, que passou a ser calculada de forma individual e não mais por família, e houve a absorção dos demais programas de transferência de renda à RBC, exceto o Programa Mumbuca Indígena. Com um grande esforço de cadastramento, quarenta e duas mil e quinhentas pessoas passaram a receber o benefício. Como este é pago em moeda social mumbuca, o poder público passou a investir em torno de R\$ 5,5 milhões de reais no comércio local, aquecendo a vida econômica da cidade e proporcionando dignidade para a população (DO NASCIMENTO PEREIRA ET AL, 2020).

O acesso ao programa de transferência da RBC se dá pela comprovação de moradia por no mínimo três anos no território do município independentemente da localidade onde tenha nascido para brasileiros e de cinco anos para estrangeiros, registro no Cadastro de Pessoa Física (CPF) e declaração do Cadastro único (CadÚnico)²⁸. Conforme apresentado na seção 1.2 deste

²⁷ O programa Renda Mínima Gestante era focalizado em mulheres no período de gestação e o benefício se estendia até a criança completar um ano de idade. Já o Renda Mínima Jovem Solidário era voltado para o público de 14 a 29 anos de idade.

²⁸ “O Cadastro Único é um conjunto de informações sobre as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza. Essas informações são utilizadas pelo Governo Federal, pelos Estados e pelos municípios para

trabalho, os desenhos de políticas públicas são baseados nas concepções em prol da universalização e da focalização. Embora Maricá possua um programa de transferência de renda com denominação de Renda Básica de Cidadania, que remete ao conteúdo da Lei Federal nº 10.835/2004 sobre a universalidade do direito a uma renda básica de cidadania, não é o que efetivamente ocorre no critério de elegibilidade do programa, já que apenas vinte e cinco por cento da população é contemplada por essa política.

A rigor o conceito de uma renda básica é ser universal, incondicional e individual e tanto o é, que a nomenclatura em inglês é *Universal Basic Income (UBI)*. Em Portugal, a nomenclatura dá uma maior flexibilidade neste conceito, adotando a denominação de *rendimento básico incondicional (RBI)*. Das características de uma proposta de renda básica universal, a Renda Básica de Cidadania de Maricá possui a individualidade e a incondicionalidade, mas se revela contraditória por uma associação a um programa universal, enquanto ainda não é. Portanto, entre uma política tradicional de transferência de renda mínima e uma política de renda básica universal, a proposta de Maricá pode ser considerada uma política híbrida, na qual se encontram aspectos focalizadores e universalistas (DA SILVA ET AL, 2020).

Há informações anedóticas de que a prefeitura da cidade teria o interesse em aumentar o alcance do benefício do programa da RBC a toda população, apesar de nenhuma ação ter sido tomada nesse sentido. O que houve em 2020 foram atuações no intuito de mitigar impactos socioeconômicos para a população em consequência da Covid-19, como por exemplo, o Decreto nº 499, que autorizou antecipação do Abono Natalino aos beneficiários do programa e a ampliação do valor do benefício da renda básica de cento e trinta para trezentas mumbucas pela Lei nº 2.921.

Uma vantagem decisiva na agilidade da ação governamental, nesse contexto de calamidade da saúde pública, foi a existência prévia de uma estrutura de transferência de renda possibilitada por um banco comunitário (DA SILVA ET AL, 2020). Em 18 de março de 2020, foi declarado estado de emergência em saúde pública, e em 25 de março, uma semana após a promulgação do Decreto nº 499, os créditos já estavam nas contas dos beneficiários, injetando cerca de 5,4 milhões de mumbucas na economia local (DA SILVA ET AL, 2020).

implementação de políticas públicas capazes de promover a melhoria da vida dessas famílias.” Fonte: <https://www.caixa.gov.br/servicos/cadastro-unico/Paginas/default.aspx>

Uma desvantagem tem a ver com a ineficiência do caráter focalizado do programa. Por se tratar de pessoas inscritas no Cadastro Único do governo federal, grande parte da população inscrita é de baixa renda e socialmente vulnerável, assim em Maricá há 60 mil inscritos no CadÚnico, porém trinta por cento deles não estão inscritos no programa da RBC, logo há parte da população que era socialmente vulnerável já antes da pandemia e que não pôde ser diretamente beneficiada no momento da crise sanitária da Covid-19 (DA SILVA ET AL, 2020).

Desse modo, o caso de Maricá se mantém ainda mais interessante porque fica em aberto o debate mencionado no Capítulo 1 sobre os impactos ecológicos que possam advir de uma renda extra. Observa-se uma quantia maior para livre escolha de consumo pelos beneficiários do que um aumento do número de participantes no programa, de acordo com o desenho da política híbrida, e ainda que não seja uma renda extra para todos, não há clareza sobre os impactos ecológicos. Possivelmente o aumento no montante destinado aos indivíduos trouxe consequências ecológicas, mas é necessária a investigação com relação às demais políticas simultâneas que estão sendo implementadas em Maricá.

2.2.2 – A particularidade monetária de Maricá: o banco comunitário popular de Maricá e a moeda social Mumbuca

Na maior parte dos casos, a iniciativa por um banco comunitário se dá pelo interesse da própria comunidade em obter alternativas além das soluções de mercado para desenvolver a economia local. Contudo, em Maricá, a iniciativa partiu do poder público (ALMEIDA, 2019). A Lei Municipal nº 2.448/2013, que instituiu o Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Social de Maricá previa a parceria da prefeitura com entidades públicas ou privadas para a operacionalização do Banco Comunitário Popular de Maricá e a utilização da moeda social *mumbuca* como instrumento de efetivação das políticas do programa.

Em janeiro de 2014 ocorre o primeiro uso da moeda social com a entrega dos primeiros cartões mumbuca carregados com o benefício social chamado Bolsa Mumbuca. A lógica do projeto Bolsa Mumbuca assemelha-se ao Bolsa Família como um benefício governamental para as famílias de baixa renda, mas sem os condicionantes deste programa. Apesar de não exigir nenhuma condicionalidade, o uso do auxílio é restrito aos limites territoriais do município, o que é inovador se comparado a outros bancos comunitários cuja atuação se dá em uma

comunidade específica local. No final daquele ano, havia catorze mil beneficiários cadastrados utilizando a moeda social dentro do município.

Entretanto, a adesão dos comerciantes nos quatro primeiros anos pode ser caracterizada de baixa e estável, porque totalizou menos de 120 comércios credenciados (ALMEIDA, 2019). O principal motivo seria o uso de “máquinas POS” que realizavam transações somente do cartão mumbuca e não de outras bandeiras de cartões até 2017, o que dificultava o suporte e manutenção dessa tecnologia, além de que no início nem todos os tipos de estabelecimentos estavam credenciados para aceitar a moeda social (ALMEIDA, 2019).

Com a Lei Municipal nº 2652/2015 percebe-se uma mudança no rumo desta política pública, quando são trocados os termos “desenvolvimento econômico e social” por “desenvolvimento sustentável” e “economia solidária” para “economia popular e solidária”, além da sinalização por preocupações relativas à preservação ambiental (ALMEIDA, 2019). É neste mesmo contexto que o Bolsa Mumbuca passa a ser chamado de programa Renda Mínima Mumbuca, tal como apresentado na seção anterior.

O Banco Comunitário Popular de Maricá²⁹, Banco Mumbuca, tem como objetivo proporcionar o desenvolvimento econômico e social de comunidades excluídas, capacitando, formando e implementando instrumentos da Economia Solidária e do desenvolvimento sustentável, pelo intermédio das moedas sociais digitais como meio de pagamento. O Banco Mumbuca desde sua origem teve parceria com o Instituto Palmas, posteriormente Instituto Banco da Periferia, visando promover soluções a serem utilizadas por bancos comunitários.

Após quatro anos de operação com antigo modelo de negócio e tecnologia pelo Banco Mumbuca, houve a migração do Instituto Banco da Periferia para a plataforma *E-dinheiro*, criada em 2016 pela *MoneyClip*, e posteriormente *MoneyCloud*. Como cabe ao Instituto oferecer assistência técnica às moedas digitais e desenvolver projetos na plataforma *E-dinheiro*, em dezembro de 2017 a plataforma foi lançada em Maricá. O Banco Mumbuca passou a administrar a moeda social por meio da plataforma *E-dinheiro*, possibilitando a abertura de conta digital no Banco Mumbuca por qualquer indivíduo, além dos beneficiários iniciais do programa municipal.

²⁹ Descrição obtida no site do Banco <https://www.bancomumbuca.com.br/> Acesso em 16/03/2022.

Em virtude da plataforma *E-dinheiro*, a moeda social tornou-se um serviço de duas modalidades: pagamento móvel (*mobile payments*) e dinheiro móvel (*mobile money*), comumente chamado de *mumbuca é dinheiro*, em referência ao mumbuca *E-dinheiro* (CERNEV, 2019). A vantagem é que agora os usuários poderiam utilizar o aplicativo *E-dinheiro* tanto para compras locais como para transferências entre pessoas. Para abarcar as pessoas que não têm acesso aos celulares do tipo *smartphone*, optou-se pela emissão de novos cartões magnéticos em complemento ao aplicativo, substituindo o modelo anterior utilizado em “máquinas POS” (CERNEV, 2019).

A imagem do Banco Mumbuca esteve frequentemente ligada à prefeitura devido à presença do órgão em eventos do banco e pelo banco estar atuando nos cadastros e chamadas da prefeitura, demonstrando a relação de proximidade entre eles (ALMEIDA, 2019). Entretanto, com a migração para a plataforma em 2017, a percepção de parte da população mudou. A adoção do *E-dinheiro* para a população transacionar pela plataforma independente do recebimento do benefício e o surgimento em 2018 das linhas de crédito a juro zero, exemplificam o maior alcance do banco na comunidade de Maricá.

O lançamento do *MumbuCred* em 2018, sobre um crédito produtivo para pequenos comerciantes ou ingressantes em um novo negócio no valor de 2.000 mil reais por pessoa, o *Casa Melhor*, linha de crédito de consumo para pessoas que moram em casa própria ou cedida que desejam fazer pequenas reformas no imóvel no valor de seiscentos reais por pessoa, e o recente *MumbuCred Ecológico – o Sol nasce para todos*, linha de financiamento para a instalação de placas solares para as residências ou comércios, ilustram a dissociação que vem ocorrendo do Banco Mumbuca da prefeitura (ALMEIDA, 2019). Um destaque importante é que as duas primeiras linhas de microcrédito a juro zero são custeadas pelo dinheiro arrecadado nas compras dos moradores no comércio local (2% por cada transação na moeda social mumbuca), diferente do que ocorria antes, quando era cobrado 3% e o valor era transferido integralmente para a empresa responsável pelas “máquinas POS” (ALMEIDA, 2019).

Além desse reinvestimento sustentável para comunidade em forma de microcrédito, percebe-se a busca do Banco Mumbuca por uma aproximação mais real e de inclusão financeira devido à abertura de mais três agências, de forma que há uma em cada distrito do município de Maricá (ALMEIDA, 2019). A equipe do banco acredita que se houvesse a compreensão por parte dos moradores de que pode haver maior desenvolvimento local através do maior uso e

circulação da moeda, eles buscariam utilizá-la ainda mais em conformidade com os valores solidários dos bancos comunitários (ALMEIDA, 2019).

Portanto, é possível notar nesta política desenvolvida em Maricá os aspectos positivos da utilização da moeda social citados na seção 1.4 deste trabalho, referentes a maior integração local e poder de compra a população, mas também apresenta ainda mais possibilidades de negócios inovadores através do juro zero, que podem ser sustentáveis tanto no aspecto econômico como ambiental.

2.2.3 – A mobilidade urbana em Maricá: os “vermelinhos” e as “vermelhinhas”

As empresas Costa Leste e Nossa Senhora do Amparo são os monopólios responsáveis há mais de vinte anos pelo transporte público em Maricá. A Viação Nossa Senhora do Amparo atua na região há mais de quarenta anos, com sede no município e é a maior empresa de serviço intermunicipal; já a empresa Costa Leste começou a oferecer seu serviço de transporte municipal a partir da década de 1990, sendo assim uma empresa de menor porte (RIBEIRO, 2017).

Em 2008 o candidato a prefeito Washington Quaquá teve como promessa de campanha acabar com o monopólio de tais empresas, devido ao descontentamento da população diante do serviço. Algumas medidas foram consideradas para contornar essa situação tais como: a cassação das linhas devido a reclamações quanto à má conservação dos ônibus, a autorização de serviços de transporte alternativos de vans e peruas pelo Decreto municipal 182/2011 no intuito de minimizar o monopólio das empresas e a criação da sociedade de economia mista Maricá Transportes Públicos pela Lei nº 2474/2013, porém muitas sem sucesso (RIBEIRO, 2017). Existiam muitas oposições a esta última pela cobrança ao serviço prestado, visto que juridicamente a legislação impedia a entrada de outra empresa explorando o mercado de transporte público.

Desse modo, a Lei complementar nº 244 de 11 de setembro de 2014 cria a Autarquia Municipal de Transportes, denominada Empresa Pública de Transporte (EPT) com a atribuição de prestar serviço público relativo ao transporte coletivo e individual de passageiros de forma gratuita. Sendo um serviço sem cobrança aos passageiros, o entrave da empresa da prefeitura em explorar o mercado de transporte público havia sido solucionado. O investimento inicial foi

de cinco milhões de reais totalmente feito pela prefeitura com a verba proveniente dos *royalties* do petróleo³⁰.

Maricá tornou-se a primeira cidade brasileira com mais de 100 mil habitantes a implementar o passe livre para seus habitantes. Os “vermelhinhos”, como são conhecidos os ônibus da EPT, começaram em 2014 com uma frota de dez carros a circular do bairro do Recanto à Ponta Negra, nas extremidades do município que não eram atendidos pelas empresas rodoviárias, por 24 horas e nos finais de semana, oferecendo estrutura de ar-condicionado, sensores de portas e elevadores para deficientes físicos (RIBEIRO, 2017).

Em diversos momentos, forças políticas organizadas buscaram paralisar a circulação dos “vermelhinhos” através de ações na justiça³¹, o que gerava idas e vindas do oferecimento do serviço (RIBEIRO, 2017). Os protestos dos habitantes³² pelo retorno do serviço demonstram a importância do transporte gratuito no município e reacende nos cidadãos a luta por um direito a uma mobilidade gratuita e de qualidade. Em apenas cinco meses de operação foi transportado um milhão de pessoas³³.

O presidente da EPT aponta diversas vantagens dessa política, tais como: redução do custo referente a transporte na contratação de funcionários por parte do empresariado, gerando maior emprego, economia dos cofres públicos com a redução dos vales-transportes, maior movimento e duração do horário de funcionamento no comércio local, aumento do convívio familiar com a opção de o trabalhador retornar para sua casa e deslocamento de professores e alunos para eventos culturais. Conforme foi tratado na seção 1.4, a tarifa zero é um esquema essencial não só para reduzir a desigualdade no direito universal de ir e vir, como também na estratégia de ganho sustentável através do incentivo ao uso de transporte coletivo no lugar de veículos individuais poluentes.

Em 2022, a prefeitura anunciou a fabricação de veículos híbridos em parceria com Coppe/UFRJ, movidos a eletricidade, hidrogênio e etanol. Após um período de vinte e quatro meses de teste, Maricá escolherá o “vermelhinho sustentável” entre o modelo híbrido e somente

³⁰ Disponível em: <https://a3p.eco.br/produto/transporte-publico-gratuito-em-marica/> Acesso em 23/03/2022.

³¹ Maiores detalhes ver em RIBEIRO, 2017.

³² Disponível em: <https://leisecamarica.com.br/noticia/18389/centraldocliente/centraldocliente/cadastro> Acesso em 23/03/2022.

³³ Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/2015/12/18/quot-vermelhinhos-quot-de-marica-transportam-2-milhoes-de-pessoas-em-um-ano-de-circulacao/> Acesso em 23/03/2022.

elétrico para o processo de descarbonização da frota municipal³⁴. O objetivo é que a cidade possa se tornar centro de produção de soluções em energia de fontes limpas. Nesse sentido, a iniciativa favorece o meio-ambiente e vai gerar recursos por meio de *royalties* e vendas futuras. Esses passos estão de acordo com o anseio do governo municipal de Maricá, referência em economia sustentável.

Esse movimento em prol da sustentabilidade pode ser visto igualmente em 2021 com a inclusão da bicicleta compartilhada como um modal de mobilidade urbana no município. Conhecidas como “vermelhinhas”, as duzentas bicicletas que estão à disposição da população podem ser usadas gratuitamente através do cadastro no aplicativo da EPT Vermelhinhas³⁵. As bicicletas têm o intuito de serem integradas às linhas de ônibus “vermelhinhas” no deslocamento cotidiano, facilitar o lazer com acesso aos pontos turísticos e beneficiar a saúde física e mental dos maricaenses. Ademais, impacta positivamente na redução de emissão de gases poluentes e tóxicos para o meio ambiente, tanto pela utilização direta do modal em substituição a outros mais nocivos, quanto indiretamente pelo uso do objeto por várias pessoas e menor exigência de produção do bem de consumo, conforme abordado na seção 1.3 deste trabalho.

2.2.4 – Economia Solidária: programa mumbuca futuro e agroecologia

O programa mumbuca futuro (PMF) foi criado pela Lei nº 2.787 de 14 de dezembro de 2017, que incluiu os artigos 17-A e 18-C à Lei nº 2.652/2015, na qual o PMF foi inserido como um dos Programas de Renda Mínima, assim como a descrição sobre o público-alvo, valores e modalidades dos benefícios.

O PMF se propõe a ofertar aos jovens maricaenses da rede pública do município, formação dentro dos ideais de educação popular, mantendo-se o currículo original, em conjunto com os princípios de economia solidária. O objetivo é apresentar alternativas mais sustentáveis dentro da lógica de finanças solidárias, tratando a economia de uma forma mais cooperativa para além da dinâmica capitalista padrão e combater à evasão escolar³⁶ (DO NASCIMENTO

³⁴ Disponível em: <https://exame.com/bussola/tarifa-zero-e-carbono-zero-marica-tem-onibus-hibridos-e-com-energia-limpa/> Acesso em 23/03/2022.

³⁵ Fonte <https://www.marica.rj.gov.br/2021/03/09/bicicletas-vermelhinhas-ja-estao-a-disposicao-da-populacao/> Acesso em 23/03/2022.

³⁶ A concepção de educação integral em tempo integral tem a ver com a reunião de diferentes concepções e práticas de conhecimentos numa perspectiva reflexiva, libertária e emancipadora, que somada à ampliação do tempo como forma de alcançar melhores resultados, traz práticas escolares qualitativamente diferentes (NETO, DE OLIVEIRA, DE MEDEIROS GONÇALVES, 2021).

PEREIRA ET AL, 2020). O intuito é fomentar novas relações de trabalho mais democráticas e a serviço do bem-estar social. Para isso, se baseia em três eixos: educação popular, transferência de renda e desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários.

O acesso ao programa se dá com a matrícula regularizada do aluno a partir do 6º ano em escola pública, seja estadual ou municipal, na cidade de Maricá. É necessário que o responsável legal esteja presente no ato da inscrição. Lançado em 2017 por meio da articulação da Secretaria de Economia Solidária e de Educação, o PMF pôde contar em 2019 com o pagamento das duas modalidades de bolsas, através da parceria com o banco comunitário popular de Maricá, o banco mumbuca. O programa mumbuca futuro³⁷ concede uma bolsa de 50 mumbucas aos estudantes, condicionada a 75% de frequência nas aulas de conteúdo de economia solidária e do ensino regular.

A segunda modalidade de benefício é a disponibilidade de transferência de renda através do depósito de mil e duzentas mumbucas (equivalente a 1.200 reais) a cada ano que o estudante é aprovado no ano letivo. O valor pode ser acumulado ao longo dos anos letivos, mas só poderá ser resgatado atendendo-se as condicionalidades previstas no artigo 2º da Lei 2.787/2017, segundo o qual o estudante precisa estar matriculado no ensino superior ou participar de um empreendimento/ter um plano de negócio econômico solidário ou associação/cooperativa (DO NASCIMENTO PEREIRA ET AL, 2020).

De agosto a novembro de 2019, o PMF³⁸ foi implementado com a concessão de bolsas apenas para as turmas do 9º ano das Escolas Municipais de Maricá. Os alunos tiveram sua jornada escolar ampliada com a realização de atividades e oficinas diversificadas no desenvolvimento da escola em tempo integral. Foram atendidas treze escolas nesse período, totalizando vinte e seis turmas de economia solidária composta por quatrocentos e noventa e oito estudantes (NETO, DE OLIVEIRA, DE MEDEIROS GONÇALVES, 2021).

As turmas foram atendidas por jovens educadores populares³⁹ que recebem formação em vários temas ligados à economia solidária e educação popular, tais como autogestão,

³⁷ Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/2019/08/12/lancamento-do-mumbuca-futuro-agita-o-cem-joana-benedicta-rangel/> Acesso em 30/03/2022.

³⁸ A execução do programa teve duas fases pilotos antes da concessão das bolsas a fim de formar a equipe e verificar a metodologia. A primeira fase foi em setembro de 2018, com estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental II e do Programa de Aceleração Escolar (PAE), e a segunda de maio a junho de 2019, com estudantes 9º ano do Ensino Fundamental II de duas escolas da rede pública (NETO, DE OLIVEIRA, DE MEDEIROS GONÇALVES, 2021).

³⁹ A escolaridade desses jovens educadores é nas áreas de Pedagogia, Licenciatura em Letras/Inglês, Serviço Social, Ciências Sociais, Geografia, História, Informática e Produção Cultural, gerando uma interdisciplinaridade

cidadania, agroecologia, consumo responsável, cooperação, finanças solidárias, cooperativismo, empreendimento econômico solidário (EES), comércio justo e soberania alimentar (NETO, DE OLIVEIRA, DE MEDEIROS GONÇALVES, 2021). Além disso, os jovens educadores em conjunto com os coordenadores locais realizam diagnósticos de possíveis ações empreendedoras com foco na cooperação e/ou associação, oferecem formação e acompanhamento aos empreendimentos solidários (DO NASCIMENTO PEREIRA ET AL, 2020).

O cooperativismo é um modelo socioeconômico interligado à economia solidária que visa por meio das atividades econômicas atingir um bem comum, sendo um sistema contrário aos sistemas tradicionais (financeiro, comercial, produtivo e de consumo) da economia mercantil (DO NASCIMENTO PEREIRA ET AL, 2020). Em Maricá, as cooperativas são peças importantes do modelo econômico solidário, que foram regulamentadas por meio do artigo 431 da Seção II da Lei Orgânica Municipal. O município através das cooperativas garante o incentivo para o fomento de atividades nos setores de agricultura, pecuária, pesca, construção de moradias populares, abastecimento urbano e rural, créditos e assistência jurídica.

Em 2016, o convênio nº 12/2016 firmado entre a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca e a Cooperar – Cooperativa de Trabalho em Assessoria a Empresas Sociais e Assentamentos de Reforma Agrária, teve como objetivo principal a implantação de uma Unidade de Produção Agroecológica (UP). O convênio visa promover a produção diversificada de alimentos com base nos princípios da agroecologia sob os eixos de produção, formação e escoamento, dando capacitação teórica e técnica aos agricultores e por meio de oficinas para as crianças e adolescentes, contribuindo assim para que as comunidades locais possam produzir para seu autoconsumo e comercialização (BASTOS, MATHEUS, TABAI, 2020).

A unidade de produção agroecológica – UP denominada “Manu Manuela” obteve uma experiência exitosa que gerou três aditivos de convênio com vigência até 2021. O projeto possibilitou a produção de alimentos como tubérculos, leguminosas, olerícolas, grãos e medicinais através do sistema de mandalas, rotação de culturas dentre outros (BASTOS, MATHEUS, TABAI, 2020). O convênio nº 12/2016 ⁴⁰ possibilitou em média 500 caixas/mês durante o outono e 200 caixas/mês durante a primavera, além de oito capacitações em

que diversifica o debate através de trocas de experiências, vivências e saberes (NETO, DE OLIVEIRA, DE MEDEIROS GONÇALVES, 2021).

⁴⁰ Maiores detalhes disponível em: <https://cooperar.org.br/sobre-o-projeto-marica/> Acesso em 31/03/2022.

agroecologia, dois intercâmbios em Ribeirão Preto e na Região Serrana do Rio de Janeiro, regiões que possuem princípios agroecológicos já estabelecidos e trinta e uma oficinas nas escolas.

O escoamento de produção realizada na UP é feito em conjunto com a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca através de um planejamento de distribuição, com doação semanal de alimentos olerícolas tais como alface, couve, cenoura, beterraba, feijão e batata doce para asilos, creches, hospitais, escolas e outras unidades públicas municipais (BASTOS, MATHEUS, TABAI, 2020). Portanto, o projeto pode ser considerado um fomento à segurança e soberania alimentar, pois possibilita a diminuição dos custos com a aquisição desses alimentos e provém o acesso à alimentos mais saudáveis para a comunidade.

Desse modo, com as novas viabilidades de consumo e estilos de vida que podem ser desenvolvidas em Maricá, fazem-se necessários novos métodos de ensino a fim de formar um senso crítico na população, em especial nos jovens que são os representantes do futuro do planeta. As concepções desses programas convergem com a reforma educacional sugerida na seção 1.4 para a formação de seres humanos livres e capazes de tomarem decisões críticas sobre a lógica socioeconômica que vivem e desejam construir para viver.

2.3 – Financiamento da Renda Básica de Cidadania: existe um paradoxo?

O município de Maricá tem se destacado como um dos municípios que mais são beneficiados com a renda do petróleo através do recebimento de *royalties*⁴¹ e participação especial. Segundo a ANP, os *royalties* são uma compensação financeira pelo direito à exploração de recursos não renováveis como o petróleo e o gás natural no território brasileiro, paga à União e repassada aos estados e municípios beneficiários. Já a participação especial é uma compensação financeira extraordinária paga trimestralmente pelas empresas concessionárias, devido à exploração e produção de petróleo ou gás natural para campos de grande volume de produção.

No Brasil, o cálculo dos *royalties*⁴² é feito por uma alíquota, que pode variar 5% a 15%, sobre o valor gerado por um campo de produção, sendo este valor da produção o resultado da

⁴¹ A Lei 9.478 de 06/08/1997, mais conhecida como a Lei do Petróleo, homologou o termo *royalty* em substituição ao termo compensação financeira pela extração de petróleo e gás natural. Os *royalties* petrolíferos são espécies de tributos que incidem sobre o valor da produção (tributos *ad valorem*) do óleo cru e do gás natural (SERRA,2005).

⁴² Maiores detalhes ver em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/royalties-e-outras-participacoes/royalties#:~:text=Os%20royalties%20s%C3%A3o%20uma%20compensa%C3%A7%C3%A3o,ex>

multiplicação da quantidade mensal de petróleo e gás natural produzidos no campo pelo preço de referência dos hidrocarbonetos no mês. Conforme a ANP⁴³, a participação especial é calculada segundo alíquotas progressivas, que variam de acordo com a localização, números de anos de produção e respectivo volume de produção, que são aplicadas sobre a receita líquida da produção trimestral.

A definição da ANP segue a noção de que a aplicação desses recursos possa ser revertida em investimentos em prol da sociedade que compensem os danos causados pela exploração. Nesse sentido, baseando-se na noção econômica tradicional, parece caber aos *royalties* a função de promover políticas de justiça intergeracional, já que seria uma compensação às gerações futuras pela extração hoje de um recurso mineral finito (SERRA, 2005). O modelo de *Hotelling* faz parte desse debate no sentido em que introduz o custo de uso, que “é a diferença entre o preço do recurso e o seu custo marginal de extração e pode ser chamado de Renda de *Hotelling* ou *Royalty*” (CARVALHO, 2008, p. 39). Significa que as características temporais da extração atual do recurso possuem custo de oportunidade de sua extração para as gerações futuras.

No Brasil, há muitas divergências sobre a distribuição e repartição das rendas petrolíferas. O Centro de Pesquisas do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (CENPE/MPRJ) aponta que a narrativa dos estados e municípios produtores e/ou confrontantes é de que cabe tratamento especial no sistema de compensação, visto que são as partes impactadas em termos ambientais e sociais. Já os não produtores e não confrontantes argumentam que os recursos da plataforma continental são pertencentes à União, portanto, a sociedade brasileira como um todo deveria ser compensada por um recurso pertencente a ela e não somente quem obteve uma “sorte grande”. Além disso, alegam que os estados e municípios produtores e/ou confrontantes já são economicamente dinâmicos pela presença física das petrolíferas e suas fornecedoras, logo o recebimento dessas rendas seria um duplo privilégio.

Nas experiências dos países produtores de petróleo, o financiamento de políticas de justiça intergeracional por meio das receitas dos *royalties*, não se anuncia como uma prescrição. A seguir, apresenta-se como os principais produtores, Arábia Saudita e Noruega, vem tratando

[plora%C3%A7%C3%A3o%20desses%20recursos%20n%C3%A3o%20renov%C3%A1veis](#). Acesso em 01/04/2022.

⁴³ Maiores detalhes ver em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/royalties-e-outras-participacoes/participacao-especial#:~:text=A%20participa%C3%A7%C3%A3o%20especial%20%C3%A9%20uma,de%20grande%20volume%20de%20produ%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 01/04/2022.

dessa questão ao longo de seus períodos de extração e como tem sido feito no município de Maricá.

2.3.1 – Arábia Saudita

A Arábia Saudita, segunda maior reserva de petróleo do mundo⁴⁴, durante o período de cobrança de *royalty* (1933 a 1980)⁴⁵ não apresentou uma destinação específica pelas rendas do petróleo (SERRA, 2005). Isto porque, o nível de dependência do reino em relação a esse recurso foi altamente elevado, já que até 1950, o *royalty* ficou sendo o único instrumento fiscal que incidia sobre o setor. As despesas públicas eram vinculadas às rendas petrolíferas e ingressavam por todos os setores e ramos da economia (SERRA, 2005).

De acordo com a *Annual Statistical Bulletin 2019* publicado pela Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP), o setor de petróleo e gás foi responsável por cerca de 50% do PIB nacional e 70% do total das receitas de exportação do Reino da Arábia Saudita (FERNANDA, DELGADO, MEDEIROS, 2020). Entretanto, há interesse do governo saudita em diminuir essa dependência das receitas de exportação de petróleo e diversificar a sua economia.

Para isso, o *Saudi Vision 2030*⁴⁶ é um plano estratégico do governo para desenvolver setores de serviços públicos tais como: saúde, educação, infraestrutura, habitação e turismo. Os programas concentram-se sob três pilares: uma sociedade vibrante, com estilos de vida mais saudáveis, uma economia próspera, com maior participação das mulheres no mercado de trabalho e uma nação ambiciosa, com o aumento das receitas não petrolíferas em sua economia. Além disso, possui a ambição em atingir o net zero de emissões até 2060 em prol da transição energética e com isso, impulsionar novas ondas de investimento na Arábia Saudita.

A mensagem da liderança do reino é de que “Nossa verdadeira riqueza está na ambição de nosso povo e no potencial de nossas gerações mais jovens”, assim, esta dissociação ao petróleo como meta de autonomia econômica e de desenvolvimento da sociedade a ser atingida na Arábia Saudita, demonstram uma busca por justiça intergeracional com as gerações futuras.

⁴⁴ Disponível em: <https://m.ipim.gov.mo/wp-content/uploads/2018/02/Saudi-Arabia-port.pdf> Acesso 05/04/2022.

⁴⁵ Os *royalties* no Reino da Arábia Saudita deixaram de existir com a estatização da empresa ARAMCO (*Arabian American Oil Company*) em 1980, quando passou a se chamar Saudi-Aramco (SERRA, 2005).

⁴⁶ Disponível em <https://www.vision2030.gov.sa/> Acesso em 05/04/2022.

2.3.2 - Noruega

A Noruega, maior produtora de petróleo e gás da Europa Ocidental, possui a experiência de financeirização das rendas petrolíferas. Em 1990 criou o Fundo Petrolífero Estatal Norueguês (FPEN), cujo primeiro aporte ocorreu em 1995, e em 2020, apesar da pandemia de Covid-19, somou mais de 100 bilhões de ganhos em euros. O objetivo do fundo é garantir a estabilidade macroeconômica, através do apoio ao Tesouro evitando o seu endividamento num contexto de baixa do preço do petróleo e de minimização da pressão inflacionária decorrente de um período de alta do petróleo, e exercer a função poupança a partir dos depósitos anuais, em consequência da previsão de envelhecimento da população e maturidade dos campos petrolíferos noruegueses (SERRA, 2005).

Diferente do fundo do Alasca, que em sua criação buscou debate com seus cidadãos sobre a melhor utilização das rendas do petróleo e que por conta de sua legislação não pode socorrer o Tesouro estadual, o fundo norueguês primeiro cobre o *déficit* orçamentário com as rendas do petróleo, para posteriormente serem depositadas no fundo de poupança (SERRA, 2005). Caso o déficit público anual não seja coberto, novos saques podem ser realizados no fundo de poupança até cobri-los, contudo, uma vez coberto o débito, o governo não pode utilizar o fundo como mecanismo de tomada de empréstimo (SERRA, 2005).

Vale ressaltar que o modelo empregado na Noruega não estipula o pagamento de *royalties*, e sim o pagamento sobre a área explorada, ou seja, inicialmente nenhuma taxa é cobrada e com a exploração uma taxa de área⁴⁷ é cobrada como termo de licença (FRANKENFELD, 2013). A disposição dos rendimentos do petróleo no oferecimento de bem-estar às gerações futuras não é algo detalhado na legislação do país. Segundo Frankenfeld (2013) o *Act 36 of 22 June 1990*, que especifica os cálculos referentes ao FPEN, não apontam nenhuma conduta para aplicação dos recursos do petróleo, e nem mesmo o *Norwegian Petroleum Taxation Act*, lei de taxação do petróleo norueguês, descreve o tipo de investimento que devem ser feitos em proveito do meio ambiente e gerações futuras. A autora pontua que somente em *Regulations to Act relating to petroleum activities* e em *Act of 29 November 1996 NO 72* existem passagens sobre geração de empregos e proteção ambiental.

⁴⁷ A taxa é de 30.000 krones noruegueses por km² durante o primeiro ano, 60.000 krones noruegueses por km² no segundo ano, e posteriormente, a taxa congela em 120.000 krones noruegueses por km² no intuito de que as empresas que possuem as licenças abandonem as áreas que não tenham a intenção de explorar (FRANKENFELD, 2013).

Em *Act of 29 November 1996 NO 72*, não se direcionam áreas específicas e nem se condicionam percentuais sobre a aplicação dos recursos. O que existe são obrigações para que a gestão seja realizada numa perspectiva de longo prazo, garantindo receitas ao Estado Norueguês e bem-estar para a sociedade, com emprego e preservação do meio ambiente. Há diversas passagens nas quais são mencionadas o meio ambiente, contudo a mais efetiva é sobre caso de poluição do ambiente marinho, em que a Lei determina que a operadora licenciada é responsável, independente de culpa. Na ocorrência de um incidente muito grave abrangido por Lei, o Ministério pode nomear uma Comissão para averiguar o ocorrido.

Em *Regulations to Act relating to petroleum activities*, na seção 6c sobre avaliação de impacto, os projetos devem incluir uma descrição dos impactos assumidos na geração de empregos e atividades comerciais, bem como os efeitos econômicos e sociais esperados das atividades oriundas da extração do petróleo. Além disso, deve conter um mapeamento sobre questões ambientais e recursos naturais e uma descrição sobre o impacto da abertura de poços petrolíferos em relação às condições de vida de animais, plantas, água, ar, clima, paisagem e a preparação para casos de emergência e riscos.

A Noruega é um país que se encontra numa posição de menor dependência econômica em relação ao petróleo do que a Arábia Saudita, já que o setor corresponde a 42% das exportações de bens na balança comercial e, segundo Serra (2005) “a Noruega já possuía uma estrutura produtiva diversificada e um elevado padrão de vida quando o petróleo começou a ser produzido na década de setenta.”

Em relação às questões climáticas, embora seja um país⁴⁸ com meta de carbono neutro em 2050 e que incentiva a produção de carros elétricos, a ministra de Petróleo e Energia Tina Bru declarou⁴⁹ em 2021: “forneceremos energia ao mundo enquanto houver demanda” e continuou, “portanto, o governo manterá uma política petroleira que facilite a produção lucrativa de petróleo e gás em meio à política climática norueguesa e aos nossos objetivos climáticos.” Logo, a exploração desse recurso mineral na Noruega não sinaliza a noção de

⁴⁸ A Noruega é criticada sobre as emissões de CO₂ liberadas fora do seu território por conta das exportações. Em sua defesa, a indústria norueguesa argumenta que seu petróleo é um dos mais limpos na fase de produção. Esse debate se refere a responsabilidade ética das emissões, que ultrapassa a análise de como, quando e quanto se emitiu e permite o compartilhamento da responsabilidade de quem consome e estimula a produção, ainda que não seja em seu próprio território.

⁴⁹ Disponível em <https://www.istoedinheiro.com.br/noruega-continua-apostando-no-petroleo-apesar-das-advertencias/> Acesso em 06/04/2022.

igualdade intergeracional, na qual as ações de hoje não podem comprometer as gerações futuras.

2.3.3 - Maricá-RJ

Em Maricá, o crescente volume de recebimento de *royalties* a partir de 2011 pode ser verificado na elevação de sua participação na estrutura das transferências financeiras no município. De acordo com Ribeiro, Boa Nova e Roboredo (2021) em relação à receita total, que é o somatório da receita de capital e a receita corrente⁵⁰, os *royalties* representavam 7,5% no ano de 2005, aumentando para 35% em 2013 e atingindo 61,9% e 68,7% em 2017 e 2018, respectivamente. As transferências correntes, especialmente as dos *royalties*, são as maiores fontes de recursos do município, o que expõe a dependência do município aos recursos provenientes da exploração do petróleo.

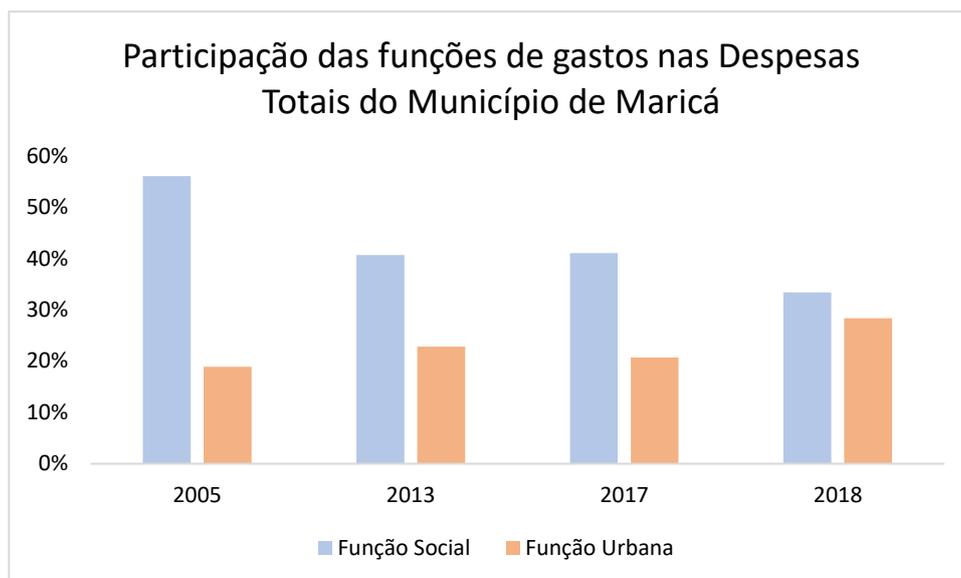
Desta forma, a investigação sobre o impacto da entrada dessas receitas para os gastos e investimentos de Maricá se faz necessário, a fim de verificar as possibilidades e proporções de gastos públicos que podem ser realizados em prol do município, o que difere de grande parte dos municípios brasileiros. A análise realizada por Ribeiro, Boa Nova e Roboredo (2021) constatou que os anos na qual o município obteve as transferências dos *royalties*, os gastos do município tiveram um forte aumento. Sendo estes gastos divididos pelos autores em: gastos com função social, o somatório dos gastos nas áreas de assistência social, previdência social, saúde e educação, e com função urbana, orientados para o urbanismo, habitação, saneamento e gestão ambiental, entre os anos de 2013 e 2017 o crescimento foi significativo na função social, e entre 2017 e 2018, o crescimento se deu fortemente na função urbana.

Contudo, quando os autores analisam os gastos através das funções e em relação às despesas totais do município, notam que o elevado crescimento foi em termos absolutos. Ademais, a função social relativamente foi perdendo participação enquanto a função urbana aumentou, mas não tão vertiginosamente como ocorreu em termos absolutos. A função social entre 2005 e 2013 moveu-se de 56% para 40%, alcançando 33% em 2018 nas despesas totais. A função urbana em 2005 era de 18% e avançou para 28% em 2018, bem próximo da função

⁵⁰ “As Receitas de Capital são provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas e da conversão, em espécie, de bens e direitos. As Receitas Correntes, por sua vez, são destinadas a cobrir as despesas orçamentárias que visam à manutenção e continuidade das atividades governamentais, compreendendo as receitas tributárias, contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, serviços e transferências correntes. As transferências correntes são recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado. “(RIBEIRO, BOA NOVA E ROBOREDO, 2021, p.42).

social neste mesmo período, conforme o gráfico 2 abaixo. Ribeiro, Boa Nova e Roboredo (2021) concluem que as despesas nos últimos anos no município de Maricá não se limitaram somente a essas duas funções e incluíram gastos em geral e que a função urbana tem elevado sua relevância, enquanto a função social tem diminuído na estrutura de gastos municipais.

GRÁFICO 2 – Participação das funções de gastos das Despesas Totais do Município de Maricá (Despesas Totais = 100%)



FONTE: Elaboração própria baseada nos dados utilizados por (RIBEIRO, BOA NOVA E ROBOREDO, 2021).

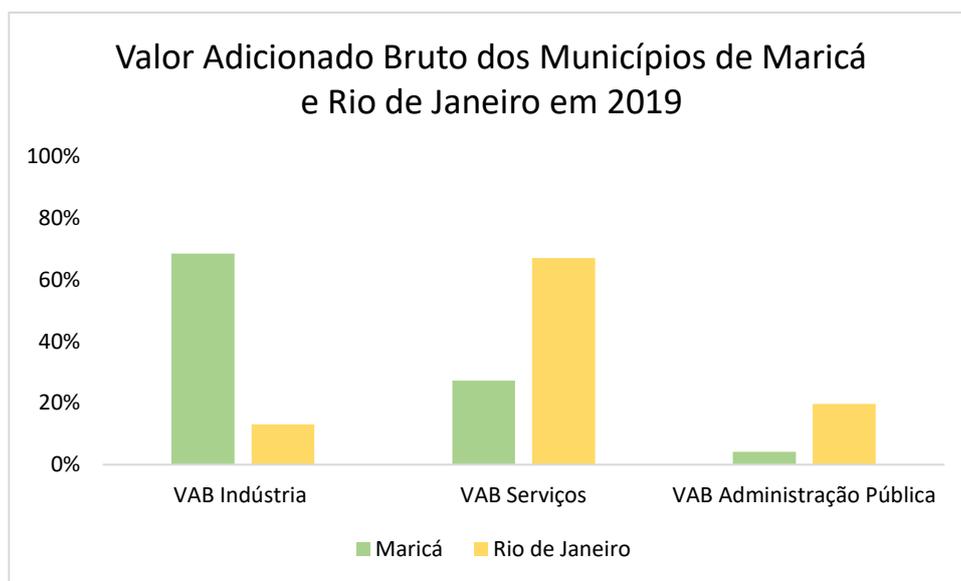
Ribeiro, Boa Nova e Roboredo (2021) ao aprofundar suas análises separadamente por função apontam que na função social, o crescimento expressivo se deu em dois gastos específicos, saúde e educação, enquanto que, na função urbana, urbanismo, foi o que teve crescimento expressivo, sendo que os demais, saneamento, gestão ambiental e habitação mantiveram seus impactos de gastos. Para esse aumento vertiginoso na subfunção urbanismo, os autores justificam os gastos com transportes, especialmente com a implementação dos serviços de mobilidade urbana oferecidos pelo EPT já mencionado na seção 2.2.

Em relação à parte produtiva⁵¹, o município se apresenta com grande relevância no setor da indústria no Valor Adicionado Bruto, com 69% no ano de 2019 devido a exploração *offshore* do petróleo (IBGE, 2019), conforme mostra o gráfico 3, com o valor muito acima do somatório

⁵¹ O VAB de Agropecuária do município de Maricá e do Rio Janeiro representa 0,03%, respectivamente, de participação no Valor Adicionado Bruto de cada município em 2019.

dos setores de serviços e administração pública, que juntas constituem 31%. Comparando-se esses dados com os do município do Rio de Janeiro, nota-se que o setor de serviços tem expressiva participação, com 67%, seguido de 20% pela administração pública e 13% da indústria.

GRÁFICO 3 – Valor Adicionado Bruto dos Municípios de Maricá e Rio de Janeiro em 2019



FONTE: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE, 2019.

Tal resultado em Maricá deixa evidente que, sendo a exploração *offshore* do petróleo pertencente ao setor industrial extrativo, sua existência no município se dá com mais impacto na arrecadação pública fiscal do que na dinamização econômica (RIBEIRO, BOA NOVA E ROBOREDO, 2021). Desse modo, as análises utilizadas pelos autores para apresentar este argumento reforçam a hipótese de que os *royalties* são importantes no orçamento público de Maricá, de modo que, sua ausência traria impactos para o município.

Embora seja uma oportunidade virtuosa para o município ter uma maior capacidade de investimento do poder público através das rendas do petróleo, que não ocorre para todos os municípios brasileiros, deve-se haver atenção em condicionar sua economia local e políticas públicas a este recurso. O ciclo do petróleo é muito incerto tanto na exploração, quanto na comercialização e reúne aspectos éticos contraditórios frente aos atuais esforços de mitigação climática e no âmbito de equidade intergeracional.

O estudo de Viglio et al. (2019) apresenta diferentes narrativas sobre o papel dos combustíveis fósseis, em especial do petróleo do Pré-Sal brasileiro, na transição para novas

fontes de energia, dado o contexto de mudança climática. De um lado argumenta-se que a continuidade nos investimentos no Pré-Sal se dá pela concentração de poder que a exploração de petróleo proporciona nas mãos do Estado, que acaba por negligenciar a ampliação da produção de outros biocombustíveis, como o etanol, que seria mais vantajoso economicamente e dentro dos limites seguros para manter o sistema climático (VIGLIO ET AL, 2019). De outro lado, argumentam-se os benefícios sociais e econômicos, já que o setor petrolífero é visto como um propulsor de desenvolvimento de outros setores de serviços e setores industriais, e da possibilidade de suas rendas fomentarem a introdução de novas fontes alternativas de energia (VIGLIO ET AL, 2019).

O debate de justiça intergeracional sobre a aplicação das rendas do petróleo é para que estas sejam utilizadas na diversificação produtiva e em investimentos sociais, a fim de que sejam dadas condições de sustentabilidade econômica às gerações futuras (CARVALHO, 2008). Entretanto, é importante levar em consideração que a busca por tal justiça deve perpassar o interesse na sustentabilidade econômica e ambiental. Nesse sentido, o programa da RBC de Maricá apresentado na seção 3.2.1 é um instrumento de justiça social no alívio da pobreza, mas que simultaneamente, é custeado pela renda do petróleo, um produto com potencial ecológico catastrófico, conflitando com o que se almeja de justiça ambiental.

Compreendendo que tal dinamismo econômico pode ser transitório e visando as gerações futuras, o município vem constituindo o fundo soberano de Maricá (FSM). Instituído pela Lei municipal nº 2.785 de 14 de dezembro de 2017, que posteriormente foi revogada pela Lei nº 2.902 de 3 de dezembro de 2019, na qual estabeleceu-se a estrutura, fontes de recursos e aplicações, o fundo tem a finalidade de ser um instrumento de política econômica, constituindo um fundo de poupança e mitigando a volatilidade dos fluxos de arrecadação da exploração do petróleo. A nova regulamentação ampliou o objetivo do fundo, dando ênfase para o desenvolvimento regional e novas fontes de receitas para a garantia da sustentabilidade fiscal e ampliação dos valores de aporte para o fundo. Hoje, o fundo possui 1 bilhão de reais⁵², e desde abril de 2018 até 31 de dezembro de 2021, obteve 43 milhões de reais de rendimento.

⁵² Disponível em <http://fundosoberano.marica.rj.gov.br/fundo-soberano-de-marica-chega-a-r-1-bilhao/> Acesso em 29/08/2022.

Sobre a busca pela diversificação econômica, em 2017 a prefeitura do município de Maricá anunciou⁵³ seus primeiros êxitos em se tornar menos dependente do petróleo, devido ao aumento de 0,362% em 2013 para 1,81% em 2016, no resultado do Índice de Participação dos Municípios (IPM). Já em 2022 criou um regime de tributação diferenciado que cobrará 2% ao invés de 5% de alíquota do Imposto Sobre Serviços (ISS) para empresas que realizarem atividades voltadas à proteção ambiental⁵⁴. O intuito é criar um fundo verde para o financiamento de obras inseridas na lógica de uma agenda de sustentabilidade.

Nesse mesmo intuito de diversificação e na busca por negócios sustentáveis, o *resort* Maraey, que é um projeto de construção para um complexo turístico-residencial sustentável no bairro de Maraey, na Restinga de Maricá, recebeu a licença para a primeira fase de instalação de obras para o empreendimento. Ele promete a criação da segunda maior reserva particular do patrimônio natural de restinga do Estado do Rio de Janeiro e o compromisso de se desenvolver alinhado aos dezessete objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS) e às diretrizes da Conferência do Clima de Paris.

O negócio contará com o investimento de 11 bilhões de reais, com a expectativa da geração de empregos quando complexo estiver em pleno funcionamento⁵⁵. A assinatura de uma carta compromisso com o Instituto Turismo *Responsable* pelo presidente da Companhia de Desenvolvimento de Maricá (Codemar)⁵⁶ e o recebimento do selo *Biosphere*, expressam a intenção do comprometimento da Prefeitura de Maricá na construção de um novo modelo de desenvolvimento turístico, baseado em sustentabilidade, diversidade cultural e responsabilidade social.

Embora o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) tenha dado a licença para a primeira fase do empreendimento, e informado que a emissão de licenças ambientais de instalação é feita de acordo com as medidas propostas para a conservação do meio ambiente, a construção do

⁵³ Disponível em <https://www.marica.rj.gov.br/2017/10/26/crescimento-da-arrecadacao-de-icms-aponta-para-menor-dependencia-dos-royalties-do-petroleo/> Acesso em 08/04/2022.

⁵⁴ Disponível em <https://www.istoedinheiro.com.br/marica-no-estado-do-rio-reduz-iss-para-atrair-empresas-sustentaveis/> Acesso em 08/04/2022.

⁵⁵ Disponível em <https://diariodoporto.com.br/marica-lanca-megaempreendimento-turistico-e-residencial/#:~:text=Empreendimento%20em%20Maric%C3%A1%20ter%C3%A1%20investimento,C1%C3%A1udio%20Castro%20e%20outras%20autoridades&text=Compartilhe%20essa%20not%C3%ADcia%3A,imobili%C3%A1rio%20do%20Rio%20de%20Janeiro.> Acesso em 10/04/2022.

⁵⁶ Disponível em <https://www.marica.rj.gov.br/2022/03/18/marica-tera-selo-internacional-de-turismo-sustentavel/> Acesso em 10/04/2022.

resort tem gerado brigas judiciais⁵⁷. O Superior Tribunal de Justiça em novembro de 2021 determinou a suspensão dos atos de licenciamento, loteamento, construção ou instalação de empreendimentos no interior e no entorno da Área de Preservação Ambiental (APA) da Restinga de Maricá. Em 2005 e em 2007, dois decretos estaduais alteraram a área de limites da APA para resolver algumas questões legais e seguir com a viabilidade do projeto e uma ação foi movida pela Associação de Preservação Ambiental de Lagunas de Maricá (Apalma) questionando a constitucionalidade dessas alterações.

Esta área da Restinga de Maricá é composta por um ecossistema raro e em vias de desaparecimento por conta da pressão do ser humano (antrópica) nos casos imobiliários e de lazer. A mobilização de ambientalistas é que o complexo põe em risco espécies de animais, dunas raras, sítios históricos e arqueológicos. Já a da comunidade pesqueira é de que além de garantirem o seu sustento, a mesma possui uma técnica de pesca por galho, prática que estimula a proliferação de microrganismos que atraem e favorecem os peixes ao seu biosistema.

Dessa forma, Maricá apresenta desafios locais, mas que estão inseridos em debates globais, como o oferecimento de melhor qualidade de vida sem que comprometa o futuro dos ecossistemas. Cabe um debate crítico dos gestores institucionais para saber em que condições a busca por uma autonomia aos rendimentos oriundos dos *royalties* do petróleo, que financiam programas de políticas públicas sociais bem sucedidas, poderia se dar por meio de negócios enquadrados como sustentáveis, mas que podem sobrepor valores materiais e imateriais do município.

⁵⁷ Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2021-11/decisao-do-stj-impede-obra-de-resort-em-restinga-de-marica-no-rio> Acesso em 10/04/2022.

CAPÍTULO 3 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1- Metodologia

Dentre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos e as relações sociais estabelecidas entre os seres humanos e o ambiente, a abordagem qualitativa tem seu espaço reconhecido nas investigações que possuem como objeto situações complexas ou estritamente particulares.

A escolha da pesquisa qualitativa deste estudo pautou-se pelo interesse em compreender em que medida políticas de transferência de renda, em especial o programa da Renda Básica de Cidadania (RBC) de Maricá, têm potencial para fomentar ou atenuar impactos ecológicos. Além disso, investigar se há uma percepção de sustentabilidade ecológica por trás das políticas públicas desenvolvidas no município.

Por se tratar de um tema pouco explorado e com relações indiretas, utilizou-se a metodologia do estudo de caso, adequando-se aos objetivos pretendidos e optou-se pela técnica de coleta de dados, na qual as informações empíricas foram apreendidas a partir de um roteiro de entrevistas semiestruturadas.

O estudo de caso caracteriza-se pelo aprofundamento da compreensão da unidade selecionada. Segundo Godoy (1995), o estudo de caso tem sido escolhido como estratégia quando os pesquisadores procuram responder às questões “como” e “por quê” certos fenômenos ocorrem, quando os eventos estudados possuem pouca possibilidade de controle e quando o foco de interesse é sobre fenômenos que serão analisados dentro de algum contexto de vida real.

É comum considerarmos a análise de dados qualitativos como o núcleo central da pesquisa, ao passo que a coleta de dados é um passo anterior para prepará-la (GIBBS, 2009). Segundo Manzini (2008), a utilização de entrevistas como instrumento para atingir o objetivo de pesquisa pode-se dividir em três contextos. A primeira consiste na elaboração e na discussão do roteiro, visando verificar se o instrumento responderá às questões de pesquisa. Para isso, as perguntas precisam estar pautadas para cada participante específico. A segunda é a coleta de dados, ou seja, a entrevista propriamente dita. E a terceira é o processo de transcrição. Em todos os contextos, a busca do pesquisador deve se concentrar no seu objetivo de pesquisa.

Nesta dissertação, utiliza-se o município de Maricá como estudo de caso, e através de entrevistas com lideranças do município, foi adotado um enfoque exploratório e descritivo, uma vez que a realidade é sempre complexa. Para isso, montou-se um roteiro semiestruturado com dez perguntas e entrevistas livres direcionadas às secretarias de Economia Solidária, Cidades Sustentável, Desenvolvimento Econômico e um roteiro com três perguntas para a Companhia de Saneamento de Maricá (SANEMAR). Cada roteiro foi planejado de acordo com as especificidades de cada secretaria, contudo as perguntas relacionadas a RBC e a transição ecológica se repetem nos três roteiros das secretarias. Como a SANEMAR é uma companhia com cerca de um ano de existência no município, produziu-se três perguntas específicas de seu ramo de atuação para o roteiro, mas que também envolvessem a RBC e o meio ambiente.

A entrevista com a secretaria de Cidade Sustentável foi realizada de forma presencial no dia 16/05/2022. Com secretaria de Economia Solidária foi presencial no dia 20/05/2022 e por ligação telefônica no dia 27/05/2022. Com a secretaria de Desenvolvimento Econômico foi de forma presencial no dia 30/05/2022. Já com a SANEMAR foi no dia 01/08/2022 por áudio de aplicativo de comunicação instantânea. Os registros das entrevistas foram obtidos por meio de gravação e transcrição parcial, assim havendo duas fontes de registros, oral e escrita. A transcrição parcial representa “uma tentativa bem-sucedida e cuidadosa de captar alguns aspectos da entrevista.” (GIBBS, 2009). As informações foram consolidadas na tabela 4 abaixo.

TABELA 4 – Resumo das entrevistas livres

Data	Secretaria	Entrevista	Duração	Registros
16/05/2022	Cidade Sustentável	Presencial	1h e 30 minutos	Gravação e transcrição parcial
20/05/2022	Economia Solidária	Presencial	1h e 15 minutos	Gravação e transcrição parcial
27/05/2022	Economia Solidária	Ligação telefônica	40 minutos	Gravação e transcrição parcial
30/05/2022	Desenvolvimento Econômico	Presencial	1h e 40 minutos	Gravação e transcrição parcial
01/08/2022	SANEMAR	Áudio de aplicativo	12 minutos	Gravação e transcrição parcial

Fonte: Elaboração própria.

Adiante, seguem as informações obtidas nas entrevistas que foram classificadas por meio de seis temáticas:

1. A RBC na esfera do crescimento econômico
2. Tentativa de rompimento com padrões atuais de crescimento econômico

3. Contradição do impacto ecológico pelo financiamento da RBC

4. Políticas públicas de Maricá e a transição ecológica

5. A RBC favorece padrões de vida mais sustentáveis?

6. Indústria do turismo e sustentabilidade

3.2- Resultados

1. A RBC na esfera de crescimento econômico

No paradigma do crescimento econômico, esta categoria trata da atuação do programa de RBC e seus impactos do ponto de vista econômico, social e cultural no município de Maricá. Dado que houve a pandemia do Covid-19, as análises econômicas nesse âmbito possuem um corte temporal em antes da pandemia, medidas emergenciais de isolamento da pandemia (anos 2020 e 2021) e relaxamento das medidas emergenciais (2022). Posteriormente, são discutidos os entraves e desafios do programa e quais meios têm sido utilizados para superá-los.

- Econômico

Ao longo da história, por ser uma cidade de veraneio e que até hoje não possui um arranjo produtivo consolidado para as suas atividades econômicas: “Maricá possuía a característica de ser uma cidade de veraneio, dormitório, de baixo atendimento e prestação de serviço, de baixo potencial financeiro e de trabalho de baixa qualificação.” (Secretaria de Desenvolvimento Econômico), e os trabalhadores da cidade deslocavam-se para os grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro e Niterói. Com a realização desse percurso diário, era comum que os mesmos realizassem suas atividades econômicas perto desses locais de trabalho: “Desse modo, Maricá era uma cidade que dificilmente conseguia construir serviços básicos de atendimento à cidade e em sua grande maioria, possuía um comércio pequeno”. (Secretaria de Desenvolvimento Econômico).

A criação da moeda social mumbuca e a da RBC evidenciam um novo perfil experimentado pelo município. A política de transferência de renda da RBC em Maricá atua com os mais vulneráveis e garante socialmente o direito ao indivíduo, o que, associado ao recebimento em moeda local, faz com que boa parte dos recursos não sejam lançados para outras localidades e possam circular no território, viabilizando assim o comércio local:

“Quando se coloca em função da moeda local, você garante em seu território uma circulação, conseguindo atingir não só o benefício social como o desenvolvimento econômico local.” (Secretaria de Desenvolvimento Econômico).

Em dezembro de 2019, antes da pandemia da Covid-19, o valor da RBC era de cento e setenta mumbucas e contemplava um quarto dos habitantes. Neste mesmo ano, o recebimento do benefício tornou-se individual, ou seja, assegurou-se um maior rendimento dentro das famílias beneficiárias, o que pode proporcionar melhorias de qualidade de vida, com segurança alimentar, alcance de bens que antes não eram acessíveis e maior circulação de moeda na economia da cidade e isso é dito na seguinte fala:

“Um passo importante foi em 2019, quando o prefeito Fabiano Horta alterou a lei, garantindo que os beneficiários pudessem ser individualizados na família. Logo, uma família poderia ter por exemplo três benefícios. Além disso, houve um recadastramento que elevou para 42,5 mil pessoas e isso fez com que ampliasse o impacto dessa política na cidade, principalmente entre aqueles que tinham dificuldades econômicas e eram mais vulneráveis.” (Secretaria de Desenvolvimento Econômico).

Ainda que o pagamento do programa seja em moeda que só pode ser transacionada no território de Maricá, o pressuposto de Van Parijs e Vanderborght (2018) se mantém no que tange à renda básica como criadora de poder de aquisitivo e mantenedora das preferências individuais. Além disso, a mudança da RBC de Maricá para um pagamento individualizado, reforça a emancipação das pessoas e evita a dependência do chefe do domicílio, como argumentam Van Parijs e Vanderborght (2018).

Nesse mesmo período, houve a criação do abono natalino pago em moeda social para todos os beneficiários do Programa da RBC, servidores ativos e inativos do município da Administração direta, indireta e do Poder Legislativo como se afirma em:

“Assim, o número de contas do Banco Mumbuca elevou-se, por ter pessoas que não eram somente vulneráveis e sim servidores do município da administração direta e indireta e da câmara recebendo abono natalino em moeda mumbuca. Isso deu um impacto em dobro na economia da cidade com o comércio e os serviços locais no mês de dezembro.” (Secretaria de Desenvolvimento Econômico).

Este incremento fez com que o mês de dezembro de 2019 tivesse sido o mês com maior movimentação da moeda local desde a sua criação, com injeção de dez milhões de mumbucas no setor de comércio e serviços da cidade.

Durante as medidas emergenciais da pandemia, houve um fortalecimento da política do RBC, como o aumento do benefício de cento e setenta mumbucas para trezentas, reforçando o poder de compra da parcela mais vulnerável da população, segundo o trecho:

“[...] a RBC é uma alternativa dentro do sistema capitalista num período de crise, já que muitas das vezes não se fomentam a liquidez e a circulação de moeda num território dado o contexto. No caso de Maricá com a RBC, houve a garantia de um desenvolvimento local.” (Secretaria de Economia Solidária).

Tal comentário da RBC de Maricá ser uma alternativa num contexto de crise pode ser reconhecido no argumento de Hornborg (2017) na seção 1.5 sobre o incentivo no uso das moedas complementares, ainda mais em um cenário de flutuações econômicas, pois é garantida a oportunidade para que as pessoas possam viver e consumir. Enquanto certas políticas utilizaram a cartilha dos cortes de gastos públicos em momentos de crise, Maricá agiu na contramão e ofereceu políticas anti-cíclicas que injetaram moeda local, como a ampliação do valor da RBC e criação de programas emergenciais, que resultaram no bom desempenho econômico do município durante a crise sanitária.

O adiantamento de benefícios, como do abono natalino e a criação de programas emergenciais, tais como o PAT (Programa de Amparo ao Trabalhador) e o PAE (Programa de Amparo ao Emprego), ajudaram os pequenos e médios empresários a manter seus estabelecimentos e também evitar demissões, conforme a fala:

“Logo, durante uma crise sanitária, houve o ponto positivo de manutenção de emprego, com cerca de 7% de crescimento de empregos com carteira assinada, entre março de 2020 e abril de 2021, segundo o CAGED.” (Secretaria de Economia Solidária).

Enquanto no cenário nacional e estadual houve a redução de vagas de empregos formais no primeiro semestre da crise sanitária, Maricá apresentou variação positiva nas vagas formais, o que destaca o efeito positivo da RBC. Tais evidências corroboram os argumentos pelo uso da RBC para combater a “armadilha do desemprego” e “emprego” discutidas por Van Parijs e Vanderborgh (2018), visto que, em Maricá, mesmo com o recebimento do benefício e

ampliação durante a crise do coronavírus, não houve desestímulo à geração de emprego e, os beneficiários que possuem alguma renda familiar mensal de até três salários mínimos também foram incluídos no recebimento, garantindo o que Van Parijs (2013) denomina como “liberdade de trabalhar”.

Com o relaxamento das medidas emergenciais da pandemia, Maricá se destaca por ser o município com maior média na variação de empregos no ano de 2022, se comparado com os outros municípios fluminenses nesse mesmo recorte populacional, segundo o relatório do Instituto Municipal de Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro (IDR) e como comentam:

“Hoje nós somos uma das maiores variações acima da média de município acima de 150 mil habitantes no Estado e nós sabemos que isso é fruto do impacto da moeda social e das políticas econômicas, ou seja, o que é injetado na economia, retorna de maneira indireta.” (Secretaria de Desenvolvimento Econômico).

Os efeitos da associação de uma política de transferência de renda com uma a moeda local têm se apresentado como um fomentador para o desenvolvimento local conforme apontam: “Em 6 meses elevou-se de 2.500 estabelecimentos que recebiam mumbuca para 8.000 estabelecimentos, sendo hoje quase 12.000 recebendo pagamento em mumbuca.” (Secretaria de Desenvolvimento Econômico).

Ou seja, caso a RBC fosse somente a entrega de um recurso financeiro nas mãos dos que mais necessitam não necessariamente a economia local sentiria essa dinamização, mas quando associada à moeda local, nota-se a construção de uma política pública e econômica com efeito catalisador local. Esse modelo serviu de inspiração para regiões vizinhas, como Niterói que adotou a moeda local *araribóia*:

“É por isso que Niterói buscou mudar a sua política com a criação da sua moeda local araribóia, porque ao oferecer o recurso, você garante o direito socialmente para a pessoa, mas que às vezes não movimenta a economia local.” (Secretaria de Desenvolvimento Econômico).

Este resultado converge com um dos movimentos apontados pelos autores Manjarin e Szlinder (2016) na seção 1.3 sobre a capacidade das políticas de redistribuição de renda em fomentar o aumento da demanda efetiva interna e proporcionar estímulo para investimentos e expectativas de lucro, contudo em Maricá, tem se apresentado uma dinâmica catalisadora quando associada à moeda complementar mumbuca.

Em meio aos impactos positivos que a RBC de Maricá proporciona no comércio local e na capacidade de geração de empregos nos três recortes temporais descritos, levantam-se os questionamentos da interação do crescimento econômico com meio ambiente. Isto porque, este movimento de reforço ao paradigma de crescimento econômico converge com a crítica do círculo virtuoso apresentada por Hirvilammi (2020), já que não há certeza sobre até quando a continuidade deste padrão de crescimento e produção, que mobiliza recursos para atividades que prejudicam os ecossistemas, será compatível com os limites planetários.

- Social

A renda básica de Maricá foca em pessoas em situação de vulnerabilidade social, sejam nas faixas de pobreza, extrema pobreza, seja de renda mensal de até três salários mínimos. Este incremento econômico tem gerado maior segurança alimentar como aparece no trecho: “Do lado social, cumpre um papel muito importante de proteção e segurança alimentar e melhoria da saúde (60% de todo o recurso da RBC é consumido no setor de alimentação e de remédio farmacêutico)” (Secretaria de Desenvolvimento Econômico).

Ainda que o programa de Renda Básica da Cidadania de Maricá se inspire e possua uma nomenclatura semelhante à Renda Básica de Cidadania aprovada na Lei nacional 10.835/2004, eles não são totalmente idênticos. A literatura de renda básica traz como características a incondicionalidade, individualidade e universalidade e a lei proposta pelo deputado Eduardo Suplicy pauta-se nesta referência.

Entretanto, o programa da renda básica de Maricá ainda não é universal, possuindo a característica focalizada, quando considera as faixas de renda dos inscritos no Cadúnico. Outro ponto é que os efeitos da renda básica de Maricá são importantes para o alívio da pobreza, mas o significado de renda básica de Van Parijs e Vanderborgh (2018) é bem mais abrangente. Conforme os autores argumentam, ela não atua somente na margem da sociedade com o objetivo de aliviar a miséria e sim visa ser um instrumento de liberdade, “um ingrediente fundamental para uma sociedade transformada e de um mundo pelo qual podemos almejar” (op. cit. p.38).

Outro aspecto de cunho prático é o aumento populacional sentido em Maricá:

“A secretaria de economia solidária ainda não fez essa reflexão de aspectos negativos da RBC, mas o diálogo com outras secretarias traz luz de aspectos que precisam melhorar. Por exemplo, a atração da população miserável de rua oriundo de outros municípios para Maricá, impactou no aumento de quantidade de refeições/dia ofertada no Restaurante Popular.” (Secretaria de Economia Solidária).

O aumento inesperado dessa demanda impacta o orçamento das políticas públicas, porém neste caso: “optou-se por não aumentar o valor das refeições de café da manhã e almoço, para garantir a soberania e segurança alimentar. (Secretaria de Economia Solidária).

- Cultural

Com relação aos aspectos culturais sobre Maricá, foi relatado:

“Positivamente na parte da cultura, demonstra que a RBC faz circular bens e serviços de um modo geral e não só alimentício, mas também do alimento da alma, com a cultura em idas em shows, serviços de embelezamento e do sentimento de qualidade de vida e bem-estar.” (Secretaria de Economia Solidária).

A cidade normalmente oferece iniciativas de shows gratuitos, como do aniversário da cidade ou eventos temáticos durante o ano, como festa junina e de Natal, que em conjunto com o transporte “Tarifa Zero” pode ser considerado em prol da proteção ambiental, porque é uma associação de consumo pouco intensivo em recursos materiais voltado para o setor de serviços, que provoca menos impacto negativo ao meio ambiente.

Isto é argumentado por Howard, Pinto e Schachtschneider (2019), que sinalizam que nem todos os tipos de consumo precisam ser diminuídos para atender a proteção ambiental, pois os impactos ambientais de cada cesta de consumo de lazer das diferentes classes sociais são desiguais. Por exemplo, uma ida ao show por meio de um transporte gratuito ou futuramente por meio de uma frota de ônibus zero carbono (como se pretende em Maricá), atende internamente ao propósito ambiental, diferente do deslocamento em carros individuais de passeio com uso de combustível fóssil.

Além disso, há a oportunidade de ter acesso via RBC a cestas de consumo fora do alimentício, de acordo com as preferências individuais e de liberdade do indivíduo como destacam Van Parijs e Vanderborght (2018), e que pode influenciar na melhora da expectativa

de vida saudável. No Relatório Mundial da Felicidade (*World Happiness Report*) publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU), as variáveis expectativa de vida saudável e liberdade para fazer escolhas aparecem como métricas, além do PIB *per capita* real, assistência social, generosidade e percepções de corrupção para a pontuação do Índice da Felicidade (HELLIWELL ET AL, 2022). Tal indicador é comentado nesse trecho: “Embora no Brasil seja pouco medido internamente, o Índice de Felicidade avaliado em outros países, leva em consideração a expectativa de vida saudável.” (Secretaria de Economia Solidária).

Nesse sentido, a RBC se mostra como um instrumento que tem favorecido não só a dignidade mínima econômica e social, como também promove uma oportunidade, a partir das escolhas dos indivíduos, de melhorarem seu bem-estar. No relatório da ONU, os autores apontam que os problemas de sustentabilidade são uma ameaça ao bem-estar (HELLIWELL ET AL, 2022). Dessa forma, cabe examinar o panorama da relação entre a RBC e o meio ambiente.

- Ambiental

Com a política de RBC em vigor desde 2015, se faz necessário o debate da questão ambiental, porque a RBC aumentou a inclusão por meio do consumo e isso gera aumento da produção vigente e da produção de resíduos sólidos:

“Não só por conta da RBC que a população tem tido acesso melhor ao comércio, mas com a pandemia, houve um aumento dos resíduos domésticos. A secretaria faz a destinação de RSU (resíduo sólido urbano) e observou o forte aumento.” (Secretaria da Cidade Sustentável).

Dado que a política da RBC está vigorando há sete anos na cidade, as questões dos resíduos urbanos começam a vir à tona, coabitando com outros mais antigos no município, como o saneamento, drenagem e impacto sobre o sistema lagunar, que pode ser visto no trecho:

“[...] mas existe uma precariedade na rede de coleta de esgoto no município em função do descaso dos últimos 50 anos da CEDAE no município. O impacto disso acaba se dando na questão do lençol freático, porque a grande maioria das pessoas têm em suas casas fossa, filtro e sumidouro, e como não tem rede estabelecida, gera esse impacto.” (Companhia de Saneamento de Maricá-SANEMAR).

A conexão entre saneamento básico e saúde pública foi o que ao longo do século XIX impulsionou o aperfeiçoamento do tratamento de esgoto (BRAUNGART, M.; MCDONOUGH, 2009). Maricá apresenta-se atrasada nesse serviço, porque precisa ofertar o básico em rede de tratamento de água e esgoto para a população, para posteriormente pensar em melhorias nesse serviço. Desse modo, a população fica vulnerável a doenças ao serem expostas ao risco de contaminação dos lençóis freáticos, os quais que são importantes por armazenarem volumes de água de boa qualidade e para os ecossistemas costeiros.

- Entraves e desafios do RBC e os meios para superá-los

Em meio às exposições feitas sobre o programa da RBC sob diversas óticas, nota-se que ele possui desafios no seu desenho interno e na sua relação externa ainda a serem rompidos para avançar no município.

Na parte interna descrevem:

“O desafio é ter um programa que deve ser universalizado para dar suporte pelo menos a nível da PEA (População Economicamente Ativa), aumentando o número de beneficiários e aptos para receber o benefício, como se fosse um cadastro de reserva para caráter de emergência.” (Secretaria de Economia Solidária).

Já em outro trecho comentam:

“A ideia é que um dia possa ser universal, mas a meta hoje é universalizar dentro do Cadúnico. Isso ocorrendo já é uma expansão da política e com a intenção de um dia de fato universalizar para todos.” (Secretaria de Desenvolvimento Econômico).

Como pode ser visto, o desenho da RBC hoje atende os mais necessitados de acordo com o cadastro no Cadúnico. A proposta de universalização do benefício em Maricá estaria em concordância com os pressupostos de uma renda básica defendida por Van Parijs e Vanderborght (2018) e no caso brasileiro, auxiliaria na renda dos trabalhadores assalariados. Isto porque a Constituição Federal Brasileira de 1988, no artigo 7º em seu Capítulo II: “Dos Direitos Sociais”, definiu que o salário mínimo fixado em lei deveria ser capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim aos trabalhadores rurais e urbanos.

Contudo, o salário mínimo vigente não tem sido capaz de fornecer estes direitos fundamentais, sendo considerado por Josué de Castro como “salário de fome”. Segundo o boletim do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), que calcula o valor necessário do salário mínimo para atender as necessidades descritas acima por lei, o salário mínimo para a manutenção de uma família com quatro pessoas em janeiro de 2022 deveria ser de R\$ 5.997,14, o que representa quase cinco vezes o valor do salário mínimo vigente de R\$ 1.212,00. Dessa forma, no atual contexto econômico social do Brasil, a renda básica de Maricá atende aos mais necessitados dentre um universo de necessitados que poderiam estar incluídos nessa política caso fosse universal.

Na sua relação externa, em termos de ações, levantaram-se três desafios. O primeiro é a desconcentração dos grandes comércios:

“Primeiro a concentração nos grandes comércios. Para superar existe a tentativa da criação do selo do pequeno comércio, ou seja, o beneficiário que consumir mais de 50% do valor do benefício mensal no pequeno comércio (menos de 100 mil/mês de faturamento) ganhará uma bonificação de 50 mumbucas no seu benefício, a cada trimestre. Isso visa o uso consciente e uso local, sem tirar das pessoas o direito de consumir de grandes comércios.” (Secretaria de Desenvolvimento Econômico).

Esta ideia da implementação de selos diferenciados para estimular o comércio local, beneficiando o empreendedor está presente em Hornborg (2017) na associação de moeda complementar e renda básica. Os benefícios ecológicos dessa associação seriam ainda maiores se o comércio local demandasse seus produtos de associações e hortas locais, reduzindo as emissões de dióxido de carbono (CO₂) envolvidas no transporte de mercadorias.

O segundo desafio é o maior incentivo à formalização e arrecadação:

“A segunda é a nota fiscal premiada, que é uma política de sorteio de prêmios em moeda local para os consumidores que exigirem nota fiscal e as cadastrarem no programa. Visa o estímulo e a solicitação de nota fiscal para que os empreendedores que aceitam mumbuca estejam formalizados, ou seja o incentivo e expansão e arrecadação da atividade econômica, mas com maior formalização.” (Secretaria de Desenvolvimento Econômico).

Por fim, cita-se a expansão do uso da moeda:

“A terceira é garantir que a população e as pessoas não vulneráveis expandam o uso da moeda. Para isso, a prefeitura tem pago o auxílio alimentação em 650 mumbuca para cada servidor e o cashback para os usuários que não são beneficiários de benefícios municipais. Está sendo estudado o retorno de 10% na compra no pequeno empreendedor, mas vai variar de acordo de como são construídas essas políticas de cashback. Além disso, está trabalhando na expansão do e-commerce com o edital do aplicativo “e-commerce da mumbuca”, garantindo que todo o empreendedor cadastrado no mumbuca tenha a sua loja virtual e todo beneficiário ou usuário com conta na moeda mumbuca possa ter acesso a esse ambiente de compra e venda online. O desafio aqui reside que as populações mais pobres tenham acesso à internet para participar desse tipo de compra, então seria viabilizar mais áreas de livre acesso à internet.” (Secretaria de Desenvolvimento Econômico).

2. Tentativa de rompimento com padrões atuais de crescimento econômico

Esta categoria tem por objetivo investigar se o programa da RBC possui aspectos de descontinuidade do paradigma de crescimento econômico, isto é, se há incentivo para relações alternativas de produção.

O grande comércio varejista da cidade beneficiou-se da expansão econômica na cidade:

“As grandes corporações avançaram por conta de preços mais atrativos, mas o comércio local cresceu e avançou mais do que era no passado, porque Maricá era um município atrasado economicamente dentro da realidade da Região Metropolitana do Rio. E com a RBC em moeda local, um pouco desse atraso foi sendo desfeito.” (Secretaria de Desenvolvimento Econômico).

Entretanto, há relatos de que o pequeno comércio, artesãos e autônomos foram atividades bastante beneficiadas:

“Lógico que o grande comércio também se beneficiou, mas os efeitos na cidade favorecendo o pequeno comércio (padarias e armazéns), os artesãos e os autônomos foram atividades bastante beneficiadas com a mumbuca. (Secretaria de Cidade Sustentável).

TABELA 5 – Trabalhadores do programa do PAT

Profissão	Quantidade
MEI	5.448
Feminino	2.901
Masculino	2.547
Profissional Autônomo	14.648
Feminino	7.671
Masculino	6.977
Profissional Liberal	1.547
Feminino	835
Masculino	712
Trabalhador Informal	12.380
Feminino	7.204
Masculino	5.176
Total Geral	34.023

Fonte: Instituto Darcy Ribeiro, 2021.

Além disso, as atividades de artesanato e autônomas aceitam a moeda mumbuca como forma de pagamento, e a ampliação desse serviço e movimentação pode ser percebida com:

“O aumento dos números de associação para o MEI e o aumento de pessoas que aceitam a moeda mumbuca,[...], porque no final de 2019 era de 2.500 aceitando a mumbuca e passou para cerca de 12.000 mil pessoas em 2022.” (Secretaria de Desenvolvimento Econômico).

A relação da RBC com a moeda local em Maricá apresenta-se como um incentivo as atividades pós-produtivistas na esfera autônoma, como pode ser visto pelos relatos de que os artesãos transacionam em moeda mumbuca via máquinas POS: “Muitos empreendedores tiveram mais interesse e incentivo em regularizar o MEI diante do impacto da RBC e eles transacionam em mumbuca com as máquinas POS.” (Secretaria de Cidade Sustentável). Contudo, diverge com as expectativas de Birnbaum (2010) como uma relação fora do contrato de trabalho que retiraria um dos sustentáculos do crescimento econômico, que é o pleno emprego. A tabela 6 mostra o aumento de 86% dos empregos formais por família ocupacional que Maricá sofreu entre 2012, período anterior à introdução da RBC e 2020, com RBC vigente. Este recorte de empregos formais por família ocupacional e por sexo aponta o aumento de 100% na ocupação pelos homens e 69% pelas mulheres.

TABELA 6 – Vínculos de emprego formal por família ocupacional e por sexo

vínculos de emprego formal por família ocupacional e por gênero			
Ano			
2012		2020	
Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
7.112	5.485	14.249	9.243

Fonte: Rais, 2022.

Em Maricá, há incentivo para maior formalização das atividades que podem ser constatadas no discurso do secretário de desenvolvimento econômico no Seminário “Maricá: Economia Circular para um Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável”. Está em desenvolvimento o programa de proteção ao trabalhador para atuar na ausência de proteção social e oscilação de renda sentidos pelos trabalhadores informais. Para isso, o trabalhador informal deverá formalizar-se, e a partir disso, o sistema da prefeitura analisará o faturamento e mensalmente irá depositar 10% do faturamento dele, constituindo tipo uma “conta seguro”. Essa conta poderá ser acionada em casos particularidades, tais como queda na renda em mais de 50% e casos de doença ou morte na família.

Nos últimos cinco anos o contexto nacional foi de desregulamentação e flexibilização das leis trabalhistas, com a promessa de que a maior modernização trabalhista iria reduzir custos e gerar empregos. Entretanto, a “Reforma precarizou, retirou direitos e proteção, trouxe insegurança, especialmente para os trabalhadores, e não solucionou as altas taxas de desemprego.” (PICOLOTTO ET AL, 2020, p. 122). Logo, um dos motivos que Maricá apresenta-se como incentivadora na formalização é para garantir aos trabalhadores algum acesso à direitos que vêm sendo desmontados e que no longo prazo se traduzem com os benefícios de aposentadorias.

Nesse mesmo sentido, um segundo motivo é que a formalização tem gerado um impacto positivo nas arrecadações de impostos do município “A própria circulação da moeda já elevou de forma considerável a circulação de ICMS e ISS, tributos locais e geração de novas empresas, pagamento de novos tributos e etc [...]” (Secretaria de Desenvolvimento Econômico).

Para que a renda básica favoreça as atividades fora da esfera formal que viessem a quebrar com o vínculo entre produção e consumo e romper com os padrões atuais de crescimento econômico, a questão do valor do benefício é relevante. Conforme está presente nos argumentos de Goodin (2001) e Manjarin e Szlinder (2016) na seção 1.3, é necessário que o valor atenda às necessidades básicas e compense o custo médio de vida mínimo, para que o indivíduo tenha a sua liberdade de ação e de escolha sobre as atividades em que deseja se envolver.

De imediato, não há perspectivas para o aumento do valor, já que a Lei nº 3153 de 4 de maio de 2022 atualizou o valor do benefício do programa da RBC para duzentas mumbucas mensais (duzentos reais) e, conforme apresentado anteriormente, ainda há debate sobre o interesse na expansão do programa. Portanto, o que se pode concluir até o presente momento é que a RBC em Maricá favorece as atividades autônomas devido às transações em moeda mumbuca, contudo, há incentivos a uma maior formalização pelos formuladores de políticas na cidade. Isso demonstra que essas atividades autônomas do município não têm rompido com o círculo de crescimento econômico e em direção ao pós-produtivismo, o que está de acordo com a ponderação feita por Howard, Pinto e Schachtschneider (2019) na seção 1.4, segundo a qual a adoção de uma renda básica não promoveria automaticamente a redução na esfera formal de mercado de trabalho.

3. A contradição do impacto ecológico pelo financiamento da RBC

A política de redistribuição de renda de Maricá tem sido financiada pelas rendas dos *royalties* do petróleo, produto não renovável, exaurível e de grande potencial poluente. Nesta categoria, discutem-se possíveis propostas para reduzir a dependência desse recurso e de diversificação da economia.

Como comentado na categoria acima, uma maior arrecadação de tributos impulsiona uma nova fonte de renda para o município:

“[...] a nota fiscal premiada, que é uma política de sorteio de prêmios em moeda local para os consumidores que exigirem nota fiscal e as cadastrarem no programa. Visa o estímulo e a solicitação de nota fiscal para que os empreendedores que aceitam mumbuca estejam formalizados, ou seja o incentivo e expansão e arrecadação da atividade econômica, mas com maior formalização. [...] não é de um tamanho de um royalty, mas diminui a dependência.”. (Secretaria de Desenvolvimento Econômico).

Essa busca segue de acordo com as propostas preliminares das diretrizes para o Plano Diretor de Maricá, que em 2020 adotava “Promover a redução da dependência municipal das rendas petrolíferas e, também, a ampliação da sustentabilidade orçamentária e financeira do Município de Maricá no curto, médio e longo prazo;”

O município possui projetos que buscam a diversificação da economia e a criação de alternativas para o pós-petróleo: “O ‘Desenvolve Maricá’, que é uma política de incentivos fiscais que busca atrair indústrias para o novo Parque Industrial que está sendo construído [...]”(Secretaria de Desenvolvimento Econômico). A cidade oferece tributação especial, reduzindo a alíquota de ICMS de 18% para 2% para incentivar o empreendedorismo das seguintes atividades como consta no Art. 2º da Lei Complementar Nº 357, de 30 de dezembro de 2021, que está no anexo deste trabalho.

Nesse mesmo sentido, o Art. 14 também definiu a alíquota de 2% para iniciativas de proteção ambiental se instalarem na cidade, como por exemplo as “criptomoedas sustentáveis” para incentivar os projetos verdes e instalação de novas tecnologias incentivar os projetos verdes. De acordo com as propostas preliminares das diretrizes para o Plano Diretor de Maricá, a cidade busca “Estimular, apoiar e incentivar a estruturação de arranjos produtivos de energias limpas, notadamente para o potencial uso do hidrogênio como combustível”, e como citaram:

“Então, tem sido feito um trabalho para consolidar a estruturação para atrair a indústria, com ênfase nas que utilizam o gás natural, hidrogênio e na área de tecnologia. Foi criada e aprovada em março de 2022, uma Política Municipal de Hidrogênio; o hub de hidrogênio; no uso e fortalecimento da economia do hidrogênio.” (Secretaria de Desenvolvimento Econômico).

Em novembro de 2021 foi assinado um acordo de cooperação com o objetivo de implementar o Parque Industrial de Maricá e o Terminal de Ponta Negra e a consolidação de arranjos produtivos a partir do gás natural, como citam: “*O hub de gás natural, tendo sido firmado convênio com o governo do Estado.*” (Secretaria de Desenvolvimento Econômico).

Maricá tem buscado diversificar sua economia através do desenvolvimento de outras matrizes energéticas, como a indústria do gás natural e do hidrogênio. Contudo a o gás natural não é um combustível de transição, porque o gás contribuiu para aproximadamente 50% das emissões globais de CO₂ nos últimos anos (FYSON ET AL, 2022)

O acordo da Coppe/UFRJ com a Prefeitura de Maricá para a introdução do ônibus de transporte movido a energia limpa; o “vermelhinho sustentável”; e o desenvolvimento industrial de tecnologias sustentáveis na cidade são destacadas:

“O protótipo dos ônibus não só em hidrogênio, como em etanol e elétrico é justamente para que possamos consolidar um arranjo produtivo voltado para essas atividades. Como donos da patente e co-fornecedores, com a implantação da empresa em Maricá, proporciona que se crie o arranjo necessário para o desenvolvimento de um complexo sustentável. [...] O intuito é aproveitar o recurso do *royalty* para que, paralelamente através desse capital nas políticas estruturais e na própria atividade cadeia do petróleo e gás, também sejam consolidados outros arranjos limpos.” (Secretaria de Desenvolvimento Econômico).

As propostas das políticas públicas na questão energética apresentam-se otimistas porque os formuladores de políticas públicas acreditam que o desenvolvimento dos ônibus híbridos pode permitir no futuro o recebimento do *royalty* pela propriedade da patente tecnológica dando lugar ao *royalty* de petróleo, como nesse trecho: “Por exemplo, quando se desenvolve um ônibus sustentável e faz a patente desse ônibus, no futuro pode-se trocar o *royalty* de um pelo do outro.” (Secretaria de Desenvolvimento Econômico).

Existem três acordos com o Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá (ICTIM) para criar alternativas em Maricá para o pós-petróleo:

“Para isso, erradicar o analfabetismo através do programa ‘Sim, Eu posso’, baseado na proposta de Cuba, que promete em três meses acabar com o analfabetismo funcional e encaminhar para o letramento. Após três meses, caso o indivíduo tenha interesse, pode ser inserido em incubadoras ou no curso de qualificação. O ICTIM em parceria com a secretaria de trabalho, com o ‘Qualifica Maricá’ tem por intuito um ensino profissionalizante ligado à agricultura com o desenvolvimento do programa ‘Hortas em casa’ ou com atividades que possa pôr em prática o aprendizado dos indivíduos nas aulas de agroecologia dadas no curso de alfabetização e curso de capacitação. Ou seja, o ‘Sim, Eu posso’ é uma forma de adequar a agricultura com a comercialização. O terceiro é “Mumbuca Futuro II” na formação do empreendedor solidário através do contato com ICTIM e as incubadoras.” (Secretaria de Economia Solidária).

O “Mumbuca Futuro” que desenvolve temáticas em relação aos empreendimentos solidários, recebeu em 2022 uma complementariedade:

“Agora em 2022 em conjunto com o ICTIM, a criação da incubadora será um plus no programa, ficando não somente na criação, como também passando pela incubadora, que traz a contrapartida para a comunidade. Além disso, em 2023 abre a possibilidade do jovem ter a opção de seguir a qualificação através do ‘Qualifica Maricá’ ou cursar o Ensino Médio Técnico com bolsa de Iniciação Científica no Instituto Federal ou cursar a faculdade no Instituto Federal e na Universidade conveniada com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).” (Secretaria de Economia Solidária).

Os investimentos que surgem no município buscam uma mão de obra qualificada local:

“Para isso incentiva-se a qualificação local, já que o próprio Porto tem acordos assinados para que se incentive a mão de obra, com instrução e capacitação. E a cidade incentiva, com o programa do Passaporte Universitário e a criação do Parque Tecnológico.” (Secretaria de Desenvolvimento Econômico).

Diferentemente do Alasca, que compreende a princípio na tributação como forma de desencorajar o uso do petróleo, Maricá apresenta-se como utilizador das potencialidades do produto para se estruturar e desenvolver as demais:

“Por conta disso o programa se chama ‘Maricá Sustentável’, para aproveitar os recursos dos *royalties* de uma energia suja para consolidar uma política de energia limpa para o presente e futuro. [...] A princípio desenvolver atividades paralelas que parecem ser divergentes, no final podem ser convergentes, como por exemplo, o desenvolvimento da energia eólica a partir das plataformas de petróleo ou a presença de um Porto para favorecer a logística da construção de um ônibus sustentável.” (Secretaria de Desenvolvimento Econômico).

Nessa mesma direção sobre o financiamento das políticas municipais para além do ciclo econômico do petróleo, uma alternativa que entra em discussão é se o fundo soberano de Maricá (FSM) é suficiente para lidar com essas questões:

“A diversificação da economia vai permitir a manutenção dessas políticas, porque irá elevar outras fontes de receitas. [...] Não acredito que só o FSM hoje, com essas condições, vai garantir todas as políticas. Mas é o caminho natural para que outras receitas possam ser envolvidas por ela e garantidas no fundo soberano. Logo, a ideia é o FSM não ser somente de fontes ligadas aos *royalties*, mas ser uma grande reserva de políticas públicas e investimentos econômicos que pode possibilitar a cidade vir a fazer.” (Secretaria de Desenvolvimento Econômico).

Hoje, existem questões em aberto sobre a aplicabilidade do FSM por não haver uma diretriz detalhada:

“O orçamento do FSM já chegou a 1 bilhão e a ideia é avançar e expandir. Hoje o FSM já financia a política de crédito local e, também, pode servir de fundo garantidor de investimentos, que podem vir a ser feitos, como uma PPP (Parceria Público-Privada), por exemplo. Se houver necessidade de uma política de saneamento, que seja feita por PPP, sendo o fundo garantidor desse investimento podendo ser o recurso do FSM. Então estrategicamente, é consolidado um fundo que se mantém não só pelos *royalties*, mas para aquilo que vá garantir e produzir a partir daí.” (Secretaria de Desenvolvimento Econômico).

No site do FSM há uma declaração do Secretário Geral do Governo que menciona que “[...] os *royalties* do petróleo, que devem ser muito bem administrados pensando nas estratégias para um futuro cada vez mais sustentável e eficiente. O Fundo Soberano é esse instrumento.” Entretanto, a lei de criação e revogação do FSM descreve em seus objetivos garantir a solvência do município e até o momento não há informações e definições de investimentos em áreas sustentáveis.

4. A RBC favorece padrões de vida mais sustentáveis?

Esta categoria visa compreender em que medida o programa da Renda Básica de Cidadania (RBC) favorece simultaneamente a sustentabilidade ambiental e a justiça social. Assim, buscou-se entender se a RBC tem potencial para fomentar ou atenuar impactos ecológicos, se a população de Maricá possui maior conscientização ambiental e os desafios culturais e administrativos para que o município possa adquirir um estilo de vida mais sustentável.

O aumento da renda via RBC gerou aumento de consumo que se materializa no trecho: “Sim, foi percebido um aumento nos níveis de consumo no município de Maricá através da coleta de resíduos e aumento populacional, que em parte se deu por conta da RBC e associado a melhora na qualidade de vida de Maricá. [...]” (Secretaria da Cidade Sustentável).

A capacidade de manutenção do consumo que as políticas de transferência possuem nas economias locais foi apontada por Haushofer e Shapiro (2014) no estudo de caso do Quênia e corroboram os impactos experimentados em Maricá, já que o aumento da renda ocasiona, via de regra, um consumo mais intensivo em recursos ambientais. Nesse mesmo sentido, os autores

apontam as lacunas em aberto sobre possíveis efeitos ainda desconhecidos de longo prazo dessas políticas, em especial em países em desenvolvimento.

Para atenuar esses impactos, foi descrito:

“Está em elaboração o Plano de Educação Ambiental de Maricá e Plano de Gestão de Resíduos, que visa ampliar o núcleo de educação ambiental, inclusive no plano de gerenciamento de resíduos para poder orientar a população sobre a destinação dos resíduos, como por exemplo de poda e construção[...] Logo existe um projeto com a RBC, para fomentar a coleta seletiva em conjunto com associações e catadores para reverter em moeda mumbuca. Desse modo, não se deixa de fomentar o comércio local através da RBC, mas também orientando as políticas ambientais. Logo, a RBC atenderia a uma sustentabilidade e justiça social ao mesmo tempo.” (Secretaria de Cidade Sustentável)

Há projetos no âmbito de economia circular:

“Além disso, existe um programa com os pequenos coletores na qual, a secretaria disponibiliza duas sedes para pontos de coletas de óleo de restaurantes e de consumidores. Os pequenos coletores produzem sabão e sabonetes (produtos de limpeza) a partir desse óleo, e também são empreendedores, pois aceitam a compra desses produtos em mumbuca, o que auxilia a renda da família como a RBC e tem relação positiva com o meio ambiente.” (Secretaria da Cidade Sustentável).

Os projetos de coleta seletiva e de logística reversa são citados nos trechos:

“Além disso, implementar essa política de educação ambiental, com envolvimento da política pública com os cidadãos, para uma maior consciência da destinação dos resíduos, ou seja, para mudar a mentalidade em relação ao descarte dos resíduos de obras e móveis. A implementação do sistema de logística reversa junto com o comerciante já será uma linha de ação em um desses desafios. Por exemplo, ao comprar uma lâmpada, no final do uso, o consumidor poderá devolver ao comerciante a lâmpada usada para que ele possa entregar ao fornecedor.” (Secretaria da Cidade Sustentável).

Embora o maior consumo derivado do aumento de renda seja por conta da transferência da RBC, ou pela geração de empregos, tenha resultado no aumento de resíduos sólidos no município, é possível ver que as estratégias citadas acima apontam as iniciativas inovadoras da

cidade para driblar as consequências do crescimento. Essas práticas estão inseridas em temáticas que se alinham com a ecoefetividade presente na literatura de economia circular.

Segundo Braungart e McDonough (2014), a ecoefetividade seria o resultado da gestão de reaproveitamento de matérias que resulta num novo ciclo metabólico industrial, chamado “*cradle to cradle*” (do berço ao berço), conforme acontece com os organismos vivos. O intuito é realimentação dos fluxos de materiais na produção, sem a necessidade de diminuir as indústrias, e sim projetá-las para se tornarem maiores e melhores, de tal forma que possa suprir o mundo (COSTA, 2009).

A população foi caracterizada da seguinte forma: “Embora Maricá esteja em plena expansão, o morador ainda possui característica e hábitos rurais, ele preza pela sua horta, por exemplo.” (Secretaria da Cidade Sustentável), bem como o município:

“Maricá assim como Saquarema, que é conhecida como berço do surf brasileiro, são cidades que possuem a tradição da praia e já têm essa preocupação com o meio ambiente. Em Maricá os grupos de preservação das bacias e de meio ambiente são muitos atuantes.” (Secretaria de Economia Solidária).

Nos relatos sobre a interação dos moradores com os projetos desenvolvidos em Maricá, percebe-se que: “Há forte adesão da população quando há campanhas em áreas ambientais, ou seja, os moradores em si são apaixonados pelas suas paisagens naturais.” (Secretaria da Cidade Sustentável).

As descrições de consciência ambiental por parte população pelos entrevistados se deram como “horta”, “praia”, “paisagens naturais” e isto corrobora o argumento de Kirchhoff (2019) segundo o qual as pessoas habitualmente estimam os benefícios da natureza por suas qualidades estético-simbólicas, de significados individuais e coletivos, coloquialmente como, “paisagem”, “floresta”, “belo”, “sagrado” e não a identificam como um ecossistema funcional, composto de ciclo de nutrientes e cadeia alimentar como usualmente é considerada em serviços ecossistêmicos.

Os desafios de Maricá podem ser vistos em:

“O desafio é manter e preparar para o pós-petróleo em uma cidade que ainda precisa modernizar sistema de abastecimento de água e esgoto.[...] Além disso, as atividades de coleta, reciclagem e reutilização de lixo é um entrave e por isso o programa que

será desenvolvido com a secretaria de Cidade Sustentável e o uso da moeda mumbuca é um incentivo para população adquirir essa conscientização.” (Secretaria de Economia Solidária).

5. Políticas Públicas de Maricá e a transição ecológica

Esta categoria busca investigar se há uma percepção de sustentabilidade ecológica por trás das políticas públicas desenvolvidas no município de Maricá.

Sobre as políticas de transporte são comentados:

“A secretaria iniciou o debate sobre a adoção das “vermelhinhas” com o incentivo no uso para que diminua a poluição com menos tráfego de carros, assim como acontece com o Tarifa Zero. A cidade teve grande adesão ao aos ônibus e às “vermelhinhas”. Aproveitamos o ensejo das “vermelhinhas” e criamos nas áreas de conservação, o programa Ecobike, que também são bicicletas gratuitas, mas em áreas menos urbanas e mais de montanhas, em integração com a EPT. Maricá tem 62% de APA (Área de Proteção Ambiental) e são áreas extensas, então a intenção com a Ecobike é que as pessoas não utilizem carro e possam frequentar de bicicleta esses locais.” (Secretaria da Cidade Sustentável).

Calder (2010) aponta como possível efeito oriundo de uma renda básica a adoção de automóveis como forma de locomoção e em Maricá não se presencia esse movimento dos beneficiários nesta direção. Isso pode ser explicado tanto pelo atual valor insuficiente da RBC para supor essa aquisição, como também pelas políticas do Tarifa Zero e das Vermelhinhas. A integração desses modais gratuitos que incentivam o uso do coletivo em detrimento dos individuais contribuem positivamente para meio ambiente com a redução das emissões de poluentes. Posteriormente, como a circulação dos ônibus zero carbono, espera-se que a contribuição seja ainda mais relevante ambientalmente.

Figura 3- Ônibus Tarifa Zero de Maricá



Fonte: Foto por Camila Monteiro Alves, 2022.

O uso das bicicletas no município favorece a saúde pública em oposição ao movimento percebido pela OMS, no qual à medida em que economicamente os países se desenvolvem, os níveis de inatividade aumentam. Segundo o relatório da OMS (2018)⁵⁸, “Em alguns países podem atingir os 70% devido às mudanças nos meios de transporte utilizados, aumento no uso de tecnologias, valores culturais e urbanização.” Desse modo, a promoção do uso de bicicletas converge com o plano de ação global para atividade física 2018-2030 da OMS em promover a saúde física e mental e na melhoria do bem-estar e qualidade de vida.

⁵⁸ Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/272721/WHO-NMH-PND-18.5-por.pdf>
Acesso em 17/07/2022.

Figura 4- As bicicletas “vemelinhas”



Fonte: Foto por Camila Monteiro Alves, 2022.

Figura 5- Ciclovias interligando outros distritos



Fonte: Foto por Camila Monteiro Alves, 2022.

O programa “Lagoa Viva” lançado em agosto de 2021 em parceria com a Universidade Federal Fluminense traz uma visão pioneira sobre o uso de bioinsumos na revitalização progressiva do ecossistema lagunar, como comentado:

“As secretarias de Cidade Sustentável e Companhia de Desenvolvimento de Maricá (CODEMAR) estão trabalhando para criar alternativas para a despoluição, como a pesquisa de um laboratório com a utilização de microrganismos vivos para combater microrganismos que vem junto com o resíduo sólido. Os resultados iniciais do laboratório de pesquisas ambientais da UFF mostram o crescimento de peixes em locais que antes não haviam por conta da poluição na lagoa.” (Secretaria de Economia Solidária).

O projeto Maricá mais verde existe há seis anos e já distribuiu mais 25 mil mudas⁵⁹:

“O projeto Maricá Mais Verde de expansão de mudas nativas da Mata Atlântica toda semana está em um bairro doando essas mudas, e a adesão é enorme. Geralmente são levadas para a doação cerca de 150 a 200 mudas para os bairros. Percebe-se a preocupação com o plantio visando o longo prazo por parte dos moradores.” (Secretaria de Cidade Sustentável).

A praça agroecológica no centro da cidade de Maricá possui trinta e quatro canteiros e oitenta produtos e é um dos exemplos que ocorrem na cidade com a agricultura familiar:

“Na secretaria pode-se afirmar que, as ‘Feiras de Economia Solidária’ e a Horta Comunitária no bairro Manu-Manuela, em cooperação com ICTIM, vinculando com a formação, capacitação e qualificação com o programa ‘Sim, eu posso’, ‘Hortas Comunitárias’ e ‘Mumbuca Futuro II’ são exemplos de bases para uma transição.” (Secretaria de Economia Solidária).

Segundo Bastos, Matheus, Tabai (2020) as ações de estímulo a agricultura familiar em localidade urbana, periurbana e rural contribuem para o desenvolvimento local, na integração entre campo-cidade e favorecem a sociabilidade da comunidade.

⁵⁹ Disponível em <https://www.marica.rj.gov.br/2020/06/02/marica-verde-na-sua-casa-distribui-mudas-no-dia-mundial-do-meio-ambiente/> Acesso em 17/07/2022.

Figura 6- Praça Agroecológica no Centro de Maricá



Fonte: Foto por Camila Monteiro Alves, 2022.

Outro programa em vigor foi descrito:

“[...] é o Restaurante Municipal em Inoã, que faz uma ligação entre economia, soberania alimentar e a pegada ecológica. [...] A parte da pegada ecológica com o Restaurante se dá através do convênio com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) que faz o estudo do manejo e da reutilização dos resíduos sólidos. Desse modo, fecha um ciclo virtuoso, pois resíduos sólidos ou restos de alimentos, como cascas de alimentos, são utilizadas nas hortas.” (Secretaria de Economia Solidária).

As iniciativas para estabelecimento de sistemas agroecológicos de produção são comentadas:

“Está em negociação que a produção das hortas e dos pescadores possam ir para o Restaurante, como já ocorre hoje na destinação para a merenda escolar. Pensando mais para frente, o ICTIM está com três projetos relacionados à produção: primeiro a criação de um restaurante vegano e um acordo com a produção de carne de jaca e de tomate, através de, um convênio com Israel, para conhecer o sistema de estufa e fazendas comunitárias, os “kibutz”. Em segundo, a montagem de uma cooperativa com os pescadores para fazer a comercialização do mercado produtor e que atenda ao

restaurante municipal. Em terceiro, a área de Cordeirinho está sendo incorporada para a realização de benfeitorias, como aproveitamento de água de chuvas e reuso.” (Secretaria de Economia Solidária).

Bastos, Matheus, Tabai (2020) acreditam que o estabelecimento de uma estratégia de fomento à segurança alimentar e nutricional, bem como de sistemas agroecológicos de produção, são mecanismos eficientes capazes de suprir parte das necessidades alimentares e socioculturais do município.

Tais projetos descritos em Maricá convergem para os conceitos de segurança alimentar e nutricional que levam em consideração não só a questão de direito humano ao acesso a uma soberania alimentar e segura, como também, a importância de sistemas alimentares sustentáveis e que promovam a diversidade de culturas, conforme o Art 3º da Lei nº 11.346:

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

(BRASIL, 2006)

Na parte da urbanização da cidade, comentou-se:

“Maricá tem uma preocupação ambiental e é um diferencial com as políticas públicas ambientais. [...] Por exemplo, foi feita a urbanização das orlas e foram todas com critério para o piso adequado (sextavado) e que isso não tivesse consequências para as lagoas.” (Secretaria da Cidade Sustentável).

Conforme comentado na subseção 2.3.3 do capítulo 2, o crescimento do gasto com as rendas dos *royalties* migrou da função social para a função urbana em 2017 e 2018. Obras de melhorias e revitalização podem ser observadas pela cidade tais como, pavimentação da orla de Itaipuaçu e da orla de Araçatiba.

Figura 7- Pavimentação na orla de Itaipuaçu



Fonte: Foto por Paulo Tavares, 2022.

Figura 8- Revitalização da orla de Araçatiba



Fonte: Foto por Paulo Tavares, 2022.

Os formuladores de políticas públicas argumentam:

“A cidade possui essa preocupação de evoluir, mas preservando, então acredito que são políticas para uma transição ecológica. O incentivo às Unidades de Conservação, que são seis ao longo dos quatro distritos de Maricá, possuem um índice muito bom de ICMS verde em termos de Unidades. Isto porque Maricá tem avançado nessa parte

de indústria com tecnologia e essas Unidades regulam quais tipos de construções podem ser realizadas nessas áreas naturais.” (Secretaria da Cidade Sustentável).

O ICMS Ecológico foi criado a partir da Lei Estadual nº 5.100 (04/10/2007) sobre os valores totais repassados aos municípios, que correspondem à 2,5% do valor da cota destinada aos municípios. O objetivo é ressarcir pela restrição ao uso do seu território e recompensar os municípios pelos investimentos ambientais feitos. O Índice Final de Conservação Ambiental (IFCA) é constituído pela ponderação do Índice relativo de Mananciais de Abastecimento (IrMA), Índice relativo de Tratamento de Esgoto (IrTE), Índice relativo de Destinação Final de Resíduos Sólidos Urbanos (IrDR), Índice relativo de Remediação de Vazadouros (IrRV), Índice relativo de Áreas Protegidas (IrAP), Índice relativo de Áreas Protegidas Municipais (IrAPM).

$$IFCA (\%) = (10 \times IrMA) + (20 \times IrTE) + (20 \times IrDL) + (5 \times IrRV) + (36 \times IrAP) + (9 \times IrAPM)$$

Na tabela 7, seguem os dados de IFCA de Maricá em 2021. Entre noventa e dois municípios, Maricá encontra-se na vigésima oitava apresentando o IFCA de 1,4148391. De fato, o IrAPM é o melhor índice que Maricá possui na decomposição do IFCA e converge com a informação sobre as Unidades de Conservação do município, entretanto mais uma vez é possível ver o aspecto deficitário de saneamento básico representados pelo IrMA, que se refere a drenagem do município e IrTE, a tratamento de esgoto.

TABELA 7 – IFCA de Maricá em 2021

Município	IrMA	IrTE	IrDR	IrRV	IrAP	IrAPM	IFCA
Maricá	0,0000000	0,0023490	0,0080435	0,0000000	0,0156359	0,0715663	1,4148391

Fonte: CEPERJ, 2022.

Em relação à responsabilidade de fiscalização ambiental o trecho destaca:

“Almeja-se o desenvolvimento econômico, mas a cidade busca preservar as suas áreas naturais. As leis municipais ambientais são fortes e todos os projetos públicos e privados são analisados pelo licenciamento ambiental municipal. As obras da SOMAR (Serviço de Obras de Maricá) passam pelo licenciamento da secretaria de Cidade Sustentável para minimizar os impactos e esse é um diferencial do município.” (Secretaria da Cidade Sustentável).

Existe o interesse em fiscalizar e atuar em áreas de riscos nos locais como Inoã, Itaipuaçu e Cordeirinho:

“Está sendo feito um plano de gerenciamento de riscos das encostas com a Secretaria de Proteção e Defesa Civil, SOMAR, Cidade Sustentável e SANEMAR que é calculado pelos impactos locais. Nas áreas de moradia de riscos, a secretaria solicita para não haver construção em encostas, porém ocorrem as invasões. Nós tentamos conter com fiscalização, e no caso das chuvas do início do ano, nós temos mapeados que as beiras dos rios estavam tomadas e então trabalhamos junto com a secretaria de Habitação para que sejam retiradas essas famílias, mas é complexo. Depois dessa etapa, entra a secretaria de Cidade Sustentável realizando a reconstrução da mata ciliar.” (Secretaria da Cidade Sustentável).

As habitações em áreas de riscos comprometem a vida das pessoas que se expõem em locais impróprios para moradia, assim como impactam a vegetação nativa local. As tomadas de ações dos planos emergenciais da cidade para lidar as consequências oriundas das chuvas seguem no trecho:

“Um grande teste foi no período de abril com as chuvas, na qual a prefeitura através da secretaria de Habitação ampliou o programa que já existia, o ‘Aluguel Social’ e em conjunto com a secretaria de Economia Solidária, aumentou-se em caráter de emergência o valor da RBC para 200 mumbucas. E o Programa ‘Recomeço’, em parceria com a secretaria de Habitação e Assistência Social, para oferecer o suporte para recomeçar a vida daquelas pessoas que perderam bens ou imóveis devido às chuvas. Para isso, o trabalho com a Secretaria de Proteção e Defesa Civil para cadastrar as famílias foi fundamental, porque foi um desafio ter um programa de emergência com grande impacto e a disposição naquele momento.” (Secretaria de Economia Solidária).

Com a mudança no ofertante do serviço de saneamento básico, há expectativas que o serviço, que é deficiente no município, seja realizado para atender à população maricaense: “A previsão é de que aproximadamente em seis e sete anos seja levado coleta e tratamento de esgoto para 90% da cidade.” (Companhia de Saneamento de Maricá-SANEMAR).

Sob a perspectiva *bottom-up* transacionista, as iniciativas apontadas de transição praticadas em cidades em transição, são: plantações de orgânicos, eletrificação via energia solar e eólica por meio de empresas locais ou cooperativas, bancos de sementes com hortas e jardins urbanos comunitárias, uso de moedas locais, caronas coletivas, cooperativas de bicicletas,

instrução sobre uso eficiente de energia em ambientes domésticos e profissionais via cursos e mostras culturais sobre práticas sustentáveis (HOPKINS E LIPMAN, 2009)

Ainda que não sejam explícitos em alguns programas os objetivos relacionados à sustentabilidade nas políticas públicas de Maricá apresentadas nesta categoria e nas anteriores, identificam-se aspectos ecológicos derivados dessas políticas em curso que nos fazem crer que Maricá possa estar criando bases para uma transição ecológica. Segundo Nunes (2020), estudos de transição ecológica não se aplicam somente sobre o diagnóstico de mudanças que estão ocorrendo, mas também sobre as mudanças desejadas, nas quais entes sociais possam interferir a favor dos grupos sociais em um processo de transição planejado.

6. Indústria do Turismo e Sustentabilidade

Esta categoria apresenta como a oportunidade da atividade do turismo sustentável no município está sendo tratada. Neste caso, discute-se a instalação do *resort* Maraey, em Maricá na Área de Proteção Ambiental (APA) e a discussão sobre turismo ecológico.

O *resort* oferece um impacto econômico significativo, como no trecho:

“A vinda do *resort* para Maricá traz a promoção de empregos e geração de renda. Está na agenda do ICTIM a promoção de cursos de qualificação de hotelaria, garçons para atender a oferta de empregos que o *resort* promoverá com a sua instalação no município.” (Secretaria de Economia Solidária).

O dilema consiste na construção do empreendimento, que visa consciência ambiental e sustentabilidade, acontecer na área da restinga:

“Entretanto o projeto está aguardando liberação do Tribunal Superior da Justiça por conta da construção se dá na área da restinga, uma área APA (Área de Proteção Ambiental) e que abriga a comunidade de pescadores há aproximadamente cento e cinquenta/duzentos anos.” (Secretaria de Economia Solidária).

Além de exercer uma atividade que gera fonte de renda própria que sustenta centenas de famílias, com baixa ocorrência predatória, a comunidade de pescadores abastece o município com o pescado e também é um patrimônio imaterial com forte ligação ancestral entre os povos que ali habitam. Segundo Kerstenetzky e Punzo (2010) existem custos que são difíceis de serem contabilizados para as empresas, mas que são sentidos pelas comunidades locais, tais como:

desapropriação de recursos locais e de lazer, pouco impacto sobre a estrutura produtiva local, pressão no uso de recursos produtivos de curto prazo e produtos turísticos que produzem turistas indiferentes ao local que visitam.

O anseio da cidade reside no cumprimento dos acordos pelo *resort*:

“Acredito que é possível consolidar arranjos e políticas ambientais aliados à um turismo sustentável. E há um modelo sustentável de exploração daquele espaço, porque o *resort* utiliza somente 10% de toda o terreno; de toda a restinga; e ele se responsabiliza pela preservação dos outros 90%.” além da construção de uma política de fiscalização: “Teremos que avançar na nossa política de fiscalização para garantir que essas atividades aconteçam de maneira responsável. [...] É um empreendimento que vai requerer fiscalização dos 3 entes da esfera e vai atestar a nossa capacidade na política de fiscalização e de construir protocolos ambientais eficazes.” (Secretaria de Desenvolvimento Econômico).

Conforme salienta Kerstenetzky e Punzo (2010) o desenvolvimento é importante para criar riquezas onde quase não existem e as políticas públicas são centrais para equilibrar a balança entre exploração sustentável e predatória. Os autores argumentam que as experiências de turismo sustentável demonstram que a atuação das políticas públicas, desde a prestação de serviços, transferência de renda às famílias pobres, provisão de infraestrutura urbana e serviços básicos e coordenação de vários tipos de mercados, são fundamentais para garantir um nível prévio de desenvolvimento e factibilidade de uma política de renda básica.

Argumentam que uma política de renda básica financiada pelo turismo seria uma forma de indenização justa, quando ocorrem áreas de expropriação para o negócio, como também uma sustentabilidade social de longo prazo, já que a lógica tem sido do aproveitamento dos retornos de curto prazo via exploração dos recursos locais. No caso de Maricá, já existe um programa de renda básica vigente financiada pelas rendas dos *royalties*, porém sendo um recurso com prazo indefinido e finito de exploração, o financiamento pelo turismo se apresenta como uma alternativa para a manutenção do direito e uma solução para criação de bases para o desenvolvimento dos locais menos acessíveis.

Entretanto, a utilização deste cenário alternativo de financiamento de uma RBC pelo turismo também está acompanhada por paradoxos socioambientais. A rede de hoteleira demanda muitos recursos, como água e energia na construção e manutenção da infraestrutura e

provoca geração de resíduos, segundo o relatório da Educatur Treinamento e Consultoria (2010). Dessa forma, a receita proveniente do *resort* sem o cumprimento dos padrões sustentáveis promoveria uma justiça social para um programa de renda básica, mas novamente com ausência de justiça ambiental oriunda das consequências dos seus impactos, como ocorre no financiamento pelos *royalties*.

Outro ponto diz respeito ao deslocamento dos turistas, como foi salientado na fala:

“O *resort* atrairá um turismo de classe A, que hoje não existe no município, e sim o de classe C e D.[...] Além disso, ainda que o *resort* possa ser 100% sustentável, de bambu e travesseiros de pena, se o público vier de avião de outro continente, possui o dano ambiental.” (Secretaria de Economia Solidária).

Este comentário converge com o debate da literatura de turismo sustentável, no qual a perspectiva verde-escura (*dark green*) leva em consideração não só o impacto geográfico local e a sobrevivência dos produtos turísticos de curto prazo, conforme ocorre na concepção “verde clara” (*light green*), como também utiliza técnicas de pegada ecológica que estimam potenciais e impactos ambientais oriundos da ótica exterior ao ambiente geográfico imediato (HUNTER, 2002). Desse modo, entende que a atividade do turismo se inicia desde o momento em que o turista decide viajar, quando dá início ao consumo de produtos e geração de resíduos, ao deslocamento até o embarque, que pode se dar por um veículo emissor de gases de efeito estufa e após o embarque no transporte, que, em sendo aéreo, apresenta impacto negativo representativo sobre o meio ambiente (FEITOSA e GÓMEZ, 2013).

A expectativa é que seja realizado em Maricá uma fiscalização que proporcione um turismo ecológico semelhante a Fernando de Noronha:

“[...] Após o projeto instalado, vai servir para termos um know-how de fiscalizar se as áreas estão sendo realmente preservadas, se são realmente as áreas destinadas ao uso, então a secretaria vai crescer nesse quesito de fiscalização. Um exemplo no Brasil é Fernando de Noronha, que é explorado através do turismo e possui fiscalização rigorosa, e é o que queremos em Maricá.” (Cidade Sustentável).

O estudo realizado por Feitosa e Gómez (2013) através do instrumental de pegada ecológica, aponta que Fernando de Noronha em 2011 apresentou 26,87 hectares/*per capita* no resultado de pegada ecológica do turista, e que desse valor, 97,7% eram decorrentes das

emissões de CO₂, tanto pela queima de combustíveis fósseis pelo transporte aéreo, quanto na geração de energia elétrica em benefício turístico.

Como intuito de buscar a diversificação da economia além das rendas dos *royalties*, o turismo ecológico apresenta-se como uma possibilidade de receitas para o município. Entretanto, é necessário que seja pensado que tipo de desenvolvimento desta atividade será produzida, pois com o apontamento de impactos no curto prazo, se o movimento ocorrer dessa maneira, as consequências de longo prazo podem ser irrecuperáveis.

Dada a dependência das sociedades ainda hoje aos combustíveis fósseis e na realização de transporte por longas distâncias via transporte aéreo, cabe as atividades turísticas mitigarem pelo menos seus impactos ecológicos locais. E isso poderia ser feito através de mudanças na matriz energética de suas infraestruturas, reaproveitamento de águas na construção e operação e oferecimento de serviços de deslocamento sustentáveis.

3.3- Considerações Finais

O objetivo do estudo era compreender em que medida políticas de transferência de renda, e mais especificamente, o programa da Renda Básica de Cidadania (RBC) de Maricá, tem potencial para fomentar ou atenuar impactos ecológicos. Além disso, investigar se há uma percepção de sustentabilidade ecológica por trás das políticas públicas desenvolvidas no município de Maricá.

O efeito multiplicador na economia de políticas de redistribuição de renda já vem sendo discutido na literatura sobre políticas de transferência de renda e, também, é um dos argumentos dos que advogam sobre a adoção de uma renda básica como foi exposto na seção 1.1. Nesta investigação, verifica-se que a RBC em mumbuca possui efeito catalisador e dinâmico na economia local, como geração de emprego e renda no território e que se mantiveram mesmo em cenários adversos, como na crise sanitária da Covid-19.

Evidenciou-se como a renda básica é necessária no alívio da pobreza, sendo também uma alternativa em contexto de crise no oferecimento de um mínimo para a sobrevivência dos indivíduos, além da importante associação com uma moeda complementar local, que mantém a economia interna aquecida sem fuga imediata de rendas para os grandes centros. Ademais,

promove bem-estar quando oferece a oportunidade de acesso a bens e serviços além do alimentício, de acordo com as suas escolhas individuais conforme argumentado na seção 1.1.

O maior acesso ao comércio e ao consumo por parte da população por conta da RBC e da melhora econômica no município gerou efeitos de curto prazo que podem ser relatados, como aumento da produção de resíduos sólidos urbanos. De acordo com o que foi exposto pelos argumentos da seção 1.4, há uma preocupação de que uma renda extra implicasse em maior produção e consumo, ainda mais mantendo-se os mesmos padrões de consumo que muitas das vezes são absorvidas pelos indivíduos por mimetização, na necessidade inconsciente de pertencimento ao sistema.

Sendo o valor da RBC em 200 mumbucas e para 25% da população de Maricá, os resultados encontrados de curto prazo sobre os impactos ecológicos deste programa de transferência de renda não deve reduzi-lo a um vilão para um colapso ecológico, dado que historicamente o consumo de classes abastadas, como por exemplo no transporte em longas distâncias por aviões, possuem uma pegada ecológica bem mais preocupante decorrente da queima de combustíveis fósseis e lançamentos de gases de efeitos estufa em grandes altitudes que não sofreram alterações de comportamento. O estudo de Grottera et. al (2020) apresenta que as emissões de CO₂ do consumo das famílias brasileiras são em níveis quase insignificantes para as famílias de menor renda, ao passo que, o dos mais abastados é próxima à média dos países desenvolvidos.

No entanto, este efeito somado a antigos problemas que já existem no município, como a carência no serviço de saneamento básico, que afeta pelo lado ecológico os lençóis freáticos e pelo social na saúde pública na propensão a maiores enfermidades, demonstra como o oferecimento de fatores de provisionamento discutidos na seção 1.5 são importantes para o bem-estar humano e são os esforços da ONU por um desenvolvimento sustentável na esfera econômica, social e ambiental.

Dessa forma, já que Maricá precisa recuperar seu passivo histórico no oferecimento desse serviço à população, ao invés de inserir somente o tradicional serviço de linhas de tratamento de água e esgoto, poderia se espelhar no sistema de tratamento de esgoto que recupera águas residuais em nutrientes citado por Braungart e McDonough (2009). É um sistema projetado para recuperar nutrientes ao longo do seu processo, através de tubos de argila

e com a técnica de evapotranspiração com diversas plantas e micróbios para obter o subproduto água potável e limpa.

Nas descrições feitas por Pinto (2019) sobre a inserção de uma renda básica no alcance de impactos positivos para o meio ambiente, a RBC de Maricá apresentou em seus resultados maior alinhamento com características para *ambiental* do que a *ecológica*. Não foi percebido a transição de uma sociedade do emprego formal para a do trabalho, que são atividades ecologicamente viáveis, segundo os defensores pós-produtivistas apresentados na seção 1.3. Este resultado está de acordo com a ponderação feita por alguns autores na seção 1.4 sobre a necessidade de ação coletiva política e cultural para atividades pós-produtivistas, já que a renda básica por si só não promoveria a redução na esfera formal e aumento na esfera autônoma.

Pelo contrário, há o incentivo à formalização dos trabalhadores via MEI que reforça o pleno emprego, um dos componentes do ciclo de crescimento econômico. Sendo este modelo de crescimento econômico demandante cada vez mais de recursos naturais que geram problemas de lixo e poluição e tantos outros danosos para o meio ambiente no longo prazo, conforme apresentado na seção 1.3, há necessidade de os formuladores de políticas buscarem alternativas e isso que se buscou investigar nas políticas públicas de Maricá.

Foi identificadas características de sustentabilidade nos programas desenvolvidos pelas políticas públicas do município, tais como nos transportes com as bicicletas “vermelhinhas”, com os ônibus “vermelinhos” e a nova frota em desenvolvimento com tecnologia limpa e sustentável, os bioinsumos na revitalização do ecossistema lagunar, as praças e feiras agroecológicas, os sistemas agroecológicos de produção no apoio ao município no restaurante popular e nas escolas, presença das Unidades de Conservação, o modelo de cooperativismo no programa Mumbuca Futuro, o fomento ao *hub* de hidrogênio, a criação de selos diferenciados para o pequeno comércio, o desenvolvimento do *e-commerce*, a tributação especial para iniciativas de projetos verdes e iniciativas de práticas de economia circular e política reversa.

Estas iniciativas em Maricá com os pequenos coletores de óleo e de coleta seletiva possuem impacto positivo com meio ambiente, que se dá via incentivo financeiro com a RBC e a moeda mumbuca. Aumentar a consciência ambiental através do trabalho de recompensas é uma estratégia de economia comportamental que pode ser eficiente em promover as mudanças

iniciais que a população e empreendedores do município necessitam sobre os descartes e na reutilização de resíduos em insumos e/ou matéria-prima.

A renda básica possui a capacidade de estabelecer uma ponte de educação ambiental com a população e pode ser um raio de influência do Estado na criação de políticas públicas voltadas para a economia do compartilhamento, tais como a disponibilidade de bens ou serviços divididos entre a população e com pagamento em RBC. Uma proposta seria a criação de um local específico em Maricá que ofereça o uso da máquina de lavar em conjunto com o uso do sabão produzido pela associação local a partir do óleo coletado e mediante ao pagamento do aluguel com RBC em mumbuca.

Seria um serviço que favoreceria positivamente o lado ecológico e social através da desmaterialização, porque não haveria necessidade de cada lar possuir este eletrodoméstico, reduzindo a quantidade de materiais para atender a produção e consumo e posteriormente, na geração de resíduo após o descarte, assim como forneceria um acesso inclusivo a este bem de consumo que muitas famílias podem não possuir em suas residências.

A política pública da RBC é um dos componentes que impulsionou o crescimento socioeconômico que Maricá vem experimentando nos últimos anos e a mesma é financiada pelo recebimento dos pagamentos de *royalties* da exploração do petróleo. Embora essa dinâmica de pagamento tenha o conceito de equidade intergeracional para compensar as gerações futuras pela ausência do recurso explorado, a aplicação desse recurso em um programa de compartilhamento de renda levanta algumas questões socioambientais contraditórias.

Uma renda básica custeada nesses moldes pode oferecer justiça social no alívio da pobreza, mas acaba tornando-se conflituosa para atingir uma justiça ambiental, já que está atrelada ao petróleo, produto exaurível, não renovável e com forte potencial poluente. Nesse sentido, não há incentivo para diminuição do uso e exploração deste produto como seria o necessário para cumprir o Acordo de Paris se a capacidade financeira de manutenção do programa da renda básica depende dos rendimentos deste produto.

Vale discutir que tipo de justiça intergeracional está sendo almejada por Maricá a partir das rendas do petróleo. Esta pesquisa apresentou na seção 2.3 os exemplos da Arábia Saudita que busca diversificação econômica e visa a transição energética e o da Noruega, no incentivo

de novas tecnologias carbono zero, simultaneamente mantendo-se política de produção petrolífera. O município apresenta características que se assemelham em ambos os casos.

Maricá possui um grande desafio em manter o ciclo virtuoso que vem experimentando nos últimos anos e que proporciona as políticas públicas, ao mesmo tempo que busca diversificar a economia a fim de minimizar a contradição de dependência das rendas do petróleo. Os resultados dessa investigação apontam para criação de alternativas para o pós-petróleo, com a Política Municipal do Hidrogênio, a patente dos protótipos de ônibus movidos a energia limpa e a diversificação da economia, com as políticas de incentivos fiscais para as empresas, consolidação de arranjos produtivos a partir do gás natural, o maior incentivo a formalização da mão de obra através do MEI e de qualificação, com os programas de instrução e capacitação desenvolvidos no município. Além disso, a promoção do turismo sustentável por meio da construção do *resort* Maraey na área da restinga de Maricá.

Não há evidências de desestímulo à produção petrolífera e nem parece ser a intenção dos formuladores de políticas públicas em Maricá, fato que se percebe na fala exposta na categoria 3 desta investigação, na qual a transição para energias renováveis se dará com o uso dos sistemas existentes de petróleo que ainda possuem grandes potencialidades. Diante das falas expostas, consideram o petróleo como uma mola propulsora de desenvolvimento e esta narrativa assemelha-se a um dos lados que argumentam sobre o papel do pré-sal brasileiro na transição para novas fontes de energias sustentáveis expostas na seção 2.3.3.

Maricá apresenta um alinhamento com o crescimento verde discutido no capítulo 1, na qual soluções tecnológicas em convergência com os métodos de produção compensam os impactos negativos de uma renda básica inserida no modelo de continuidade do paradigma de crescimento econômico. Contudo, este objeto de estudo não possui somente a inserção de uma renda básica se comparada com outros exemplos, como o do Alasca exposto na seção 1.1. É uma política de renda básica associada a uma moeda complementar, transporte gratuito e demais programas de consciência educacional e ambiental, portanto os possíveis efeitos colaterais dessa política para o meio ambiente podem estar sendo atenuados por esta combinação.

Nesta investigação compreendeu-se que Maricá possui desafios em aberto no caminho para a sustentabilidade. No âmbito social, não é um consenso se a RBC deveria ser para todos

os moradores com este valor atual ou se aumentaria para um valor do benefício que atenda às necessidades de subsistência com as faixas de beneficiários atuais. Desse modo, fica em aberto se o incentivo para atividades coletivas pós-produtivistas, que são ecologicamente viáveis, ainda não ocorre em Maricá devido ao valor da RBC ou pela necessidade de ação coletiva política e cultural para essas atividades.

No âmbito econômico, não ficou declarada se a posição e atuação de Maricá em relação às rendas dos *royalties* são favoráveis na conciliação das questões climáticas, devido ao incentivo de atividades com o gás natural e o interesse em se desenvolver a partir das potencialidades que a cadeia produtiva de petróleo proporciona. A promoção da atividade econômica hoteleira no município, com a construção do *resort* Maraey em uma área que é patrimônio sociocultural e de renda para comunidades tradicionais, não está definida por conta de decisões judiciais que afirmam sobre os impactos ambientais no território.

CAPÍTULO 4 – CONCLUSÃO

A inserção de uma renda básica como uma ponte conciliadora de aspectos sociais e ecológicos na busca por caminhos mais sustentáveis apresentou pontos relevantes em Maricá. O que chama atenção nos resultados apresentados é que aproximar-se de atividades alternativas de produção fora da esfera formal do trabalho, que são ecologicamente benéficas, através de uma renda básica pode não ser possível independente do paradigma de crescimento econômico. Tanto o é que o conceito de *renda básica ambiental e ecológica* são alternativas positivas da inserção de uma renda básica para trajetórias mais sustentáveis, mas que não se enquadram em qualquer modelo econômico e de organização social. O modelo econômico produtivo no qual uma renda básica é inserida provoca efeitos distintos e isso pode ser visto em Maricá, quando se observa um maior crescimento em vagas formais de trabalho, que é um dos pilares de crescimento econômico.

Embora Maricá apresente um fortalecimento do comércio local, estreita ligação com a natureza no que se refere à provisão e produção de alimentos e pesca, afetuoso espírito de comunidade local e o interesse em ajustar as políticas públicas às capacidades dos ecossistemas, características estas que favoreceriam o alinhamento com uma *renda básica ecológica*, o que pode se concluir é uma associação com a *ambiental*. Não se almeja mudança estrutural no modelo econômico produtivista e sim uma necessidade de se enquadrar a ele, visando reduzir o impacto ambiental das atividades humanas, aderindo à noção de crescimento verde.

Nesse sentido, as políticas públicas investigadas nesta dissertação demonstram uma percepção de sustentabilidade quando busca minimizar os possíveis danos colaterais ao meio ambiente, ainda que não sejam os objetivos primários da existência delas. Este resultado é interessante porque valida o argumento de que a combinação de uma renda básica com políticas complementares - no caso de Maricá, com mobilidade urbana gratuita e em breve de baixo carbono, uso de moeda complementar mumbuca, programas educacionais e de conscientização ambiental, incentivo à qualificação, expansão de linhas de tratamento de rede e esgoto e com desenvolvimento da agroecologia - podem ser consideradas passos em prol de uma transição ecológica.

Entretanto, os resultados verificados em Maricá no que tange ao desestímulo a produção e ao consumo de petróleo e na busca diversificação econômica, viabilizando um empreendimento voltado para o turismo sustentável na área de preservação ambiental, e que é fonte de alimentação e renda para os pescadores locais, revela as contradições que seguem em aberto e que podem se tornar obstáculos no longo prazo no alcance de uma transição ecológica.

Esta pesquisa contribui para o debate sobre as implicações ambientais da adoção de uma renda básica, porque a RBC disponibilizada para 25% da população e com um valor modesto produz maior volume de consumo, e, conseqüentemente, mais resíduos sólidos, mas ainda não pode ser enquadrada como uma vilã do colapso ambiental, porque ocorre simultaneamente com o desenvolvimento de ações integrativas no município, como a logística reversa e a economia circular. Portanto, a RBC não é uma política indesejável no âmbito ecosocial, e que pode ser aplicada conjuntamente com outras políticas de incentivos e conscientização ecológica através da moeda social mumbuca, atuando assim na reversão dos danos de curto prazo e colaborando na formação das futuras gerações de municípes.

Como os resultados dessa pesquisa foram obtidos mediante entrevistas realizadas presencialmente e *online*, nem todas as secretarias que atuam em temas pertinentes a este debate estão presentes neste estudo. Mesmo com o roteiro semiestruturado preparado, as secretarias de Educação, de Gestão e de Planejamento Econômico apresentaram dificuldade em viabilizar um espaço na agenda, e dado o cronograma de execução deste estudo, não agregaram nos temas referentes a UniMar, “mumbuca futuro”, FSM e “passaporte universitário”, nos quais maiores detalhes seriam contribuições consideráveis no entendimento sobre uma transição humanística e ecológica no município. Outro limite desse conjunto de políticas foi que não se verificou a migração para atividades pós-produtivistas, o que contraria um dos mais frequentes argumentos a favor da adoção de uma renda básica para o meio ambiente.

Esse debate possibilita novos estudos, porque existem lacunas que se evidenciam, tais como se seria o valor modesto da RBC que não permitiria a migração para atividades pós-produtivistas no município ou a falta de ação coletiva e política dos formuladores de políticas públicas para essas atividades. O contexto da política nacional pode influenciar com o enfraquecimento do estado de bem-estar social no Brasil, que faz com que os indivíduos se mantenham em vagas formais na busca de proteção de direitos sociais e não migrem para trabalhos autônomos. Um outro questionamento é sobre a particularidade desta literatura acerca

da renda básica e pós-produtivismo se basear em economias desenvolvidas, que difere do caso de Maricá ou por fim, até mesmo da impossibilidade de se atingir essas atividades com a vigência do paradigma de crescimento econômico.

Outro aspecto que abre caminhos de estudos futuros sobre os impactos ambientais de uma renda básica é o desafio de Maricá em relação ao desenho da RBC. Para tornar-se um autêntico programa de renda básica, os executores da RBC precisam torná-la universal, entretanto não há consenso em Maricá se um próximo passo a ser dado do programa seria no aumento do valor nas faixas de rendas atuais que o programa atende ou se manteria o mesmo valor moderado, porém para todos os cidadãos. Qualquer que seja a direção a ser tomada, seja na focalização ou na universalização do benefício, surtirão efeitos ambientais que possibilitarão novas implicações neste debate. Dentro dessa linha podem ser desenvolvidos estudos quantitativos sobre os padrões de consumo dos moradores e verificar se caberia no município um tributo verde sobre emissão de carbono.

Somado a isso, a questão do financiamento é um ponto-chave na garantia da continuidade do programa, e não se sabe se isso se dará por meio dos *royalties* do petróleo, que é um recurso finito e que constantemente tem sofrido ações judiciais dos demais municípios em relação à repartição, ou pela diversificação econômica do município com um possível *royalty* da patente do ônibus híbrido ou pelo financiamento do FSM, recurso destinado para o longo prazo, mas que ainda não tem bem definida sua destinação. Além disso, Maricá apresentou uma taxa anual média de 2,6% de crescimento populacional entre 2010 e 2019, que é superior à média do Estado do Rio de Janeiro neste período, o que deve advir principalmente de migrações originadas de outros municípios motivadas por melhores condições de vida. Nesse sentido, vale investigar como as políticas públicas serão projetadas, já que, com a busca por diversificação e valorização do FSM, esse fluxo migratório tende a sofrer mais pressão.

Esta pesquisa realizou um esforço em tratar de questões caras ao mundo contemporâneo, particularmente da erradicação da pobreza e da degradação ambiental através de uma renda básica, para que a sociedade tenha possibilidade de garantir condições de vida decentes e oferecer uma sociedade mais sustentável para as gerações futuras. Esta pesquisa para mim foi um desafio tanto para relacionar áreas que a princípio são distintas, como economia social e ecológica quanto pelo fato da metodologia qualitativa não ser o foco habitual da formação em Ciência Econômica e da dificuldade de observar um objeto de estudo que sofre influências e

está em constante modificação. Além de que a construção e a execução deste trabalho se deram em um contexto de persistência da pandemia da Covid-19, o que alterou expressivamente o modo de ser e viver dos seres humanos, gerando a necessidade de driblar a insegurança e realizar as entrevistas e na adequação à sinergia de trocas de conhecimento, que são presentes na pesquisa no meio acadêmico de forma presencial, mas que nesta pesquisa se deram no ambiente *on-line*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, R. *Bancos comunitários, moedas sociais digitais e inclusão financeira: uma análise a partir das pressões institucionais e da modelagem social da tecnologia*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Administração. UNB: Brasília 2019.
- ANDERSSON, JO. *Basic Income From an Ecological Perspective*. *Basic Income. Studies*. 4. 4-4. 10.2202/1932-0183.1180. 2010.
- ARNSPERGER, C. *Revenu d'existence et promotion de la sociodiversité*. *Mouvements* 4: 100-106. 2010.
- BASTOS, J. D.; MATHEUS, A. C.; TABAI, K. C. *Construção de estratégias de segurança e soberania alimentar: unidade de produção agroecológica no Município de Maricá–Rio de Janeiro-Brasil*. *Cadernos de Agroecologia*, 15(2). 2020.
- BIRNBAUM, S. *Introduction: Basic Income, Sustainability and Post-Productivism*. *Basic Income Studies* 4 (2), pp. 1–7. 2010.
- BOULANGER, P. *Basic Income and Sustainable Consumption Strategies*. *Basic Income Studies* 4 (2), pp. 1–11. 2010.
- BRANDAL, N. et al. *The Nordic Model of Social Democracy*. Palgrave Macmillan ,2013.
- Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Presidência da República; 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 31/07/2022.
- BRASIL. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>> Acesso em 23/07/2022.
- BRAUNGART, M.; MCDONOUGH, W. *Cradle to cradle criar e reciclar ilimitadamente*. Casa Aleatória, 2009.
- CALDER, G. *Mobility, Inclusion and the Green Case for Basic Income*. *Basic Income Studies*. v. 4, n. 2, 2010.

CARVALHO, F. C. L. *Aspectos éticos da exploração do petróleo: os royalties e a questão intergeracional*. Dissertação de mestrado, Pós-Graduação de Engenharia. UFRJ: Rio de Janeiro. 2008.

CASTRO J. *Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço)*. 10.ed. Rio de Janeiro: Antares Achiamé; 1980.

CERNEV, AK. *Mumbuca é dinheiro*. Revista Brasileira de Casos de Ensino em Administração, c10-c10. 2019.

COSTA, A. D. A. O. *A Eco-efetividade do design: proposição de uma ferramenta de análise e sua aplicação em sistemas de produtos+ serviços*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Design. UFPE:Recife. 2009.

COSTA, S. M. S. D. (2019). *Conflito socioambiental no município de Maricá (RJ): o caso da comunidade de pescadores de Zacarias e o projeto complexo turístico-residencial fazenda São Bento da Lagoa*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. UFF: Niterói. 2019.

DA SILVA, J; DA SILVA R; FREITAS, F; WALTENBERG, F. *POLÍTICAS SOCIOECONÔMICAS DE REAÇÃO À CRISE DA COVID-19 NO MUNICÍPIO DE MARICÁ, RIO DE JANEIRO*1,2. Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise. IPEA, v.26, n. 69, p.149-159. 2020.

DO NASCIMENTO PEREIRA, A.; SIQUEIRA, D.; SENRA, L.; COSTA, N. *As políticas públicas de Economia Solidária no município de Maricá/RJ*. IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2020.

EDUCATUR (Treinamento e Consultoria). *Meios de Hospedagem*. 2010. Relatório Final Disponível em: <<https://docplayer.com.br/111327437-Governanca-educatur-treinamento-e-consultoria.html>> Acesso em 27/07/2022.

FARIAS, V. C.; REI, F. De Berlim a Paris: a conferência das partes como espaço para o multilateralismo climático. In: GRANZIERA, M.L.M. e REI, F. *O futuro do regime internacional de mudanças climáticas: aspectos jurídicos e institucionais*. Santos: Edital Livros Produções Editoriais, 2015.

- FEITOSA, M. J; GÓMEZ, C. R. P. *Aplicação do Tourism Ecological Footprint Method para avaliação dos impactos ambientais do turismo em ilhas: um estudo em Fernando de Noronha*. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, v. 7, n. 2, p. 220-238, 2013.
- FERNANDA, S; DELGADO, A; MEDEIROS, N. *O petróleo como instrumento de coerção saudita*. Revista Conjuntura Econômica, v. 74, n. 4, p. 62-65, 2020.
- FITZPATRICK, T. *Basic Income, Post-Productivism and Liberalism*. Basic Income Studies 4 (2), pp. 1–11. 2010.
- FRANKENFELD, K. P. *Aplicação dos royalties do petróleo segundo a legislação brasileira: reflexões acerca de necessidades básicas, gerações futuras, qualidade de vida e meio ambiente*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente. UERJ: Rio de Janeiro. 2013.
- FYSON, C., GANTI, G., GRANT, N., HARE, B. *Fossil gas: a bridge to nowhere*. Climate Analytics. 2022.
- GIBBS, G. *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GODOY, A.S. *Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais*. Revista de Administração de Empresas [online]. 1995, v. 35, n. 3 [Acessado 2 Julho 2022] , pp. 20-29. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000300004>>. Epub 18 Jul 2012. ISSN 2178-938X. <https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000300004>.
- GOODIN, R. E. *Work and Welfare: Towards a Post-productivist Welfare Regime*. British Journal of Political Science. 2001.
- GROTTERA, C; LA REVORE, E, L; WILLS, W; PEREIRA, JR. *The role of lifestyle changes in low-emissions development strategies: an economy-wide assessment for Brazil*. Política Climática , v. 20, n. 2, pág. 217-233, 2020.
- GRUBB, M.; HOURCADE, J.-C.; NEUHOFF, K. *Planetary economics: energy, climate change and the three domains of sustainable development*. Routledge. 2014.
- HANDA, S. *et al. On behalf of the Zambia Cash Transfer Evaluation Study Team. Can unconditional cash transfers raise long-term living standards? Evidence from Zambia*. Journal of Development Economics. 2018.

HAUSHOFER, J; SHAPIRO, J. *Household Response to Income Changes: Evidence from na Unconditional Cash Transfer Program in Kenya*. IPA – INOVATIONS FOR POVERTY ACTION. Abril, 2015.

HEERINK, N. *et al. Income Inequality and the environment: Aggregation bias in environmental Kuznets curves*. *Ecological Economics* 38, 359–367. 2001.

HELLIWELL, J. F; LAYARD, R.; SACHS, J.; DE NEVE J. E; AKNIN, L.B.; WANG, S. *World Happiness Report 2022*. UN Sustainable Development Solutions Network, New York. 2022.

HIRVILAMMI, T. *The Virtuous Circle of Sustainable Welfare as a Transformative Policy Idea*. *Revista Sustentability*, 2020.

HOPKINS, R; LIPMAN, P. *Who we are and what we do Transition Network*. Totnes. s/e, 2009.

HORNBORG, A. (2017). *How to turn an ocean liner: A proposal for voluntary degrowth by redesigning money for sustainability, justice, and resilience*. *Journal of Political Ecology* , 24 (1), 623-632.

HOWARD, M.; PINTO, J.; SCHACHTSCHNEIDER, U. *Ecological effects of basic income*. *Palgrave international handbook of basic income*. Palgrave MacMillan. 2019.

https://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2021/09/p7_estrategias_revfinal_30.09.pdf

HUBACEK, K. *et al. Poverty eradication in a carbon constrained world*. *Nature Communications*. 2017

HUNTER, C. *SUTAINABLE TOURISM AND THE TOURISTIC ECOLOGICAL FOOTPRINT*, 4 (1), 7-20. 2002.

KERSTENETZKY, C, L. *Políticas Sociais: focalização ou universalização?* *Revista Brasileira de Economia Política*, v. 26, p. 564-574, 2006.

KERSTENETZKY, C; PUNZO, L. F. *Sustainable tourism: basic income for poor communities*. CEDE-Centro de Estudos de Desigualdade e Desenvolvimento, Texto para discussão n° 24, julho, 2010.

KIRCHHOFF, T. *Abandoning the Concept of Cultural Ecosystem Services, or Against Natural– Scientific Imperialism*. *BioScience* 69 (3): 220–227, 2019.

MACNEILL, T; VIBERT, A. *Universal Basic Income and the Natural Environment: Theory and Policy*, v. 14, n. 1, 2019.

MANJARIN, E; SZLINDER, M. *A Marxist Argumentative Scheme on Basic Income and Wage Share in an Anti-capitalist Basic Income Studies*, v. 11, n. 1, pág. 49-59, 2016.

MANZINI, E. J. *Considerações sobre a transcrição de entrevistas. Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas. Amostragens e técnicas de pesquisa. Elaboração, análise e interpretação de dados.* v. 7, p. 152, 2008.

MARICÁ. *Lei Complementar Nº 357, de 30 de dezembro de 2021.* Dispõe sobre os incentivos fiscais de ISS, IPTU e Taxas criados pelo Programa Municipal de Incentivos ao Desenvolvimento Econômico e de Fomento a Geração de Emprego Local de Maricá, denominado “DESENVOLVE MARICÁ” e altera dispositivos da Lei Complementar nº 112 de 12 de dezembro de 2003. Disponível em: https://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2022/01/JOM_1257_03-01-2022.pdf Acesso em 10/04/2022.

NETO, R C; DE OLIVEIRA, T. C. S; DE MEDEIROS GONÇALVES, R. *Educação integral (e) m tempo integral e o Programa Mumbuca Futuro em Maricá.* INTERFACES DA EDUCAÇÃO, v. 12, n. 35, p. 719-744, 2021.

NUNES, E. L. M. *Transição ecológica: uma proposta baseada no comum, no municipalismo libertário e no veganismo abolicionista.* Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2020.

PACHAURI, R; MEYER, L. *Climate change 2014: synthesis report.* IPCC, 2014.

PICOLOTTO, E. L.; LAZZARETTI, M; HÜBNER, M. F. *Reformas neoliberais no mundo do trabalho no pós-impeachment de 2016: atores, argumentos e alguns resultados.* Revista Eletrônica Interações Sociais, v. 4, n. 1, p. 109-125, 2020.

PINTO, J. *Green Republicanism: non-domination for an ecologically sustainable planet.* Universidade do Minho. 2019.

RAO, N.; MIN, J. *Decent Living Standards: Material Prerequisites for Human Wellbeing.* Social Indicators Research. 138. 1-20. 10.1007/s11205-017-1650-0. 2018.

RASKIN, P. *et al. Great Transition – The Promise and Lure of the Times Ahead.* Global Scenario Group. Março 2002.

RIBEIRO, C. *Formação da agenda para o transporte público gratuito: uma análise do município de Maricá*. Monografia de bacharelado em Administração Pública. UFF: Niterói. 2017.

RIO DE JANEIRO (Estado). Ministério Público. Finanças Públicas. Rio de Janeiro: MPRJ, 2019. Disponível em: <http://www.mprj.mp.br/documents/20184/540394/relatorio_rendas_petroliferas_mun_20200107.pdf> Acesso em: 23/03/2022.

SAGER, L. *Income Inequality and Carbon Consumption: Evidence from environmental Engel curves*. Grantham Research Institute on Climate Change and the Environment. Working Paper No. 385. 2017.

SERRA, R. V. Contribuições para o debate acerca da repartição dos *royalties* petrolíferos no Brasil. Tese de Doutorado. 2005. UNICAMP Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. 2005.

SILVA, S; MORAIS, L; SANTOS, D. *Repertório programático e resiliência das políticas subnacionais de economia solidária no Brasil: Síntese de experiências estaduais e municipais*. Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise, IPEA, v. 26, n. 70, p. 213-228, 2020.

SOLNICK, S; HEMENWAY, D. *Are Positional Concerns Stronger in Some Domains than in Others?* American Economic Review, 95 (2): 147-151. 2005.

STANDING, G. *The Precariat*. Contexts 13.4: 10-12. 2014.

SUPLICY, E. *Um Diálogo com Milton Friedman sobre o imposto de renda negativo*. Basic Income European Network VIIIth International Congress. Berlim. 2000.

VAN PARIJS, P. *A green case for basic income?* Chichester: Wiley. 2013.

VAN PARIJS, P. *Renda básica: renda mínima garantida para o século XXI?* Estudos Avançados. v. 14, n. 40, p. 179-210. 2000.

VAN PARIJS, P.; VANDERBORGHT, Y. *Renda Básica: Uma proposta radical para uma sociedade livre e uma economia sã*. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

VIBERT, A.; MACNEILL, T. *Universal Basic Income and the Natural Environment - Theory and Policy*. Estudos de Renda Básica 14.1.2019.

VIGLIO, J. E. et al.; *Narrativas científicas sobre petróleo e mudanças do clima e suas reverberações na política climática brasileira*. Sociologias, 21, 124-158. 2019.

VOGEL, J. et al. *Socio-economic conditions for satisfying human needs at low energy use: An international analysis of social provisioning*. Global Environmental. 2021.

WALTENBERG, F. D. Alcances e limites das ações de combate à pobreza da prefeitura de Maricá em resposta à crise da Covid-19. In: *Estudos Maricaenses O município de Maricá em debate*. Editora Darcy Ribeiro, 2021.

WIDERQUIST, K.; HOWARD, M. *Introduction: Success in Alaska*. Palgrave Macmillan. 2012.

WRIGHT, K. Review Essay: *Well-being, Poverty and Social Policy*. Global Social Policy, v. 9, n. 1, pág. 135-140, 2009.

ANEXO 1

Roteiro semiestruturado qualitativo sobre Maricá

Secretaria	De Economia Solidária
Data	20/05/2022 e 27/05/2022

O objetivo da entrevista é compreender em que medida políticas de transferência de renda, e mais especificamente, o programa da Renda Básica de Cidadania (RBC) de Maricá, tem potencial para fomentar ou atenuar impactos ecológicos. Além disso, investigar se há uma percepção de sustentabilidade ecológica por trás das políticas públicas da Economia Solidária desenvolvidas no município de Maricá.

Desde 2015, o programa da RBC vem atuando no município de Maricá. Em seu entendimento, quais foram os impactos gerados (positivos ou negativos) pelo programa sobre o município, do ponto de vista econômico, da geração de empregos e renda, social, cultural, bem como aspectos ambientais?

Utilizando um marco temporal recente, podemos dividir em pré pandemia (2019), pandemia (2020 e 2021), pós pandemia (2022). Positivamente na pré pandemia pode-se destacar a existência de uma movimentação econômica favorável na cidade com o valor da RBC em 170 mumbucas. Durante a pandemia, houve um fortalecimento político da RBC, com um incremento de 130 mumbucas, passando a vigorar o montante de 300 mumbucas que contemplou 42,5 mil beneficiários de forma individualizada, e a criação de políticas públicas em parceria com a secretaria de desenvolvimento econômico. Outro aspecto foi a criação do programa do PAT (Programa de Auxílio ao Trabalhador) com apoio de 1.000 mumbucas com um impacto positivo na economia com a geração de renda de 12 milhões ao mês, e o PAE (Programa de Apoio ao Emprego) que era o apoio da prefeitura as empresas para não haver desemprego. Logo, durante uma crise sanitária, houve o ponto positivo de manutenção de emprego, com cerca de 7% de crescimento de empregos com carteira assinada, entre março de 2020 e abril de 2021. Tal dado gerou uma mídia positiva nacional e internacional e mostrou que os teóricos da Renda Mínima de Inserção, que hoje chamam de RBC, é sim um caminho em prol do emprego, no sentido da manutenção de postos de trabalho. Além disso, a RBC é uma alternativa dentro do sistema capitalista num período de crise, já que muitas das vezes não se fomenta a liquidez e a circulação de moeda num território dado o contexto. No caso de Maricá com a RBC, houve a garantia de um desenvolvimento local. A RBC por lidar com

pessoas em situação de vulnerabilidade, seja de pobreza, extrema pobreza ou renda até 3 salários mínimos, mostrou de forma positiva que esse incremento econômico gerou soberania alimentar.

Positivamente na parte da cultura, demonstra que a RBC faz circular bens e serviços de um modo geral e não só alimentício, mas também do alimento da alma, com a cultura em idas em shows, serviços de embelezamento e do sentimento de qualidade de vida e bem estar. Embora no Brasil seja pouco medido internamente, o Índice de Felicidade avaliado em outros países, leva em consideração a expectativa de vida saudável.

A secretaria de economia solidária ainda não fez essa reflexão de aspectos negativos da RBC, mas o diálogo com outras secretarias traz luz de aspectos que precisam melhorar. Por exemplo, a atração da população miserável de rua oriundo de outros municípios para Maricá, impactou no aumento de quantidade de refeições/dia ofertada no Restaurante Popular. Mesmo com o aumento inesperado na demanda do Restaurante Popular, optou-se por não aumentar o valor das refeições de café da manhã e almoço, para garantir a soberania e segurança alimentar. Para lidar com essa questão, a secretaria de economia solidária em parceria com a secretaria de assistência social, se associaram para o entendimento de como fazer a acolhida, encaminhamento das pessoas em situação de rua e a abertura de novos abrigos. Outro ponto é que, embora não tenha muitos dados na secretaria de economia solidária sobre o impacto ecológico, existe o aumento da produção de resíduos sólidos, esgotamento, da drenagem da cidade e o impacto sobre o sistema lagunar. As secretarias de Cidade Sustentável e Companhia de Desenvolvimento de Maricá (CODEMAR) estão trabalhando para criar alternativas para a despoluição, como a pesquisa de um laboratório com a utilização de microrganismos vivos para combater microrganismos que vem junto com o resíduo sólido. Os resultados iniciais do laboratório de pesquisas ambientais da UFF mostram o crescimento de peixes em locais que antes não haviam por conta da poluição na lagoa.

Hoje, quais são os entraves e desafios que o programa enfrenta? Quais são os meios de superá-los?

O desafio é ter um programa que deve ser universalizado para dar suporte pelo menos a nível da PEA (População Economicamente Ativa), aumentando o número de beneficiários e aptos para receber o benefício, como se fosse um cadastro de reserva para caráter de emergência. Um grande teste foi no período de abril com as chuvas, na qual a prefeitura através da secretaria de habitação ampliou o programa que já existia ‘Aluguel Social’ e com a secretaria de economia

solidária aumentou em caráter de emergência o valor da RBC para 200 mumbucas. E o Programa 'Recomeço', em parceria com a secretaria de habitação e assistência social, para oferecer o suporte para recomeçar a vida daquelas pessoas que perderam bens ou imóveis devido às chuvas. Para isso, o trabalho com a Secretaria de Proteção e Defesa Civil para cadastrar as famílias foi fundamental, porque foi um desafio ter um programa de emergência com grande impacto e a disposição naquele momento. Desse modo, o desafio seria ter um cadastro, inclusive de pessoas que não tem necessidade econômica *a priori* hoje, mas pode precisar em algum outro momento de um suporte, como foi no caso das chuvas.

Quais foram os critérios utilizados para o estabelecimento do valor da RBC? Este valor leva em consideração as condições de subsistência, considerando a realidade socioeconômica do município? Existe alguma proposta para elevar o valor da RBC?

O índice de situação de fome e vulnerabilidade social de pobreza, que hoje segundo o governo federal está em 200 reais, que em Maricá foi traduzido em 200 mumbucas. Não é o ideal, deveria ser um valor muito maior, mas levando-se em conta uma família em situação de pobreza, composta por 4 ou 5 cidadãos, que recebem de forma universal, então fica um valor entre 800 e 1000 mumbucas (reais). Sabemos que não é valor suficiente, é ainda muito baixo, mas o suficiente para ter uma segurança alimentar. Não tem proposta de maiores aumentos, pois no dia 04/05/2022 entrou o decreto municipal com o aumento do valor de 130 para 200 mumbucas.

Em seu entendimento, a RBC contribui para fomentar a economia local, com efeitos significativos sobre a geração de emprego e renda? Há conhecimento sobre os impactos na qualidade do emprego, isto é, na diminuição de postos de trabalhos menos degradantes, na melhoria salarial ou na maior inserção de mulheres no mercado de trabalho?

Sim, a RBC tanto na pandemia quanto no pós pandemia se mostrou como uma garantidor de desenvolvimento local através de comércio. Dados do CAGED apontam crescimento de 7% de geração de emprego na pandemia e 11% no pós-pandemia. Em Maricá não há notificação de trabalho análogo de escravidão, nem tem carvoaria, agricultura de monocultura como cana de açúcar, e nem dados de exploração sexual e de crianças.

Existem relatos da RBC ter favorecido relações alternativas de produção no município, como trabalho na esfera autônoma, por exemplo, voluntariado, trabalho assistencial, participação comunitária, cuidados de terceiros e/ou trabalho doméstico?

A secretaria possui relatos de fortalecimento da associação de moradores, a independência da família em relação ao cuidado dos filhos e doméstico, a área de educação forneceu cesta básica para as crianças matriculadas na rede que estavam em casa no período da pandemia, então houve sim um incremento de nova economia sem o trabalho presencial durante a pandemia. Maricá busca autonomia em relação a empregabilidade na matriz atual de independência dos serviços dos *royalties*, mas com empregabilidade para garantia de direitos pela CLT.

A renda oriunda dos *royalties* do petróleo está sendo utilizada para financiar política de redistribuição de renda. Contudo, sabe-se que este é um produto não renovável, exaurível e de grande potencial poluente. Há propostas para reduzir a dependência desse recurso e diversificar a economia maricaense através de outros setores? Caso afirmativo, quais?

Existem três acordos com o Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá (ICTIM) para criar alternativas em Maricá para um pós petróleo. Para isso, erradicar o analfabetismo através do programa ‘Sim, Eu posso’, baseado na proposta de Cuba, que promete em três meses acabar com o analfabetismo funcional e encaminhar para o letramento. Após três meses, caso o indivíduo tenha interesse, pode ser inserido em incubadoras ou no curso de qualificação. O ICTIM em parceria com a secretaria de trabalho, com o ‘Qualifica Maricá’ tem por intuito um ensino profissionalizante ligado à agricultura com o desenvolvimento do programa ‘Hortas em casa’ ou com atividades que possa pôr em prática o aprendizado dos indivíduos nas aulas de agroecologia dadas no curso de alfabetização e curso de capacitação. Ou seja, o ‘Sim, Eu posso’ é uma forma de adequar agricultura com a comercialização. O terceiro é ‘Mumbuca Futuro II’ na formação do empreendedor solidário através do contato com ICTIM e as incubadoras.

O Mumbuca Futuro desenvolve temáticas de relações alternativas de produção com os jovens em idade escolar. Qual a percepção dos participantes sobre os eixos de atuação do programa? Os empreendimentos desenvolvidos no programa têm atendido às expectativas de benfeitorias na comunidade? A comunidade se identifica com empreendimentos e dão continuidade?

Sim. Entretanto é um programa que começou em 2019 e com a pandemia em 2020 ficou sendo praticamente no ambiente virtual. Logo, a primeira fase de implantação não teve a continuidade que seria referente à criação de empreendimentos solidários pós ensino médio e pós

fundamental. Agora em 2022 em conjunto com o ICTIM, a criação da incubadora será um *plus* no programa, ficando não somente na criação, como também passando pela incubadora, que traz a contrapartida para a comunidade. Além disso, em 2023 abre a possibilidade do jovem ter a opção de seguir a qualificação através do ‘Qualifica Maricá’ ou cursar o Ensino Médio Técnico com bolsa de Iniciação Científica no Instituto Federal ou cursar a faculdade no Instituto Federal e na Universidade conveniada com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

As políticas públicas desenvolvidas em Maricá são atividades que podem criar as bases para uma transição ecológica ou estariam reforçando o modelo de desenvolvimento já existente? Como?

A princípio, todas as políticas de desenvolvimento social têm que ter uma contrapartida ou vínculo com o pós petróleo. Na secretaria pode-se afirmar que, as feiras de economia solidária e a horta comunitária no bairro Manu-Manuela, em cooperação com ICTIM, vinculando com a formação, capacitação e qualificação com o programa ‘Sim, eu posso’, ‘Hortas Comunitárias’ e Mumbuca Futuro II são exemplos de bases para uma transição. Outro programa é o Restaurante Municipal em Inoã, que faz uma ligação entre economia, soberania alimentar e a pegada ecológica. A alimentação é subvencionada pela prefeitura, logo o café da manhã é um real e o almoço são dois reais. Em média/por dia são oferecidas mil refeições no total, sendo setecentos almoços e trezentos cafés da manhã, com o custo de cento e dezessete mil reais. A parte da pegada ecológica com o Restaurante se dá através do convênio com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) que faz o estudo do manejo e da reutilização dos resíduos sólidos. Desse modo, fecha um ciclo virtuoso, pois resíduos sólidos ou restos de alimentos, como cascas de alimentos, são utilizadas nas hortas. Está em negociação que a produção das hortas e dos pescadores possam ir para o Restaurante, como já ocorre hoje na destinação para a merenda escolar. Pensando mais para frente, o ICTIM está com três projetos relacionados à produção: primeiro a criação de um restaurante vegano e um acordo com a produção de carne de jaca e de tomate, através de, um convênio com Israel, para conhecer o sistema de estufa e fazendas comunitárias, os ‘kibutz’. Em segundo, a montagem de uma cooperativa com os pescadores para fazer a comercialização do mercado produtor e que atenda ao restaurante municipal. Em terceiro, a área de Cordeirinho está sendo incorporada para a realização de benfeitorias, como aproveitamento de água de chuvas e reuso.

Em seu entendimento, a população de Maricá possui um estilo de vida mais sustentável e/ou maior consciência ambiental comparado a outros municípios? Como a RBC contribui para este resultado? Quais são os desafios culturais ou administrativos para que o município possa adquirir um estilo de vida mais sustentável?

Maricá assim como Saquarema, que é conhecida como berço do Surf brasileira, são cidades que possuem a tradição da praia e já tem essa preocupação com o meio ambiente. Em Maricá os grupos de preservação das bacias e de meio ambiente são muitos atuantes. Com a RBC, os ônibus “vermelhinhos” de Tarifa Zero, Passaporte Universitário e Hospital Che Guevara, a cidade que antes era “coronelista” teve uma guinada à esquerda. Não uma radical e sim uma que negocia e que traz uma preocupação ambiental. O RBC trouxe como consequência o crescimento da cidade, até um pouco desordenado, devido os benefícios e oferta de serviços, que geraram uma maior qualidade de vida. Na pandemia, o uso da moeda mumbuca fomentou 7% no comércio local e no último CAGED a geração de 11% de novos postos de trabalho com carteira assinada de dezembro a março desse ano. O desafio é manter e preparar para o pós-petróleo em uma cidade que ainda precisa modernizar sistema de abastecimento de água e esgoto. 40% da população da cidade possui problemas de abastecimento, por isso a SANEMAR foi criada para lidar com essa questão e a cidade vem trabalhando com a despoluição de lagoas e rios. Além disso, as atividades de coleta, reciclagem e reutilização de lixo é um entrave e por isso o programa que será desenvolvido com a secretaria de Cidades Sustentáveis e uso da moeda mumbuca é um incentivo para população adquirir essa conscientização.

De que forma o fomento à indústria do turismo na área de proteção ambiental da restinga pode ser benéfico à sociedade? Quais os desafios e oportunidades envolvidos?

A vinda do resort para Maricá traz a promoção de empregos e geração de renda. Está na agenda do ICTIM a promoção de cursos de qualificação de hotelaria, garçons para atender a oferta de empregos que o resort promoverá com a sua instalação no município. O resort atrairá um turismo de classe A, que hoje não existe no município, e sim o de classe C e D. Entretanto o projeto está aguardando liberação do Tribunal Superior da Justiça por conta da construção se dá na área da restinga, uma área APA (Área de Proteção Ambiental) e que abriga a comunidade de pescadores há aproximadamente cento e cinquenta/duzentos anos. Ainda que seja argumentado que o impacto do projeto seja de 0,8%, é ainda uma análise inicial e é necessário que se tenha controle ambiental, pois a construção do resort pode trazer inchaço populacional

na cidade. Além disso, ainda que o resort possa ser 100% sustentável, de bambu e travesseiros de pena, se o público vier de avião de outro continente, tem o dano ambiental.

ANEXO 2

Roteiro semiestruturado qualitativo sobre Maricá

Secretaria	Desenvolvimento Econômico
Data	30/05/2022

O objetivo da entrevista é compreender em que medida políticas de transferência de renda, e mais especificamente, o programa da Renda Básica de Cidadania (RBC) de Maricá, tem potencial para fomentar ou atenuar impactos ecológicos. Além disso, investigar se há uma percepção de sustentabilidade ecológica por trás das políticas públicas da Economia Solidária desenvolvidas no município de Maricá.

Desde 2015, o programa da RBC vem atuando no município de Maricá. Em seu entendimento, quais foram os impactos gerados (positivos ou negativos) pelo programa sobre o município, do ponto de vista econômico, da geração de empregos e renda, social, cultural, bem como aspectos ambientais?

A cidade passou e continua passando por períodos de transição. Por ser uma cidade de veraneio, que ainda hoje ela não tem consolidado no arranjo produtivo local que a defina pra atividades econômicas industriais de uma maneira muito contundente, Maricá possuía a característica de ser uma cidade de veraneio, dormitório, de baixo atendimento e prestação de serviço, de baixo potencial de financeiro e de trabalho de baixa qualificação. As pessoas da cidade trabalhavam em grandes cidades, com uma mão de obra não tão qualificada para atender prestação de serviços e comércio desses grandes centros. E tiveram ao longo da sua história, a realização desse percurso diário e acaba por muitas vezes com que as pessoas praticassem a sua atividade econômica, utilização de serviços e compras de mercadorias acontecessem nas cidades onde elas trabalhavam. Desse modo, Maricá era uma cidade que dificilmente conseguia construir serviços básicos de atendimento à cidade e em sua grande maioria, um comércio pequeno. A criação da moeda social e da RBC vem com perfil de garantir de que boa parte de recursos permanecessem circulando na cidade por um determinado período e fizesse principalmente com que a população mais pobre tivesse acesso a esse recurso, melhorando sua qualidade de vida, segurança alimentar, e posteriormente acesso ao que não se tinha antes, como medicamentos e bens estéticos. Com isso a economia começou a girar e fortalecer o comércio local, uma vez que as pessoas não poderiam consumir a RBC em outro lugar e com isso, o comércio local foi investindo mais em seus negócios. Um passo importante foi que em 2019, o prefeito Fabiano

Horta ele alterou a lei garantindo que os beneficiários pudessem ser individualizados na família, logo, uma família poderia ter por exemplo 3 benefícios. Além disso, houve um recadastramento que elevou para 42,5 mil pessoas e isso fez com que ampliasse o impacto dessa política na cidade, principalmente entre aqueles que tinham dificuldades e eram mais vulneráveis. A secretaria verificou a potencialidade da moeda não só em níveis de transferência de renda para a população mais vulnerável e incutir dentro dos órgãos do município a capacidade que a moeda poderia ter de alavancar e desenvolver o município através da transferência de renda, benefícios e etc como um todo, então a gente começou a criar outros programas que dialogasse com a renda básica e que não interferisse no programa da renda básica, mas que pudesse ampliar o papel da moeda. A primeira decisão foi criar o abono natalino, que foi uma espécie de 13º dos beneficiários da RBC e um abono natalino do servidor. Assim o número de contas do banco mumbuca elevou-se, por ter pessoas que não eram somente vulneráveis e sim servidores do município da administração direta e indireta, e câmara recebendo abono natalino em moeda mumbuca. Isso deu um impacto em dobro na economia da cidade com o comércio e os serviços locais no mês de dezembro. Quando inicia a pandemia, os programas emergenciais criados em conjunto com a secretaria de economia solidária e toda a construção do governo, evidenciam isso. O PAT (Programa de Amparo ao Trabalhador) e o PAE (Programa de Amparo ao Emprego) conseguiu elevar a quantidade de dinheiro circulando em moeda local muito grande. Em 6 meses elevou-se de 2.500 estabelecimentos que recebiam mumbuca para 8.000 estabelecimentos, sendo hoje quase 12.000 recebendo pagamento em mumbuca, mais do que as redes e as grandes redes de banco. Desse modo, enquanto moeda, avanço e desenvolvimento, a moeda social foi um grande marco, não só evidenciado na percepção da secretaria, como nos números do CAGED, demonstrando que a cidade pôde avançar muito mais do que ela normalmente avançaria sem a moeda social. Maricá vem sendo destaque na geração de empregos de carteira assinada em relação ao seu próprio estoque. Hoje nós somos uma das maiores variações acima da média de município acima de 150 mil habitantes no Brasil e nós sabemos que isso é fruto do impacto da moeda social e das políticas econômicas, ou seja, o que é injetado na economia, retorna de maneira indireta. Um estudo da FGV mostra que, toda as políticas emergenciais que foram feitas até dezembro de 2021 de combate a COVID somaram cerca de 700 milhões e movimentou a sociedade cerca de 1,100 bi.

Do lado social, cumpre um papel muito importante de proteção e segurança alimentar, e melhoria da saúde (60% de todo o recurso da RBC é consumido no setor de alimentação e de

remédio farmacêutico); na capacidade de a pessoa ter acesso a um básico. No momento da pandemia deu o direito de a pessoa ficar em casa.

A questão ambiental é vista pelo âmbito da construção civil. Claramente existiam pessoas que não tinham por exemplo capacidade de fazer uma fossa filtro sumidouro em casa, uma caixa d'água, ou seja, condições individuais de saneamento e melhorias internas na sua família e que acabam impactando no meio ambiente. É uma capacidade ainda muito limitada ao valor da RBC, mas impressiona como isso modifica a vida das pessoas. Numa cidade onde a CEDAE prestou atendimento irrisório, conseguir garantir que através desse recurso possa ter uma água potável e fazer o mínimo para ter uma vida melhor faz parte do todo, porque impacta saúde pública, impacto social e ambientalmente.

Culturalmente, seja a oportunidade de dar a pessoa além do básico, ter acesso a outras ações, como por exemplo a interação com os “vermelhinhos” quando há uma atividade cultural e a pessoa morando em Inoã poder vir gratuitamente até o Centro e participar de atividades em museus, shows, praticar esportes, fazer curso de teatro. Desse modo, os “vermelhinhos” tem papel fundamental nesse avanço.

Hoje, quais são os entraves e desafios que o programa enfrenta? Quais são os meios de superá-los?

A secretaria de desenvolvimento vê 3 grandes desafios e ações. Primeiro a concentração nos grandes comércios. Para superar existe a tentativa da criação do selo do pequeno comércio, ou seja, o beneficiário que consumir mais de 50% do valor do benefício mensal no pequeno comércio (menos de 100 mil/mês de faturamento) ganhará uma bonificação de 50 mumbucas no seu benefício, a cada trimestre. Isso visa o uso consciente e uso local, sem tirar das pessoas o direito de consumir de grandes comércios. A segunda é a nota fiscal premiada, que é uma política de sorteio de prêmios em moeda local para os consumidores que exigirem nota fiscal e as cadastrarem no programa. Visa o estímulo e a solicitação de nota fiscal para que os empreendedores que aceitam mumbuca estejam formalizados, ou seja o incentivo e expansão e arrecadação da atividade econômica, mas com maior formalização. A terceira é garantir que a população e as pessoas não vulneráveis expandam o uso da moeda. Para isso, a prefeitura tem pago o auxílio alimentação em 650 mumbuca para cada servidor e o *cashback* para os usuários que não beneficiários de benefícios municipais. Está sendo estudado o retorno de 10% na compra no pequeno empreendedor, mas vai variar de acordo de como são construídas essas

políticas de *cashback*. Além disso, está trabalhando na expansão do *e-commerce* com o edital do aplicativo “*e-commerce* da mumbuca”, garantindo que todo o empreendedor cadastrado no mumbuca tenha a sua loja virtual e todo beneficiário e usuário com conta na moeda mumbuca possa ter acesso a esse ambiente de compra e venda online. O desafio aqui reside que as populações mais pobres tenham acesso à Internet para participar desse tipo de compra, então seria viabilizar mais áreas de livre acesso à Internet.

Quais foram os critérios utilizados para o estabelecimento do valor da RBC? Este valor leva em consideração as condições de subsistência, considerando a realidade socioeconômica do município? Existe alguma proposta para elevar o valor da RBC?

Os valores para recebimento estão pautados pelo corte de faixas do Cadúnico. A ideia é que um dia possa ser universal, mas a meta hoje é universalizar dentro do Cadúnico. Isso ocorrendo já é uma expansão da política e com a intenção de um dia de fato universalizar para todos. Hoje, devido a análise histórica, o trabalho é poder ajudar quem mais precisa de maneira mais rápida. Como o RBC não foi tocado pela secretaria de desenvolvimento, o que posso dizer é sobre o PAT, na qual desenvolvemos aqui. Para ele a nós consideramos a questão do salário mínimo para uma integrante da família e hoje vem diminuindo de acordo com que a economia vem retomando a suas atividades. Trabalhamos na perspectiva de que diante o recurso que temos, não havia necessidade de definir como somente recebedor quem recebe o RBC ou recebendo o RBC não receberia o PAT. Isto porque, sabemos devido as pesquisas que uma família para ter uma vida digna deveria estar recebendo média 4.200 reais por mês. Então na formulação da política não passou a ideia de retirar direitos e garantias e sim somar para que se tenha uma sociedade digna e confortável de acordo com esse parâmetro de pesquisa, como do DIEESE.

O que hoje se discute com o RBC é a tentativa de retirada da linha de pobreza (até 89 reais linha de miséria e de 200 de extrema pobreza), ou seja, que cada membro da família possa elevar o nível de extrema pobreza. O que a gente percebe é que a média de beneficiários por família de 2 a 3 indivíduos pode chegar a 500 e 700 mumbucas, que é o mínimo, somada a alguma outra atividade para o início da possibilidade dela de fato estar inserida de uma forma mais digna e justa. Hoje a RBC por si só não garante isso, mas é uma política que tem que ser pensada por processos e de forma perene e crescente para dar conta do número de beneficiários e do orçamento. Isso vai depender muito da capacidade econômica de garantir a política, e que isso

se perpetue ainda que futuramente o *royalty* não seja a principal fonte de receita do município, mas com o Fundo Soberano garantindo que a essa política continue acontecendo.

Em seu entendimento, a RBC contribui para fomentar a economia local, com efeitos significativos sobre a geração de emprego e renda? Há conhecimento sobre os impactos na qualidade do emprego, isto é, na diminuição de postos de trabalhos menos degradantes, na melhoria salarial ou na maior inserção de mulheres no mercado de trabalho?

Com certeza, a RBC não é só a política de transferência de entrega do recurso que garante socialmente o direito para aquele indivíduo, porque se fosse só isso a renda iria para outras localidades. Quando se coloca em função da moeda local, você garante em seu território uma circulação, conseguindo atingir não só o benefício social como de desenvolvimento econômico local. É por isso que Niterói buscou mudar a sua política com a criação da sua moeda local *araribóia*, porque só oferecer o recurso você garante o direito socialmente para a pessoa, mas que não movimentava às vezes a economia local. Existe a política social e a econômica, mas com a moeda social fomenta a de desenvolvimento local. O CAGED aponta sobre a melhoria de empregos e o PAT demonstrou que 55% das mulheres são receptoras do benefício.

Existem relatos da RBC ter favorecido relações alternativas de produção no município, como trabalho na esfera autônoma, por exemplo, voluntariado, trabalho assistencial, participação comunitária, cuidados de terceiros e/ou trabalho doméstico?

Sim, a expansão é enorme. Os dados ficarão mais nítidos depois do Censo Municipal que está sendo feito no município. O aumento dos números de associação para o MEI e o aumento de pessoas que aceitam a moeda *mumbuca*, que faz parte da criação do que a pessoa pode fazer com a RBC, demonstra o aumento dessa movimentação e ampliação desse serviço, porque no final de 2019 era de 2.500 aceitando a *mumbuca* e passou para cerca de 12.000 mil pessoas em 2022.

A propulsão do comércio local pela transação em *mumbuca* gerou efeitos mais significativos sobre as atividades dentro das comunidades, tais como, serviços locais de alimentação e manutenção, artesanato e microempreendedores, ou sobre o consumo de bens e serviços tradicionalmente ofertados por grandes corporações já estabelecidas?

As grandes corporações avançaram por conta de preços mais atrativos, mas o comércio local cresceu e avançou mais do que era no passado, porque Maricá era um município atrasado

economicamente dentro da realidade da Região Metropolitana do Rio. E com a RBC em moeda local, um pouco desse atraso foi sendo desfeito. A secretaria está incentivando uma maior movimentação local, como por exemplo com a criação da ideia do selo de pequeno comércio, para impulsionar o comércio local e diminuir a concentração de venda nos grandes comércios.

A renda oriunda dos *royalties* do petróleo está sendo utilizada para financiar política de redistribuição de renda. Contudo, sabe-se que este é um produto não renovável, exaurível e de grande potencial poluente. Há propostas para reduzir a dependência desse recurso e diversificar a economia maricaense através de outros setores? Caso afirmativo, quais?

Sim. Todos os esforços de novos projetos que partem desta secretaria buscam a diversificação da economia. A própria circulação da moeda já elevou de forma considerável a circulação de ICMS e ISS, tributos locais e geração de novas empresas, pagamento de novos tributos e etc, que já garante um impacto considerável, não de um tamanho de um *royalty*, mas diminui a dependência. Paralelamente a isso, a secretaria organiza várias atividades, como por exemplo, “Desenvolve Maricá”, que é uma política de incentivos fiscais que busca atrair indústrias para o novo Parque Industrial que está sendo construído, conseguiu que a cidade entrasse como tributação especial na área de industrialização, reduzindo a alíquota de ICMS de 18 para 2%.

Então, tem sido feito um trabalho para consolidar a estruturação para atrair a indústria, com ênfase nas que utilizam o gás natural, hidrogênio e na área de tecnologia. Foi criada e aprovada em março de 2022, uma política municipal de hidrogênio; o *hub* de hidrogênio; no uso e fortalecimento da economia do hidrogênio. O hub de gás natural, tendo sido firmado convênio com o governo do Estado. O intuito é aproveitar o recurso do *royalty* para que, paralelamente através desse capital nas políticas estruturais e na própria atividade cadeia do petróleo e gás, também sejam consolidados outros arranjos limpos. E assim, é o hidrogênio dialogando com a energia solar e outras atividades, para consolidar a infraestrutura de água da cidade. O protótipo dos ônibus não só em hidrogênio, como em etanol e elétrico é justamente para que possamos consolidar um arranjo produtivo voltado para essas atividades. Como donos da patente e co fornecedores, com a implantação da empresa em Maricá, proporciona que se crie o arranjo necessário para o desenvolvimento de um complexo sustentável.

Por conta disso o programa se chama Maricá Sustentável, para aproveitar os recursos dos *royalties* de uma energia suja para consolidar uma política de energia limpa para o presente e futuro. Para isso incentiva-se a qualificação local, já que o próprio Porto tem acordos assinados

para que se incentive a mão de obra, com instrução e capacitação. E a cidade incentiva, com o programa do Passaporte Universitário e a criação do Parque Tecnológico. 01:07 Compreendendo essa política do petróleo e de maneira consciente, o trabalho será feito para que não seja uma “monoatividade”, porém o petróleo é um dos eixos principais pela sua capacidade que ainda existe nos próximos 30 anos e que pode ser aproveitada dessa estruturação para desenvolver as demais. A princípio desenvolver atividades paralelas que parecem ser divergentes, no final podem ser convergentes, como por exemplo, o desenvolvimento da energia eólica a partir das plataformas de petróleo ou a presença de um Porto para favorecer a logística da construção de um ônibus sustentável.

A criação do Fundo Soberano de Maricá (FSM) em 2017 busca garantir o financiamento das políticas municipais para além do ciclo econômico do petróleo. Ainda que não haja uma previsão do fim do recebimento dos *royalties*, em seu entendimento, o FSM é suficiente para lidar com essas questões? Há algum debate sobre medidas alternativas de longo prazo para o financiamento dessas políticas?

A diversificação da economia vai permitir a manutenção dessas políticas, porque irá elevar outras fontes de receitas. Por exemplo, quando se desenvolve um ônibus sustentável e faz a patente desse ônibus, no futuro pode-se trocar o *royalty* de um pelo do outro. Não acredito que só o FSM hoje, com essas condições, vai garantir todas as políticas. Mas é o caminho natural para que outras receitas possam ser envolvidas por ela e garantidas no Fundo Soberano. Logo, a ideia é o FSM não ser somente de fontes ligadas aos *royalties*, mas ser uma grande reserva de políticas públicas e investimentos econômicos que pode possibilitar a cidade vir a fazer. O orçamento do FSM já chegou a 1 bilhão e a ideia é avançar e expandir. Hoje o FSM já financia a política de crédito local e também pode servir de fundo garantidor de investimentos, que podem vir a ser feitos, como uma PPP (Parceria Público-Privada), por exemplo. Se houver necessidade de uma política de saneamento, que seja feita por PPP, sendo o fundo garantidor desse investimento podendo ser o recurso do FSM. Então estrategicamente, é consolidado um fundo que se mantém não só pelos *royalties*, mas para aquilo que vá garantir e produzir a partir daí.

As políticas públicas desenvolvidas em Maricá são atividades que podem criar as bases para uma transição ecológica ou estariam reforçando o modelo de desenvolvimento já existente? Como?

Com certeza Maricá está buscando fazer algo ao limite do que desenvolvimento das atividades de bases e avançar nas políticas, dado o passivo histórico que a cidade possui. Por exemplo, pensar na tecnologia, nos usos de energia renováveis, fazer projeto em execução visando esse tipo de energia, ter um passaporte universitário, é uma maneira diferente que a cidade consolida isso. Mas também não pode se perder de resolver o passivo de curto prazo, como as coisas do cotidiano, para poder avançar também. Não dá para pensar em grandes projetos com uma prefeitura rica, sabendo que sua população ainda é pobre e precisa de apoio. Se esquecer disso, e cair na facilidade de se pensar algo grande sem pensar no pequeno, nós iremos errar conforme outros municípios erraram. Consolidar o grande sem pensar no pequeno atrai fluxo migratório, aumento de desigualdades, então Maricá está crescendo, mas está conseguindo organizar e dar conta disso, para evitar o atropelo de fluxo migratório que aconteceu em Itaboraí, com o complexo do Comperj.

De que forma o fomento à indústria do turismo na área de proteção ambiental da restinga pode ser benéfico à sociedade? Quais os desafios e oportunidades envolvidos?

O desafio é garantir que essa atividade seja feita de forma sustentável, ou seja, que essa atividade respeite as normas e execuções que hoje nós temos. Maricá tem capacidade não só como município, mas como sociedade de aproveitar dessas potencialidades turísticas até para financiar a proteção daqueles espaços, garantir que sejam feitos e utilizadas de maneira racional. Acredito que é possível consolidar arranjos e políticas ambientais aliados à um turismo sustentável. E há um modelo sustentável de exploração daquele espaço, porque o *resort* utiliza somente 10% de toda o terreno; de toda a restinga; e ele se responsabiliza pela preservação dos outros 90%. Teremos que avançar na nossa política de fiscalização para garantir que essas atividades aconteçam de maneira responsável. É importante para o município e para o próprio ambiente ali, que se tenha alguma atividade acontecendo de forma sustentável, porque mais para frente pode ser uma área que pode acabar sendo invadida e sendo avançada por outras questões ou por atividades que não consolidem a economia. E às vezes por conta de uma atividade que poderia ter sido escolhido o local correto e que todos os padrões necessários poderiam ser explorados, como o investimento de um *resort*, que muda a realidade de toda uma população, estaria perdendo a oportunidade de ser feito pela nossa incapacidade de fiscalização.

É um empreendimento que vai requerer fiscalização dos 3 entes da esfera e vai atestar a nossa capacidade na política de fiscalização e de construir protocolos ambientais eficazes.

ANEXO 3

Roteiro semiestruturado qualitativo sobre Maricá

Secretaria	Cidade Sustentável
Data	16/05/2022

O objetivo da entrevista é compreender em que medida políticas de transferência de renda, e mais especificamente, o programa da Renda Básica de Cidadania (RBC) de Maricá, tem potencial para fomentar ou atenuar impactos ecológicos. Além disso, investigar se há uma percepção de sustentabilidade ecológica por trás das políticas públicas da Economia Solidária desenvolvidas no município de Maricá.

A secretaria possui informações sobre aspectos ambientais do transporte Tarifa Zero? Em que medida haveria uma contribuição do programa da RBC com o esquema de transporte Tarifa Zero na comunidade de Maricá?

A secretaria participou das reuniões sobre o Tarifa Zero, embora seja o EPT (Empresa Pública de Transporte) de Maricá, o órgão responsável. A secretaria iniciou o debate sobre a adoção das “vermelhinhas” com o incentivo no uso para que diminua a poluição com menos tráfego de carros, assim como acontece com o Tarifa Zero. A cidade teve grande adesão ao Tarifa Zero relacionado aos ônibus e as “vermelhinhas”. Aproveitamos o ensejo das “vermelhinhas” e criamos nas áreas de conservação, o programa Ecobike, que também são bicicletas gratuitas, mas em áreas menos urbanas e mais de montanhas, em integração com a EPT. Maricá tem 62% de APA (Área de Proteção Ambiental) e são áreas extensas, então a intenção com a Ecobike é que as pessoas não utilizem carro e possam frequentar de bicicleta esses locais. Existe uma sede no Espriado, em que foi combinado junto com a secretaria de trânsito, que os veículos só podem ir até certo ponto, ou seja, onde fica a unidade com o fornecimento das Ecobikes.

Em seu entendimento, a RBC favorece simultaneamente a sustentabilidade ambiental e a justiça social? Como?

A secretaria de cidade sustentável busca ampliar as políticas públicas ambientais em consonância com a renda básica. Observa-se as pessoas utilizando o valor da RBC em alimentos e construção civil para ajustar sua própria casa. Está em elaboração o Plano de Educação Ambiental de Maricá e Plano de Gestão de Resíduos, que visa ampliar o núcleo de educação ambiental, inclusive no plano de gerenciamento de resíduos para poder orientar a população

sobre a destinação dos resíduos, como por exemplo de poda e construção. Não só por conta da RBC que a população tem tido acesso melhor ao comércio, mas com a pandemia, houve um aumento dos resíduos domésticos. A secretaria faz a destinação de RSU (resíduo sólido urbano) e observou o forte aumento. Logo existe um projeto com a RBC, para fomentar a coleta seletiva em conjunto com associações e catadores para reverter em moeda mumbuca. Desse modo, não se deixa de fomentar o comércio local através da RBC, mas também orientando as políticas ambientais. Logo, a RBC atenderia a uma sustentabilidade e justiça social ao mesmo tempo.

Em seu entendimento, a RBC ocasionou um aumento nos níveis de consumo no município de Maricá? Este consumo gera impactos sobre o meio ambiente? Caso afirmativo, como a secretaria trata tais impactos que estão no cotidiano da comunidade, como o saneamento básico, a coleta de lixo, os poluentes atmosféricos?

Sim, foi percebido um aumento nos níveis de consumo no município de Maricá através da coleta de resíduos e aumento populacional, que em parte se deu por conta da RBC e associado a melhora na qualidade de vida de Maricá. O projeto descrito acima tenta implementar a coleta seletiva e uma política mais rigorosa de logística reversa. Realmente, Maricá tem um problema crônico de saneamento básico devido uma concessão junto com a CEDAE. Em 20 anos de concessão não houveram grandes avanços, então o governo do Fabiano Horta criou a SANEMAR, Companhia de Saneamento de Maricá, que assumiu as obrigações para estação de tratamento e saneamento. Sobre os poluentes, o incentivo ao uso das bicicletas no lugar de veículos tem sido positivo, são 20 bicicletas em dois terminais, há forte adesão e há intenção de aumentar o número de bicicletas onde há mais circulação.

As políticas públicas desenvolvidas em Maricá são atividades que podem criar as bases para uma transição ecológica ou estariam reforçando o modelo de desenvolvimento já existente? Como?

Maricá tem uma preocupação ambiental e um diferencial com as políticas públicas ambientais. A cidade possui essa preocupação de evoluir, mas preservando, então acredito que são políticas para uma transição ecológica. O incentivo as Unidades de Conservação, que são 6 ao longo dos 4 distritos de Maricá, possuem um índice muito bom de ICMS verde em termos de Unidades. Isto porque Maricá tem avançado nessa parte de indústria com tecnologia e essas Unidades regulam quais tipos de construções podem ser realizadas nessas áreas naturais. Almeja-se o desenvolvimento econômico, mas a cidade busca proteger as suas áreas naturais. As leis

municipais ambientais são fortes e todos os projetos públicos e privados são analisados pelo licenciamento ambiental municipal. As obras da SOMAR (Serviço de Obras de Maricá) passam pelo licenciamento da secretaria de Cidade Sustentável para minimizar os impactos e esse é um diferencial do município.

Por exemplo, foi feita a urbanização das orlas e foram todas com critério para o piso adequado (sextavado) e que isso não tivesse consequências para as lagoas, então é uma gestão bem integrada. Além disso, preservar a área da restinga quando houve a pavimentação da orla de Itaipuaçu e manter a vegetação.

Está sendo feito um plano de gerenciamento de riscos das encostas com a Defesa Civil, SOMAR, Cidade Sustentável e SANEMAR que é calculado pelos impactos locais. Nas áreas de moradia de riscos, a secretaria solicita para não haver construção em encostas, porém ocorrem as invasões. Nós tentamos conter com fiscalização e no caso das chuvas do início do ano, nós temos mapeados que as beiras dos rios estavam tomadas e então junto com a secretaria de habitação sejam xxx essas famílias. Depois disso, entra a secretaria realizando a reconstrução da mata ciliar. Muitas dessas invasões são pessoas que vem atrás do RBC, então nós temos realizado política habitacional porque nós queremos receber as pessoas, mas dentro da melhor organização, crescer sem ser de forma desordenada. Quando a prefeitura idealizou o programa da RBC já pensaram nos critérios que englobem as famílias necessitadas e que se encaixe naquele modelo, ou seja, não é qualquer pessoa que irá fazer uma invasão habitacional que irá conseguir receber a RBC. Seria favorável se a RBC fosse para todos; seria uma justiça social mais bem redistribuída; porque não teria essa troca de municípios em busca de melhores oportunidades e valorizar e crescer dentro do seu município.

A cidade vem crescendo no turismo sustentável, há a chegada do resort e a TransMaricá, que é um projeto para conhecer todas as Unidades de Conservação através de uma caminhada ecológica. Há o fomento das Unidades, para atender os turistas com áreas estratégicas da nossa fauna e flora, sinalizando onde é indicado ou proibido transitar. Há intenção é abrir mais duas sedes para dar apoio aos turistas e o desafio é atrair as pessoas de fora, mas para que seja um turismo sustentável e que não seja agressivo para a natureza.

Em seu entendimento, a população de Maricá possui um estilo de vida mais sustentável e/ou maior consciência ambiental comparado a outros municípios? Como a RBC contribui para este resultado? Quais são os desafios culturais ou administrativos para que o município possa adquirir um estilo de vida mais sustentável?

Acredito que sim. Embora Maricá esteja em plena expansão, o morador ainda possui característica e hábitos rurais, ele preza pela sua horta, por exemplo. Há forte adesão da população quando há campanhas em áreas ambientais, ou seja, os moradores em si são apaixonados pelas suas paisagens naturais. O projeto Maricá Mais verde de expansão de mudas nativas da Mata Atlântica toda semana está em um bairro doando essas mudas, e a adesão é enorme. Geralmente são levadas para a doação cerca de 150 a 200 mudas para os bairros. Percebe-se a preocupação com o plantio visando o longo prazo por parte dos moradores. Outro exemplo, foi a própria população do Lote Manu-Manuela entrando em contato com a secretaria para saber como lidar e o que fazer com o jacaré que apareceu, ou seja, a maior consciência ambiental e cívica da população para informar à secretaria sobre o fato. Além disso, existe um programa com os pequenos coletores na qual, a secretaria disponibiliza duas sedes para pontos de coletas de óleo de restaurantes e de consumidores. Os pequenos coletores produzem sabão e sabonetes (produtos de limpeza) a partir desse óleo, e também são empreendedores, pois aceitam a compra desses produtos em mumbuca, o que auxilia a renda da família como a RBC e tem relação positiva com o meio ambiente.

O grande desafio hoje é melhorar a implementação da coleta seletiva e fomentar o turismo ecológico. Maricá possuiu uma carência em rede hoteleira para atender os turistas. Existe um projeto com a secretaria de Cidade Sustentável, Turismo e Planejamento que eram moradores de casas muito grandes transformarem seus imóveis em pequenas pousadas. Assim, era um projeto que ajuda a população local a ganhar uma renda, com a secretaria de Turismo e Planejamento auxiliando nessa transição, através da criação de um MEI e com prospectos mostrando o que tem para fazer em Maricá de turismo ecológico, com as cachoeiras e praias. É um sistema integrado entre as secretarias que está em atividade ainda, e que o RBC contribui, por exemplo, quando um morador do Centro decide se hospedar em Ponta Negra, a pousada aceita a moeda social para a hospedagem ou refeição.

O grande desafio hoje é melhorar e fomentar o turismo ecológico, como foi dito, uma melhor gestão de resíduos, com a coleta seletiva e ampliar em conjunto com a SANEMAR essa questão do saneamento básico. Além disso, implementar essa política de educação ambiental, com

envolvimento da política pública com os cidadãos, para uma maior consciência da destinação dos resíduos, ou seja, para mudar a mentalidade em relação ao descarte dos resíduos de obras e móveis. A implementação do sistema de política reversa junto com o comerciante já será uma linha de ação em um desses desafios. Por exemplo, ao comprar uma lâmpada, no final do uso, o consumidor poderá devolver ao comerciante a lâmpada usada para que ele possa entregar ao fornecedor. A secretaria vai propor esse auxílio de conhecimento que muitos comerciantes não possuem de que a lâmpada usada pode retornar ao fornecedor, e caso o comerciante não tenha espaço para armazenar, a secretaria pode oferecer um galpão temporário. Os setores envolvidos nisso seriam o comércio, supermercados, setores de eletrônica e aparelhos celulares.

A propulsão do comércio local pela transação em *mumbuca* gerou efeitos mais significativos sobre as atividades comunitárias locais, tais como: serviços locais de alimentação e manutenção, artesanato e microempreendedores ou sobre o consumo de bens e serviços tradicionalmente ofertados por grandes corporações já estabelecidas?

Lógico que o grande comércio também se beneficiou, mas os efeitos na cidade favorecendo o pequeno comércio (padarias e armazéns), os artesãos e os autônomos foram atividades bastante beneficiadas com a *mumbuca*. Muitos empreendedores tiveram mais interesse e incentivo em regularizar o MEI diante do impacto da RBC e eles transacionam em *mumbuca* com as máquinas POS.

A renda oriunda dos *royalties* do petróleo está sendo utilizada para financiar política de redistribuição de renda. Contudo, sabe-se que este é um produto não renovável, exaurível e de grande potencial poluente. Existem alternativas sendo desenvolvidas em Maricá para solucionar essa contradição? Caso afirmativo, quais?

Secretaria de desenvolvimento pode ajudar mais nessa questão. Mas eu vejo que as pessoas que estão crescendo, que buscam se regularizar através do MEI, elas estão se desenvolvendo independente dos *royalties*. Acredito que tenha sido um incentivo que as pessoas precisavam, porque começar do zero é difícil, mas que não ficarão dependentes somente do petróleo. Ao meu ver a RBC tem efeito catalizador de mudar a mentalidade desses pequenos empreendedores e artesãos, se desvinculando e ser independente dos *royalties* e buscando crescer o seu capital próprio.

A renda oriunda dos *royalties* do petróleo teve sua destinação em investimentos como transporte, transferência de renda e educação. Porém, existem outros aspectos estruturais, como o saneamento básico, que oferta um serviço precário na cidade. Há um planejamento para destinação de recursos para atender a infraestrutura de saneamento básico? Quais são as oportunidades e desafios neste sentido?

A criação da SANEMAR, um órgão específico para lidar com esse problema, já é um exemplo de tomar para si a responsabilidade de saneamento e tentando avançar nessas políticas e parte da destinação dos *royalties* vai ser destinada para esses projetos, já que 5% da destinação líquida dos *royalties* tem vinculação para o meio ambiente, para o Fundo Municipal de Proteção e Conservação Ambiental (FMPCA). Esse fundo irá auxiliar a SANEMAR nesses projetos de saneamento e recuperação de lagoas.

De que forma o fomento à indústria do turismo na área de proteção ambiental da restinga pode ser benéfico à sociedade? Quais os desafios e oportunidades envolvidos?

O resort não vai ser ruim pro município, ele vai trazer desenvolvimento, renda, o que a gente quer é que seja sustentável. O projeto apresentado inicialmente é bem sustentável, ele vai impactar minimamente a vegetação, porque a área construída do *resort* é pequena. Os critérios são bem pormenorizados, é conveniente essa demora e rigor no licenciamento para que não seja atropelado nenhuma norma ambiental. Hoje a área da restinga está abandonada (abrange o domínio estadual do INEA) e um projeto desse acaba por trazer uma fiscalização, porque eles terão que enviar laudos constantes e a secretaria de fiscalizar, então acredito que possa ser bem interessante. A secretaria de cidade sustentável não é contra, trata-se de desenvolvimento econômico, desde que se respeite todos os critérios ambientais. Após o projeto instalado, vai servir para termos um *know-how* de fiscalizar se as áreas estão sendo realmente preservadas, se são realmente as áreas destinadas ao uso, então a secretaria vai crescer nesse quesito de fiscalização. Um exemplo no Brasil é Fernando de Noronha, que é explorado através do turismo e possui fiscalização rigorosa e é o que queremos em Maricá.

A drenagem realizada em Lagoa da Barra, sem estudo prévio, tem impactado a atividade de pesca artesanal e o lazer da comunidade. Em seu entendimento, Maricá tem conciliado desenvolvimento e meio ambiente de maneira sustentável?

Maricá sofre com as fortes chuvas e o serviço de drenagem dos rios e de canais são de competência do Estado. Como é um serviço com forte irregularidade, e Maricá estava com

condições de fazer algo devido os *royalties*, firmou-se um convênio com o Estado e Maricá passou a fazer esse serviço. Hoje com a SOMAR, Maricá faz a drenagem de rios e canais do município. O canal da Barra é aberto de forma emergencial, geralmente em períodos de chuvas, e fecha naturalmente. É feito um estudo sim, a SOMAR abre geralmente quando os rios e lagoas estão num nível muito elevado devido às fortes chuvas de forma temporária e o próprio mar se encarrega de fechar, empurrando a areia, então é fechado naturalmente. Isso é muito temporário e não acredito que seja o que impacta a pesca, pois o último que foi realizado ficou aberto por 1 semana. Acreditamos que o impacto no pescado estava muito mais envolvido com a falta do saneamento do que com a drenagem. Agora o que pode ter impactado pode ser algo social, os alagamentos das chuvas, que é algo mais complexo. Existe um projeto de despoluição da lagoa, “Lagoa Viva” da CODEMAR para atuar nessa questão. A SOMAR tem feito as drenagens, mas a cidade sustentável tem feito os acompanhamentos para que seja feita a drenagem sem impacto, sem que afete a mata ciliar e quando ocorre algum incidente, a secretaria faz o replantio, o que é uma política de longo prazo.

ANEXO 4

Roteiro semiestruturado qualitativo sobre Maricá

Secretaria	Companhia de Saneamento de Maricá-SANEMAR
Data	01/08/2022

O objetivo da entrevista é compreender em que medida políticas de transferência de renda, e mais especificamente, o programa da Renda Básica de Cidadania (RBC) de Maricá, tem potencial para fomentar ou atenuar impactos ecológicos. Além disso, investigar se há uma percepção de sustentabilidade ecológica por trás das políticas públicas da Economia Solidária desenvolvidas no município de Maricá.

Em seu entendimento, a RBC ocasionou um aumento nos níveis de consumo no município de Maricá? Este consumo gera impactos sobre o meio ambiente? Caso afirmativo, como a secretaria trata tais impactos que estão no cotidiano da comunidade, como o saneamento básico, manejo dos resíduos sólidos, abastecimento de água potável, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas?

É visível que as políticas sociais que a prefeitura implantou nesses últimos anos, e principalmente na pandemia, aumentaram efetivamente o consumo no município e os números de emprego e renda nos últimos dois anos apontam para isso. Existiu bastante impacto em resíduos sólidos, mas quem trata disso é a SOMAR. Desse modo, fica difícil a SANEMAR identificar o impacto no saneamento básico, já que não houve coleta e tratamento desse esgoto pela responsabilidade do órgão anterior e a secretaria tem cerca de um ano nessa função.

Hoje, a SANEMAR é responsável pela coleta e tratamento de esgoto, mas existe uma precariedade na rede de coleta de esgoto no município em função do descaso dos últimos 50 anos da CEDAE no município. O impacto disso acaba se dando na questão do lençol freático, porque a grande maioria das pessoas têm em suas casas fossa, filtro e sumidouro, e como não tem rede estabelecida, gera esse impacto. A SANEMAR já licitou esse ano 140 km para o Distrito de Ponta Negra, por ser local de ponto turístico de Maricá e Jardim Atlântico Leste. E para 2023 tem Inoã, Itaipuaçu Centro e Itaipu Oeste e ampliação da coleta de esgoto no Centro

de Maricá. A previsão é de que aproximadamente em seis e sete anos seja levado coleta e tratamento de esgoto para 90% da cidade.

A renda oriunda dos *royalties* do petróleo teve sua destinação em investimentos como transporte, transferência de renda e educação. Porém, existem outros aspectos estruturais, como o saneamento básico, que oferta um serviço precário na cidade. Em seu entendimento, por que parte da renda dos *royalties* não foram prioritariamente utilizados para sanar o déficit de saneamento do município? Quais são as oportunidades e desafios neste sentido?

A SANEMAR nunca teve nenhuma dificuldade em acessar recurso dos *royalties* ou do orçamento da prefeitura. A prefeitura sempre se disponibilizou a colocar os recursos que detemos em função das nossas metas; a previsão é de mais de 1000 km de rede de esgoto nos próximos 6 a 7 anos; ou seja, nunca houve uma dificuldade nessa questão de investimento. O que acontece é que projetos de saneamento são de médio e longo prazo, então estamos esse ano com duas licitações em Ponta Negra, com 28km de rede e que custaram mais 20 milhões de reais com a empresa ganhadora da licitação e este recurso já está disponibilizado. Encerrou-se uma segunda licitação no Jardim Atlântico Leste de mais de 110 km de rede em Itaipuaçu, não se sabe o valor da vencedora, mas que é uma obra que custará em torno de 80 e 100 milhões de reais e esses recursos também já estão disponibilizados. Então, o que ocorre é que ainda não gastamos um pouco mais em saneamento porque nós não conseguimos efetivamente licitar todos os nossos projetos. Esse ano ainda está previsto duas licitações no Recanto e Inoã para a rede de tratamento de esgoto. Logo, o recurso existe e a prefeitura tem disponibilizado tudo de acordo com a necessidade da secretaria.

A drenagem realizada em Lagoa da Barra, sem estudo prévio, tem impactado a atividade de pesca artesanal e o lazer da comunidade. Em seu entendimento, Maricá tem conciliado desenvolvimento e meio ambiente de maneira sustentável?

A abertura da entrada de água do mar na Lagoa foi feita para aumentar o nível da Lagoa. Em relação aos impactos, com o projeto em parceria da CODEMAR, SANEMAR e a UFF dos microrganismos tem sido muito interessante e com grandes resultados, como o aumento da pesca em Maricá. É visível que esse ano houve um aumento do número de pescado tanto de Araçatiba, como do Boqueirão. A prefeitura tem uma preocupação enorme em ter um desenvolvimento e que este concilie com meio ambiente, porque Maricá é uma cidade turística e o que temos de melhor aqui é a nossa natureza, serras e mar. Nenhuma prefeitura trata a

natureza com a grandeza na qual ela realmente deveria ser tratada, mas em Maricá existe uma preocupação com a preservação das áreas verdes do município. Tanto o é, que houve a criação da empresa BIOTEC para cuidar do desenvolvimento da pesca, do camarão e desses microrganismos para ajudar na despoluição da bacia das lagoas do município.

ANEXO 5

Página 83

2º da Lei Complementar Nº 357, de 30 de dezembro de 2021:

Art. 2º Poderão pleitear sua inclusão nesse programa de incentivos, após a abertura de edital que contemple a atividade desenvolvida, novos empreendimentos econômicos que vierem a se instalar no município, assim como os empreendimentos já em funcionamento que vierem a ampliar suas sociedades empresárias e que exerçam, como principais, as seguintes atividades:

I – indústria extrativa de petróleo e gás natural;

II – indústria de transformação;

III – logística e de distribuição

IV – armazenamento e atividades auxiliares dos transportes;

V – de prestação de serviços de telemarketing e comunicação;

VI – condomínios e loteamentos empresariais;

VII – hotéis e pousadas;

VIII – polos de pesquisa e desenvolvimento científico e/ou empreendedorismo tecnológico, especialmente as atividades da indústria 4.0;

IX – ensino superior e/ou ensino técnico, tecnológico ou profissionalizante, reconhecido e avalizado pelo órgão estatal competente;

X – agroindústria;

XI – aeroportuário consistente em empreendimentos voltados à utilização do aeroporto local, com movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, movimentação e manutenção de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, logística e congêneres, serviços de desembarço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres;

XII – portuário consistente em empreendimentos voltados à utilização das atividades portuárias no município;

XIII – sociedades empresárias de geração, produção, transmissão, distribuição e desenvolvimento sustentável no setor de energia limpa;

XIV – cooperativas constituídas no município de Maricá que tenham como fim atividades industriais ou fornecimento de matéria-prima;

XV – estabelecimentos de saúde;

XVI – atividades aduaneiras;

XVII – desenvolvimento de empreendimentos referentes à Economia do Mar referentes a utilização do mar como matéria-prima;

XVIII – consultorias, assessorias e outras atividades de suporte a soluções ambientais e de sustentabilidade.

XIX – sociedades empresárias certificadoras e plataformas de negociação de créditos de carbono e títulos verdes.

(Maricá, RJ, 2021).

Página 83

Art.14. Inclui os itens 15.19, 15.20 e 15.21 no Anexo I da Lei Complementar nº 112 de 12 de dezembro de 2003, com a definição de alíquota de 2%, na forma do Anexo II desta Lei: “15. Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.

(...) 15.19 – Administração e gestão de fundos que se enquadrem como “fundos verdes” ou “títulos verdes” (green bonds), conforme critérios de

sustentabilidade especificados em regulamento. 15.20 – Operações financeiras financiadas comprovadamente com “fundos verdes” ou “títulos verdes” (green bonds), captados de instituições financeiras públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, que se enquadrem dentro de critérios de sustentabilidade especificados em regulamento. 15.21 – Plataformas digitais de operações com ativos ambientais, Fintecs e Start-ups prestadoras de serviços ambientais.